

**FALA,
JUVENTUDES
DO PARÁ!**

**POLÍTICAS
PÚBLICAS,
JUVENTUDES
PARAENSES
E MEIO AMBIENTE.**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pesquisa fala, juventudes do Pará [livro eletrônico] : políticas públicas, juventudes paraenses e meio ambiente / coordenação Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga. -- 1. ed. -- Belém, PA : Instituto COJOVEM, 2023.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980941-1-9

1. Comunidades indígenas - Brasil 2. Comunidade ribeirinha - Amazônia 3. Comunidades tradicionais 4. Juventude - Aspectos sociais 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6. Políticas públicas 7. Mudanças climáticas - Aspectos ambientais 8. Sustentabilidade ambiental
I. Braga, Karla Giovanna Gonçalves de Souza.

23-184794

CDD-306.08

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazonas : Comunidades e povos indígenas :
Desenvolvimento socioambiental 306.08

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

PESQUISA FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!”

POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDES PARAENSES E MEIO AMBIENTE

Os jovens pobres se veem, assim, privados da escola, privados do emprego, que vêm acompanhados pela limitação de meios a participação efetiva do mercado de consumo, da limitação de formas de lazer, da limitação dos direitos de vivenciar a própria juventude, e, o que é mais sério, veem-se privados da esperança.

(DAYRELL, 2005)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO: PARA QUE E PARA QUEM ESCREVEMOS? | 7 |
| NADA SOBRE NÓS! contextos de juventudes das Amazônias paraenses na Construção de soluções | |
| 2. METODOLOGIA | 12 |
| Procedimentos Metodológicos | |
| Levantamento de políticas públicas voltados para as juventudes paraenses | |
| • Mapeamento de políticas para as juventudes..... | 13 |
| • Construção da matriz de análise de políticas públicas | |
| • Priorização das políticas..... | 14 |
| • Análise detalhada das políticas priorizadas | |
| • Checagem dos mecanismos de crédito, acesso ao capital e assistência técnica para juventudes | |
| Lançamento da Pesquisa ‘Fala, Juventudes do Pará’ | |
| • Mapeamento de Atores-chaves e entrevistas com Movimentos, Coletivos, Organizações da Sociedade Civil e Secretarias do Estado do Pará | |
| Quem somos? | |
| • Juventudes que responderam à pesquisa “FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!”..... | 15 |
| 3. EXISTIR SEM SER PERCEBIDO: ONDE ESTÃO A POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES DO ESTADO DO PARÁ? | 25 |
| 4. FRENTE À AUSÊNCIA DE POLÍTICAS, COMO SE CONSTRÓI O SER JOVEM NA AMAZÔNIA? | 27 |
| 5. IDENTIDADE E TERRITÓRIO: AFINAL, O QUE É SER AMAZÔNIDA? | 31 |
| • Atravessamentos de cor e raça..... | 38 |
| • Identidade e pertencimento das Juventudes Amazônidas..... | 41 |
| 6. O CENÁRIO DADO: OS TIPOS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DAS JUVENTUDES, SUAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS | 46 |
| • A vontade de participar das juventudes e seus desafios..... | 47 |
| • O FAZER ACONTECER: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ERGUER A VOZ E POSICIONAR O CORPO..... | 54 |
| • Primeiro a gente sente, depois a gente age: a relação das juventudes com as políticas no Pará..... | 59 |
| • Como agir frente a esse contexto?..... | 63 |
| 7. ENTRE A FRONTEIRAS DO CALOR E DO MEDO: CRIANÇAS, ADOLESCENTE E JUVENTUDES PARAENSES E A URGÊNCIA DE PROPOSTAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICAS NA AMAZÔNIA | 65 |
| • Riscos e Desastres | |
| • A importância do conhecimento local para a adaptação climática e seus desafios | |
| • Entre a fronteira do calor e do medo, juventudes a amazônidas adaptam-se em seus territórios | |
| • A agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) | |

APRESENTAÇÃO



SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta pesquisa faz parte das ações do Programa A Maré tá pras Juventudes, sendo então um dos produtos desenvolvidos pela Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM) em parceria com 34 instituições de juventudes que atuam no Estado do Pará objetivando a construção de territórios mais resilientes e sustentáveis. A pesquisa se debruçou em compreender quais as políticas, principais barreiras e oportunidades que o sistema político do Estado do Pará tem desenvolvido, ou não, para incluir as juventudes em seus planos de governo, estratégias e demais propostas frente ao cenário de vulnerabilidade social, pós COVID-19 e de acentuação das vulnerabilidades climáticas.

As etapas da pesquisa consistiram no levantamento e análise de Políticas Públicas voltadas para juventudes paraenses; lançamento do formulário da pesquisa quali-quantitativa “Fala, Juventudes do Pará”; realização de entrevistas semiestruturadas com jovens lideranças, organizações e secretarias; e por fim, uma imersão presencial com as jovens lideranças representantes de organizações e coletivos do Pará, objetivando a formulação de uma Agenda orientada para a construção de Políticas Públicas, Projetos e Programas para as Juventudes do Pará, com o intuito de desenvolver um guia baseado em evidências e sensível ao clima e às realidades desse período de vida para formuladores de ações orientadas para as juventudes do Estado.

Dos resultados da pesquisa, destacam-se a NÃO identificação com a identidade amazônica por uma parte significativa dos jovens que moram em terras paraenses. Ademais, os sentimentos NEGATIVOS de jovens quanto a sua participação na política, sendo eles convocados para o direito ao voto, mas ao se tratar da participação política e deliberação, se encontram em estado de silenciamento e falta de incentivos para exercer a participação social, ativa, convidativa e livre de preconceitos e paradigmas com as juventudes. Além disso, é exposto que investir nas Amazônias é, sobretudo, investir em saúde, saneamento, educação e tecnologia, sendo essas esferas as mais precarizadas nos territórios abarcados pela pesquisa. Ademais, são colocadas as estratégias desenvolvidas pelas juventudes para a promoção de Adaptação Climática frente às problemáticas socioambientais que perpassa essa população.

A COJOVEM é uma organização da sociedade civil que trabalha para mitigar os impactos da crise climática através da educação, da pesquisa, da incidência política e de projetos e programas estruturais em defesa do meio ambiente e dos direitos fundamentais nas Amazônias, a qual tem por objetivo fortalecer e engajar juventudes através da colaboração multissetorial para promover a recuperação resiliente e sustentável dos territórios amazônicos na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 tendo desenvolvido o Programa A Maré tá pras Juventudes.

Acerca do Programa A Maré tá pras Juventudes, é importante salientar que sobretudo é um guarda-chuva desenvolvido pela COJOVEM com o objetivo de mitigar os impactos da COVID-19 e da crise climática nas juventudes

Com a intenção de construir nossas próprias ferramentas de combate ao silenciamento e dominação de nossas ideias, propostas de sociedade e a nossa própria existência enquanto sujeitos políticos e fazedores de territórios, propomos nessa pesquisa um diálogo franco, direto, através de dados e vivências, acerca daquilo que queremos para nós, juventudes, que urge da necessidade de desconstruir um projeto político e social daquilo que projetaram para nós, sem nós.



INTRODUÇÃO:

1. INTRODUÇÃO: PARA QUE E PARA QUEM ESCREVEMOS?

Ao nos percebermos em um ambiente hostil, criamos mecanismos de sobrevivência que nos mantenha saudáveis em ambientes hostis. Queremos, de alguma forma, sobreviver a essa adversidade, pois há uma existência de um ser que grita ao se perceber só. Ainda que em ambientes hostis, nossos mecanismos de sobrevivência surgem com mais força, mais segurança e com a certeza de que o grupo, agora forte, se arrancará das teias de um sistema que foi projetado para o nosso silenciamento. Assim, consideramos potenciais os dados, os campos, as falas e as discussões da relação entre políticas públicas, juventudes paraenses e meio ambiente que essa pesquisa nos escancarou.

Para iniciar, constata-se que em 2013, o Estatuto da Juventude foi instituído, contemplando mais de 50 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos, motrando-se um importante instrumento de políticas públicas e que implementa o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que tem como objetivo organizar, de maneira participativa, o planejamento, implementação e avaliação das ações e programas que constituem as políticas públicas para essa parcela da população. Isto é, não é coerente dizer ou expor que nossa existência não esteja nos planos políticos dos Estados. Ao contrário, não somente estamos pautados, como somos força para quando necessário ao sistema.

O documento citado prevê direitos específicos para a juventude, como o Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito à Cultura; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Saúde; Direito à Educação; e Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. Direitos esses que não vemos, não sentimos e não vivemos em territórios alheios às percepções do Estado. O que nos faz questionar até mesmo o nosso papel e existência enquanto jovens.

Isto é, a efetivação de tais direitos ainda se mostra um desafio para agentes federais, estaduais e municipais, prejudicando juventudes do Brasil inteiro que reproduzem seus sonhos em uma vida de lutas, em um cenário que apresenta crescentes desafios para esta população. Dentre os recentes desafios para as juventudes está o agravamento do cenário climático no Brasil,



no mundo e, sobretudo, na Amazônia. Nesta região que muito é atravessada por marcadores de violência nas suas diversas concepções. Com nossos corpos, nossas histórias, territórios e aquilo que entendemos como prática da vida, a nossa relação com as terras e águas amazônicas.

Em 2018, cerca de 37% do nordeste da Amazônia estava desmatado, isso representou uma perda de 34% de chuva no período das queimadas, em agosto, setembro e outubro. Gerando um aumento de temperatura de quase dois graus nos últimos 40 anos. No Sudeste, segunda região mais desmatada, com 28% de perda florestal, houve 24% a menos de chuva e a temperatura subiu 2,5 graus. A estação seca nessas regiões tem ficado mais seca, mais quente e mais longa, como apresenta Luciana Gatti *et al.* em seu artigo “*Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change*”. Em uma sociedade cujos recursos são contraditoriamente divididos, até o nosso dormir nos fere quando o tempo, manipulado por ações externas a nossa região, nos adoece, nos mata e nos faz sentir, fisicamente, a dor do abuso que o meio ambiente sofre a cada ano.

Frente a essa contextualização é importante notar que o caminho do desenvolvimento não têm envolvido as populações amazônicas na construção de seus próprios territórios e assim como as veias abertas da América Latina, nas Amazônias se abrem meandros que soterram-se com a baixa participação da população no desenvolvimento de políticas, projetos e programas, gerando, por vezes, uma série de tomadas de decisões descontextualizadas que acentuam não só os impactos da crise climática, mas que também desconsideram as mãos, mentes e corações responsáveis por conservar a floresta viva.

Na contramão da escrita de pesquisas, projetos, políticas e programas por pessoas em situação de privilégio e em uma faixa etária que já não mais corresponde às vivências e desafios em que estão situadas as juventudes do agora, é que nos posicionamos como sujeitos de direitos, capazes de definir a nossa própria realidade, estabelecer nossas identidades, nomear nossa história e construir um mundo onde o trabalho, metodologias e técnicas utilizadas tanto na esfera pública quanto na esfera privada, acadêmica e demais setores, possam ser construídos em cima de evidências, valorizando construções democráticas fincadas no pacto honesto e verdadeiro de trabalho contínuo para que, no futuro, a nossa extinção, como espécie, não seja um fato e sem qualquer perspectiva de resolução.

NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS! Contextos de juventudes das Amazônias paraenses na construção de soluções

À medida que os desafios climáticos crescem, aumentam-se não só as desigualdades entre as juventudes, mas as suas vulnerabilidades em função de suas respectivas interseccionalidades e distribuição territorial, tendo as juventudes do Estado do Pará como uma das juventudes mais vulneráveis devido ao cenário de acentuação das desigualdades frente à escassez de políticas públicas, projetos e programas para garantir o bem viver dessas populações em um cenário cada vez mais sensível de forma econômica e social às vulnerabilidades ambientais. Somando-se, há a dificuldade de encontrar meios de efetivar a participação cidadã de juventudes no Estado para cocriarem a mudança que querem ver em seus territórios.

A região da Amazônia Legal Brasileira, na qual o estado do Pará está inserido, localiza-se no centro do debate nacional e internacional sobre mudança do clima e biodiversidade. Segundo o (Sistema de Estimativa de Emissão de Gases) SEEG Municípios, sete dos dez municípios brasileiros com as maiores emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), no período de 2000 a 2018, localizam-se nesta região, entre os quais, quatro estão no Pará: São Félix do Xingu, Altamira, Pacajá e Novo Repartimento. As estimativas do SEEG evidenciam ainda que a principal fonte de emissões nesses territórios é a mudança do uso da terra e que elas vêm em ascendência na última década devido, em especial, ao aumento do desmatamento e da incidência de queimadas na região.

Com o advento da COVID-19, o aumento da evasão escolar no Norte do Brasil, a intensidade de problemas socioeconômicos onde temos que 46% dos jovens entre 25 e 29 anos se encontram inadimplentes, a desesperança que assola as juventudes no contexto atual e o agravamento de narrativas que degradam o meio ambiente, faz com que um dos públicos mais vulneráveis aos impactos da crise climática sejam as juventudes amazônicas, as quais encontram, nas dificuldades de participação cidadã, o fortalecimento das desigualdades sociais que impedem a criação de políticas públicas, projetos, programas e editais que sejam contextualizados para cocriar cenários que façam sentido para as diversas realidades de juventudes no Estado do Pará.

Para lidar de forma efetiva com a mudança do clima na região, é inevitável considerar o nexos conservação-clima-desenvolvimento-representatividade. Enquanto o desmatamento e as queimadas contribuem para a mudança global do clima, os impactos locais deste fenômeno intensificam problemas na floresta: as estações mais intensas de seca aumentam a inflamabilidade de zonas florestais justamente no período do ciclo das queimadas (de julho a outubro, com pico em setembro), com graves impactos sociais, ambientais, e principalmente na saúde humana das populações mais vulneráveis, conforme estudo da ONG WWF e Fiocruz. Destaca-se que a região que compreende o sul do Pará e norte do Mato Grosso, o sudeste amazônico, apresentou o pior cenário no que se refere às emissões de carbono e extensão de área queimada.

Ademais, são as populações historicamente minorizadas e alijadas dos processos políticos que mais sofrem os impactos desse ciclo desvirtuado. Ao mesmo tempo em que conhecem seus efeitos no cotidiano, nos meios de reprodução da vida e nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas, essas populações de juventudes - entre as quais estão mulheres, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, negros, indígenas - conhecem e vêm desenvolvendo novas soluções para romper com esse ciclo e sobreviver. Dessa maneira, é fundamental que as tão necessárias políticas e medidas de mitigação, adaptação e resiliência sejam pensadas a partir de soluções baseadas na natureza e dos saberes, vivências e necessidades dessas populações.

Por isso, é de fundamental importância para o Estado do Pará ter uma base de dados e consensos das juventudes para o Governo, instituições públicas, instituições privadas, coletivos organizados e demais instituições que trabalham com juventudes do Estado, objetivando a compreensão das demandas das juventudes da Amazônia paraense, o fomento de práticas participativas e inovadoras orientadas para a construção de políticas públicas coerentes para mitigar os impactos da crise climática, incentivar o protagonismo e participação cidadã das juventudes e reduzir as desigualdades de todos os jovens que reproduzem seus sonhos em uma vida de lutas dentro do Pará.



Aos leitores que se propuseram a atravessar a produção da Pesquisa Fala, Juventudes do Pará, faz-se importante a compreensão do desejo de moldar nossas próprias ferramentas, no protagonismo das nossas vozes jovens da Amazônia. Assim, propusemo-nos a construir uma metodologia profunda e segura para todos os dados envolvidos na promoção dos resultados encontrados e produzidos por cada corpo que atravessou e foi atravessado pelo rebujo na maré alta, que nos trouxe tantos mecanismos de luta e de reivindicação dos nossos direitos na política do nosso Estado.



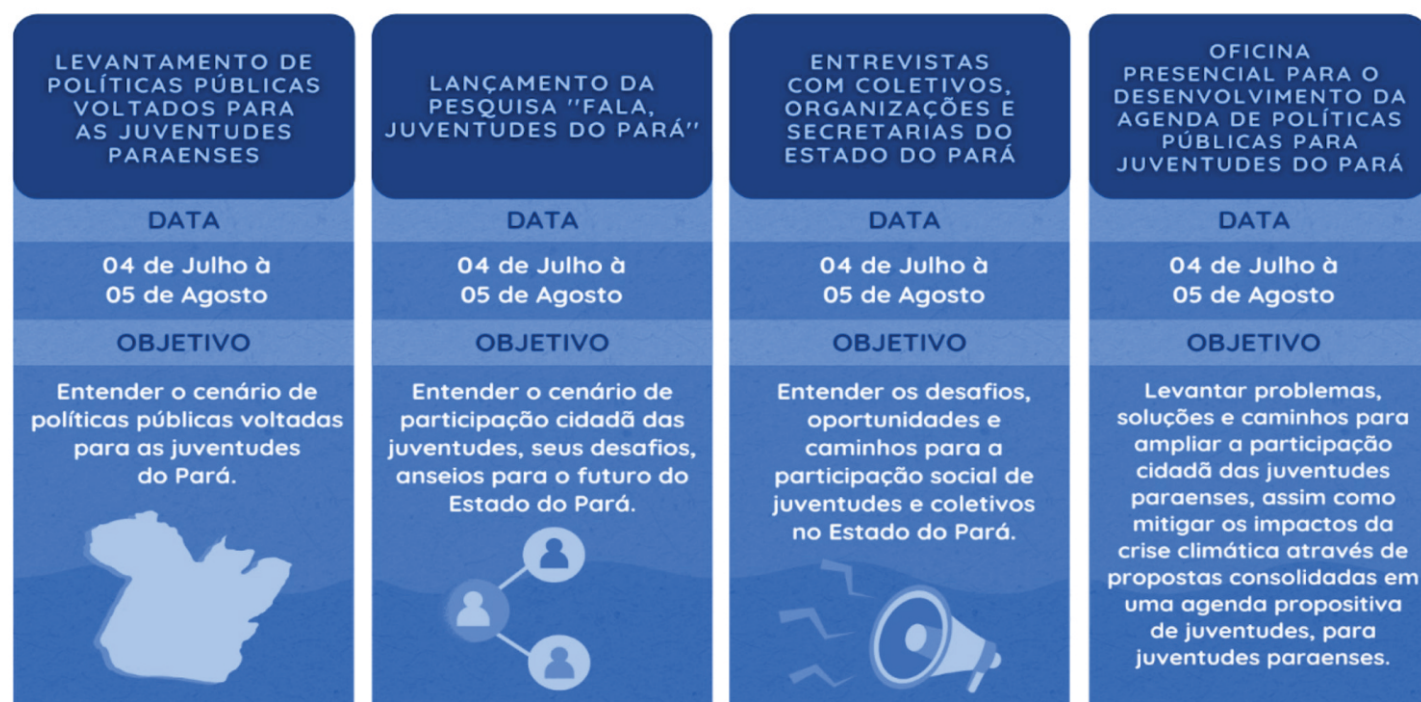
METODOLOGIA:

2. METODOLOGIA: Procedimentos Metodológicos

Para que mecanismos de governança – instâncias, processos e dinâmicas – sejam efetivamente capazes de favorecer a participação representativa de juventudes no planejamento, execução e monitoramento de produtos e atividades de forma avaliativa e propositiva, consideramos fundamental a escuta a pessoas de diferentes perfis para o entendimento dos mecanismos de participação cidadã existentes das juventudes paraenses, as oportunidades e limitações existentes para participação e elaboração de propostas feitas por juventudes.

Para tanto, a metodologia para esta etapa inclui: (I) mapeamento e análise de políticas públicas voltadas para as juventudes no horizonte de anos entre 2000 a 2022; (II) mapeamento de organizações e atores-chave para a pauta de juventudes no âmbito do Projeto; (III) Desenvolvimento de uma pesquisa quali-quantitativa buscando identificar oportunidades, barreiras e anseios das juventudes paraenses entre 16 a 35 anos, no que tange a criação de políticas públicas, projetos e programas; (IV) priorização de organizações, secretarias e atores a serem escutados sobre mecanismos de participação existentes, oportunidades e barreiras à participação cidadã no Pará; (V) desenvolvimento de uma agenda propositiva feita por juventudes para ampliar os mecanismos de participação cidadã, mapear problemas e cocriar propostas de resolução para os problemas mapeados.

Figura 1 - Etapas metodológicas do processo da pesquisa Fala, Juventudes do Pará!

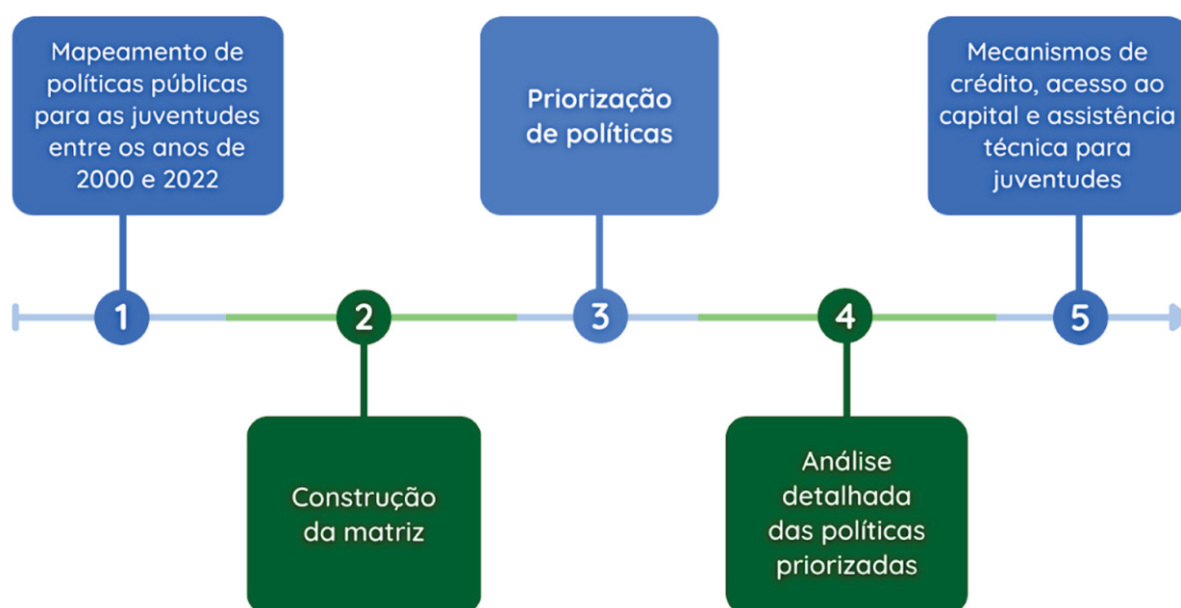


Fonte: COJOVEM, 2022.

Levantamento de políticas públicas voltados para as juventudes paraenses

O levantamento e diagnóstico de políticas públicas tem como objetivo o entendimento do estado da arte das políticas para juventudes no Estado do Pará entre os anos de 2000 a 2022. Essa etapa é essencial para o entendimento do contexto atual e para a proposição de novas ações ligadas a essa área. A metodologia utilizada para a realização do diagnóstico é pautada em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando essencialmente dados secundários com o cruzamento de dados primários obtidos em entrevistas individuais e coletivas com uma série de coletivos que trabalham com a referida temática no Estado. Abaixo estão ilustradas as etapas para esse processo:

Figura 2 - Etapas metodológicas para construção do Diagnóstico sobre a atenção referente às “questões de juventudes” nas políticas estaduais desde os anos 2000 até 2022.



Fonte: COJOVEM, 2022.

- **Mapeamento de políticas para as juventudes**

O mapeamento inicial se trata de uma busca detalhada por leis (ordinárias e complementares), instruções normativas, decretos, resoluções, portarias e planos públicos estratégicos que possam fornecer o panorama geral das políticas estaduais de juventudes. Nesse ponto, foram consideradas quaisquer políticas que podem influenciar as pautas das juventudes no Pará.

- **Construção da matriz de análise de políticas públicas**

Após o mapeamento inicial, baseado nos primeiros achados e nas conversas de alinhamento com atores e stakeholders do projeto, foi construída uma matriz de análise de políticas públicas considerando as particularidades e objetivos do projeto.

- **Priorização das políticas**

A terceira etapa do diagnóstico, consiste na priorização das políticas públicas mapeadas. Somente as políticas priorizadas passaram para a avaliação detalhada desenhada na matriz de análise. As políticas foram priorizadas, considerando os seguintes fatores:

- Vigência da política
- Abrangência da política
- Coerência com a temática e objetivos do projeto
- Possíveis menções a questões relativas às juventudes e meio ambiente.

- **Análise detalhada das políticas priorizadas**

Finalmente, após a priorização cada política será submetida a uma análise detalhada observando:

- Presença / ausência de transversalidade relativa a juventudes
- Componentes que tratam de juventudes
- Evidências dos possíveis recortes
- Relevância do conteúdo abordado
- Presença / ausência de menção a mecanismos de crédito e assistência técnica
- Evidências de mecanismos de crédito e assistência técnica às juventudes.

A matriz se mostrou um retrato consistente do momento atual em relação às políticas voltadas para as juventudes, fornecendo insights que permitirão a elaboração final do diagnóstico, bem como a construção de recomendações para incidência em relação a relevância da transversalidade das juventudes na construção de políticas públicas, projetos e programas efetivos.

● **Checagem dos mecanismos de crédito, acesso ao capital e assistência técnica para juventudes**

A última etapa do processo consistiu na checagem dos mecanismos de crédito, acesso ao capital e assistência técnica, ou seja, na verificação se os mecanismos mencionados estão ativos e sendo implementados no território. Com a realização das etapas supramencionadas, espera-se atingir a elaboração da agenda contendo o Diagnóstico sobre a atenção referente às “questões de juventudes” nas políticas estaduais.

Lançamento da Pesquisa “Fala, Juventudes do Pará”

Essa etapa do processo visou entender de forma quantitativa os mecanismos de participação cidadã, desafios e oportunidades que as juventudes do Estado do Pará têm encontrado em sua trajetória e quais seus anseios políticos e sociais para o agora. Dessa forma, foi elaborado um questionário com 37 perguntas, o qual contou com a participação de 388 juventudes paraenses.

Do questionário diversos dados foram retirados para subsidiar propostas, entender prioridades elencadas pelas juventudes do Pará no que tange planos de governos, entender dificuldades e quais os melhores caminhos para a construção de projetos, programas e políticas públicas que possam mitigar os impactos da COVID-19 e da crise climática nas juventudes do Estado, assim como subsidiar os tópicos desta pesquisa para a construção de uma análise efetivamente participativa e que faça sentido para as necessidades das juventudes que no Pará nasceram.

● **Mapeamento de Atores-Chaves e Entrevistas com Movimentos, Coletivos, Organizações da Sociedade Civil e Secretarias do Estado do Pará**

Para a fase de entrevistas com demais juventudes do Pará, foram mapeados 90 atores, dentre os quais 47, 77% representam coletivos, ONGs e demais entes da sociedade civil organizada; 23,33% representam o poder público; 14,44% são de coletivos não formalizados e 11,11% representavam o setor da educação popular. Definir apenas um setor para a educação popular justifica-se devido a importância que o setor educacional tem para a construção da percepção das juventudes amazônicas como corpos amazônicas e sua formação política, social, cultural e econômica. Também foram mapeadas as áreas do ativismo buscando abranger pautas do Estado do Pará de forma equitativa, dentre eles Advocacia ambiental, populações atingidas por barragens, agricultura e pecuária, audiovisual, extrativistas, direitos dos povos indígenas, quilombolas, direitos humanos, demais movimentos sociais, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, urbanismo e direito à cidade, educação e outros.

A partir do mapeamento de atores-chave, foram priorizadas pessoas para participarem de um processo de escuta sobre senso de pertencimento ao território amazônico, participação cidadã e seus mecanismos, desafios, oportunidades, assim como entendimento das pautas ambientais. Essa priorização considerou os seguintes aspectos:

- Liderança de coletivos, organizações e demais instituições que possuem participação no segmento de juventudes no Pará
- Atuação com foco no meio ambiente.
- Atuação com foco em garantia de direitos das juventudes
- Pluralidade entre as realidades e intersecções.
- Organizações que compõem instâncias de representatividade de juventudes e meio ambiente (ex: FPMAC, COJUEPA, Frente Parlamentar das Juventudes do Pará, etc)



Após triagem dos atores mapeados foram selecionadas 18 entre movimentos, ONGs, lideranças e organizações da sociedade civil e 2 secretarias do Estado do Pará.

Quadro 1 - Coletivos, lideranças, organizações e secretariais entrevistadas

| ORGANIZAÇÃO |
|--|
| Laboratório da Cidade |
| Coletivo Jovem Tapajonico |
| Secretaria de Justiça e Direitos Humanos |
| Conselho Nacional das Populações Extrativistas |
| Projeto Perpetuar |

| |
|---|
| Conselho Municipal de Juventude |
| Tapajós de Fato |
| Candidato a Deputado Estadual |
| Engajamundo / ASHOKA |
| Quilombola |
| Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA/ANDES) / Coletivo Cobra Venenosa / Fórum Intermunicipal de Carimbó |
| Juventude Indígena - Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA) |
| Malungo - Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará |
| Rede Jandyras |
| Atitude Afro Pará |
| Jovens pelo Futuro do Xingu - JPFx |
| FETAGRI-PA |
| Organização da Livre Identidade e Orientação Sexual - ONG Olívia |
| Coletivo Jovem de Meio Ambiente - PA |
| Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS |
| Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA/ANDES) |
| Jovens pelo Futuro do Xingu |

Forte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022

A partir da priorização para entrevistas, foram desenhados dois roteiros considerando os dois perfis de públicos envolvidos: organizações, coletivos e demais representantes da sociedade civil e secretarias do Estado.

Os roteiros foram adaptados para cada público, mas basicamente buscaram abordar os seguintes aspectos:

- Apresentação individual, da organização que representa, gênero, raça e/ou etnia, sexualidade, qual território está inserido.
- Senso de pertencimento quanto amazônida (para entrevistados jovens ou não) e busca acerca da percepção do entrevistado sobre a questão.
- Caminhos, oportunidades e desafios para participação cidadã das juventudes no Estado do Pará (leis, projetos, programas, incentivos, assistência etc.).
- Agentes de promoção dos espaços de participação.
- Identificação das múltiplas realidades das juventudes entrevistadas, os impactos da COVID-19 e das alterações climáticas nas mesmas.
- Percepção sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas dos entrevistados.

É importante destacar que algumas pessoas e organizações não apresentaram disponibilidade para participar e eventualmente suas contribuições não farão parte do mapeamento inicial. A partir das entrevistas, foram gerados dados que subsidiam a construção deste relatório.

Quem somos?

- **Juventudes que responderam à pesquisa:**

“FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!”

A pesquisa “FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!” somou 388 juventudes paraenses respondentes no formulário. Para traçar um perfil dos participantes, este tópico no relatório descreve as características como gênero, raça e etnia, faixa etária, local de moradia, religião, grau de escolaridade e ocupação. No Quadro 2, pode-se observar os indicadores gerados pelas respostas obtidas na pesquisa sobre gênero, raça e etnia.



Quadro 2 - Indicadores de gênero, raça e etnia gerados pelos participantes da pesquisa.

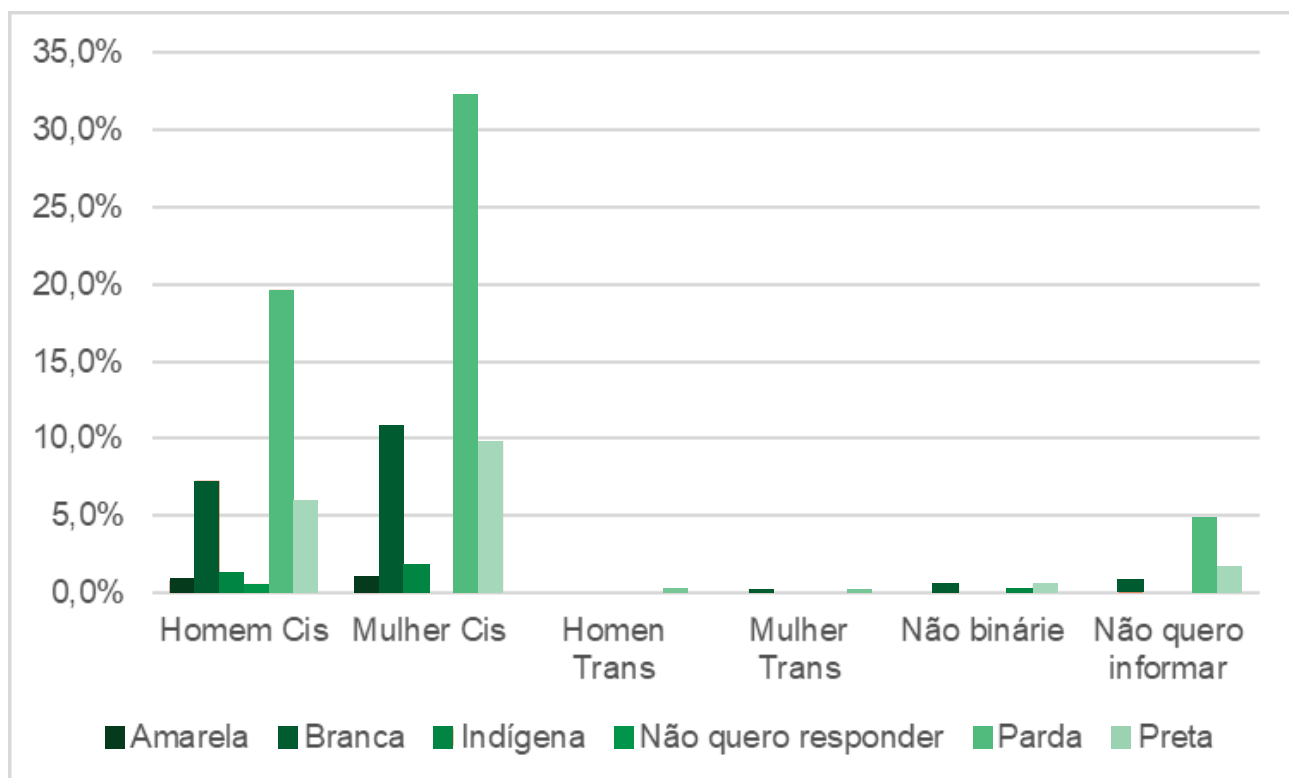
| Indicador | Categoria | Memória de Cálculo | Resultados |
|--|--------------|---|---|
| 1. Representantes por gênero e raça na pesquisa "Fala, Juventudes do Pará" | Gênero | Total de respondentes por gênero/ Total de respondentes | Homem Cis: 35,42% Homem Trans: 0,26% Mulher Cis: 56,26% Mulher Trans: 0,52% Não binária: 1,30% Não quero Informar: 6,25% |
| | Raça e etnia | Total de respondentes por raça/ Total de respondentes | Amarela: 1,8% Branca: 19,59% Indígena: 3,09% Parda: 56,96% Preta: 18,04% Não quero informar: 0,52% |

Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

As maiores respondentes da pesquisa foram as mulheres cis pardas, correspondendo a 32,2% do total, seguido dos homens cis pardos com 19,6%.

A Figura 3 expressa a distribuição dos participantes da pesquisa por gênero e raça/etnia.

Figura 3 - Distribuição dos participantes que responderam à pesquisa por gênero e raça/etnia



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

O **Quadro 3** apresenta os indicadores com todos os resultados sobre a faixa etária, com delimitação de 15 a 35 anos, grau de escolaridade, zona de moradia e ocupação dos participantes da pesquisa.

Quadro 3 - Indicadores de faixa etária, grau de escolaridade, ocupação e zona de moradia gerados pelos participantes da pesquisa.

| Indicador | Categoria | Memória de Cálculo | Resultados |
|---|----------------------|---|--|
| 2. Participantes da pesquisa por faixa etária, grau de escolaridade, ocupação e zona de moradia | Faixa etária | Total de respondentes por faixa etária/ Total de respondentes | 15 a 18: 43,04% 19 a 24: 27,84% 24 a 29: 12,89% 30 a 35: 9,79% acima de 35: 6,44% |
| | Grau de escolaridade | Total de respondentes por grau de escolaridade/ Total de respondentes | Ensino médio completo: 15,98% Ensino médio incompleto: 28,61% Fundamental completo: 4,9% Fundamental incompleto: 2,32% Graduação completa: 7,99% Graduação incompleta: 24,48% Pós-graduação (incompleta ou completa): 13,66% Não quis informar: 2,06% |
| | Zona de moradia | Total de respondentes por zona de moradia/ Total de respondentes | Cidade: 0,52% Comunidade: 3,78% Zona urbana - área central: 48,45% Zona urbana - área periférica: 35,57% Zona rural: 8,76% Quilombo: 1,55% |

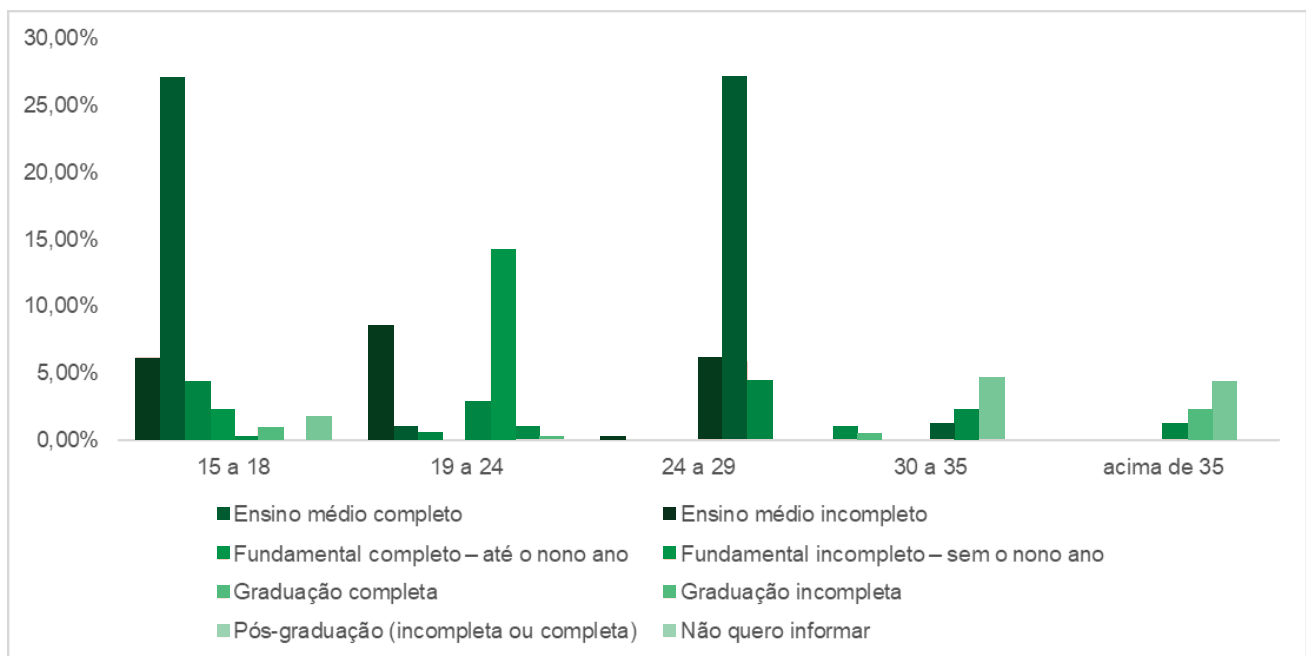
| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | Unidade de conservação: 0,52% Nenhuma opção acima: 0,7% |
|--|--|--|--|

Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Quanto à faixa etária dos jovens, 43,1% dos participantes da pesquisa relataram ter entre 15 e 18 anos, tendo pessoas acima de 35 anos com a menor representatividade na pesquisa, totalizando 6,4%. Sobre o grau de escolaridade, 28,6% dos jovens possuem o ensino médio incompleto e 24,5% graduação incompleta, indicando que a maioria dos participantes da pesquisa está em formação ou interromperam os estudos nessas fases de ensino.

Dos jovens participantes da pesquisa, 63,7% ocupam seu tempo com estudo e 20,4% com trabalho informal. Na Figura 4, pode-se notar a relação das variáveis de faixa etária e o grau de escolaridade, destacando que a maioria dos jovens respondentes da pesquisa está inserida no grupo de 15 a 18 anos e possui o ensino médio incompleto.

Figura 4 - Distribuição dos participantes que responderam a pesquisa por idade e grau de escolaridade.

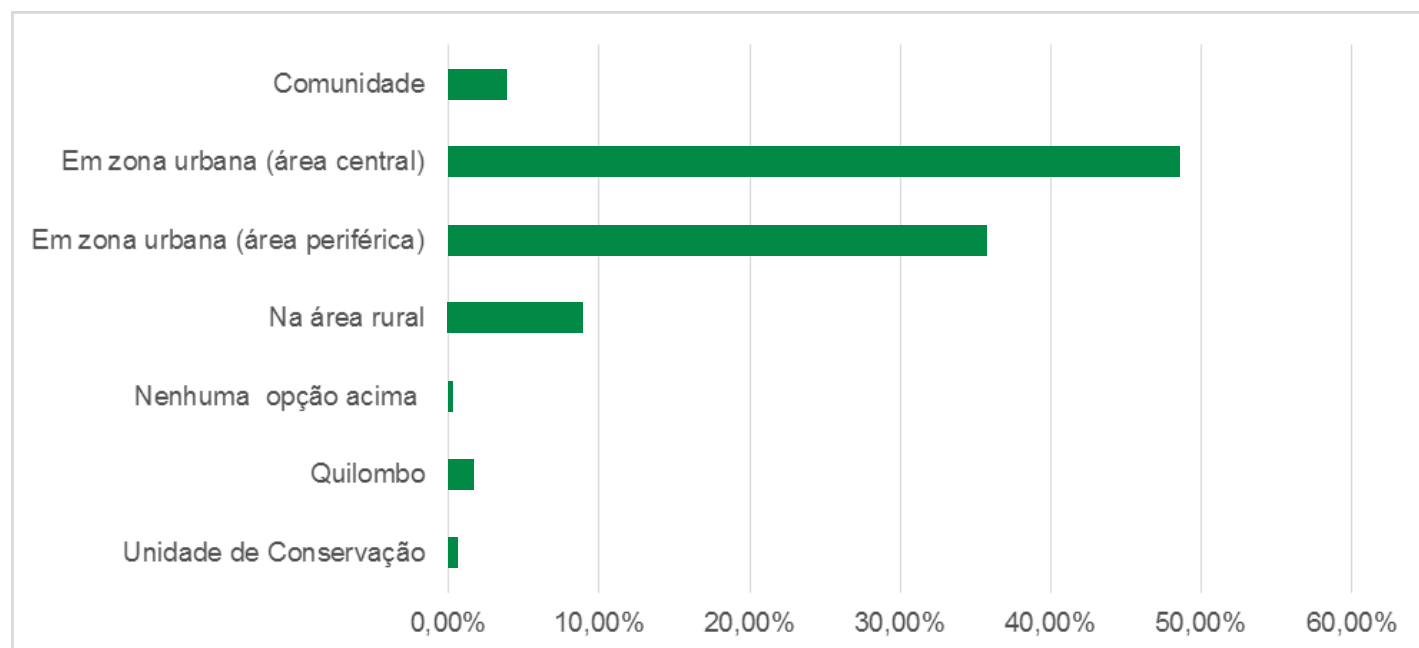


Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Acerca da zona de moradia, 48,5% destes jovens residem em zona urbana central e 45,6% em zona urbana periférica. Sendo assim, o recorte de contexto de cidades urbanas exprime a maioria quantitativa dos respondentes

desta pesquisa, conforme expresso na Figura 5, tal qual a realidade das Amazônias, segundo o Censo IBGE 2010, no qual aponta que cerca de 75% da região Norte é urbana.

Figura 5 - Distribuição dos participantes que responderam à pesquisa por zona de moradia.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

O Quadro 4 apresenta os resultados das respostas sobre a religião, estado civil e número de filhos. Conforme o exposto, 81,4% declararam ser solteiros/as e 9,3% estar em uma relação estável. Sobre possuir filhos, 85,3% responderam não terem filhos e dos que responderam afirmativamente, 6,7% possui pelo menos um filho.

Quadro 4 - Indicadores de religião, estado civil e número de filhos gerados pelos participantes da pesquisa.

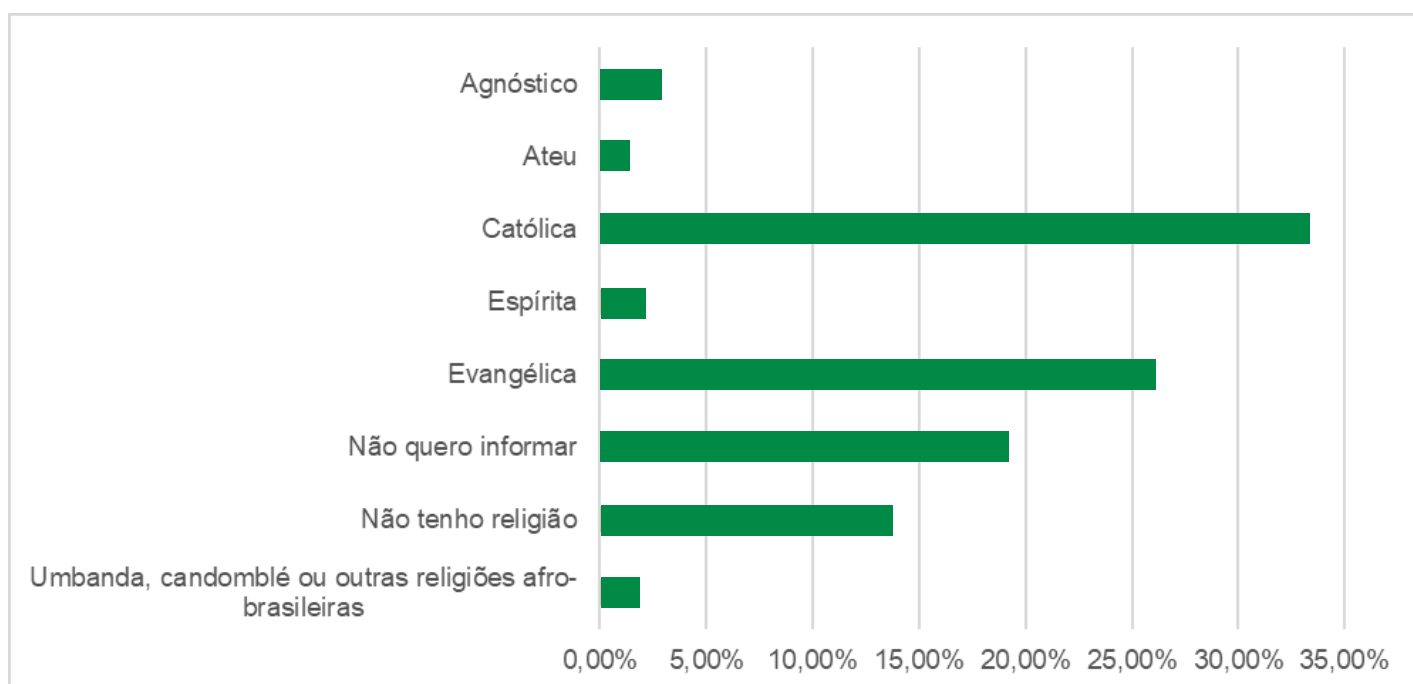
| Indicador | Categoria | Memória de Cálculo | Resultados |
|--|-----------|---|--|
| 3. Participantes da pesquisa por religião, estado civil e número de filhos | Religião | Total de respondentes por religião/ Total de respondentes | Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras: 1,80% Não tenho religião: 13,66% Não quero informar: 19,07% Evangélica: 26,03% Espírita: 2,06% Católica: 33,25% Ateu: 1,29% Agnóstico: 2,84% |

| | | | |
|--|------------------|--|--|
| | Estado civil | Total de respondentes por estado civil/ Total de respondentes | Casada/o – com registro em cartório: 6,44% Divorciada/o: 1,03% Em relação estável: 9,28% Não quero informar: 1,80% Solteira/o: 81,44% |
| | Número de filhos | Total de respondentes por tipo número de filhos/ Total de respondentes | Não tem filhos: 85,31% Tem filhos: 14,69%, sendo: <i>Um</i> : 6,74% <i>Dois</i> : 5,66% <i>Três</i> : 1,62% <i>Quatro</i> : 0,54% <i>Cinco</i> : 0,54% |

Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Compreende-se a construção cultural através da religião dos sujeitos da pesquisa, analisando assim a formulação ideológica que eles poderiam ter em grande parte das respostas. Essa narrativa expôs que as religiões Católica (39,8%) e evangélica (31,2%) são as mais evidenciadas entre a juventude, conforme Figura 6, seguida assim pelo quantitativo de 16,4% de jovens que não possuem religião, ou que se relacionam com a religião de alguma forma.

Figura 6 - Distribuição dos participantes que responderam à pesquisa por religião.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.



A frustração dessa etapa não pôde ser descrita nos textos a seguir, foram momentos de se deparar com a proporção de o quanto nós, juventudes, nos tornamos ausentes nos cenários políticos e de que forma isso nos afeta no dia a dia. Quando percebemos que as violações que sofremos são uma escolha política, e não um acontecimento natural. É uma dor projetada, que a gente sente, chora, e devemos então lutar por uma realidade de fato democrática na conquista daquilo que é nosso. Nossos direitos!

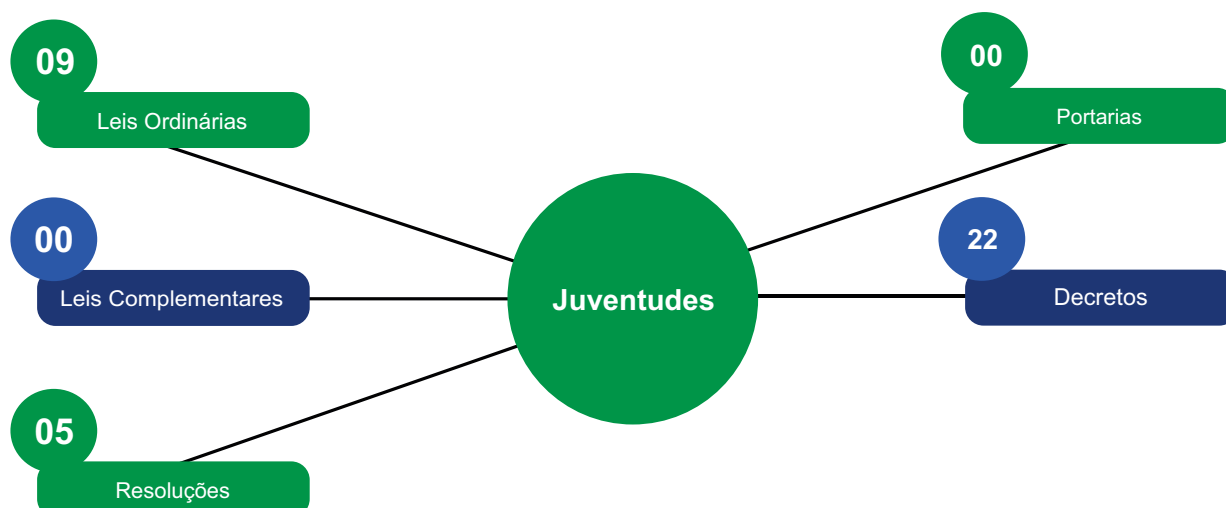
3- EXISTIR SEM SER PERCEBIDO: ONDE ESTÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES DO ESTADO DO PARÁ?

O mapeamento de políticas públicas tem como objetivo o entendimento do Estado quanto à sua disposição em atender à juventude do Pará, relacionando essa atenção juntamente das variáveis sociais e espaciais de meio ambiente, gênero e raça. A metodologia utilizada para o mapeamento se baseou na quantificação de políticas públicas encontradas nas plataformas digitais disponíveis para a análise, perpassando pela atenção essencial de cada política pública encontrada, levando em consideração seu foco principal e seu diálogo com os descritores buscados pela pesquisa.

O início do processo se deu a partir do encontro de Políticas Públicas efetivadas pelo Estado do Pará, mediante a formulação e aprovação de leis na legislação do Estado do Pará. Tendo então as seguintes buscas: Lei Ordinária, Complementares, Resoluções e Portarias, conceituadas pelo Portal da Legislação do Governo Federal. Sendo designadas pelos descritores JUVENTUDE, e seguintes sub-descritores: MEIO AMBIENTE, GÊNERO E RAÇA. Nesse ponto, serão selecionadas as políticas que podem interferir direta e indiretamente no processo de desenvolvimento da juventude no Estado, mediante as leis que corroboram para o fortalecimento e direcionamento de ações estatais para esse público-alvo dentro dos parâmetros ambientais, de gênero e de racialidade.

Políticas Públicas

Do Estado do Pará para Juventudes



Nesse cenário, jovens amazônidas do Pará encontram-se não assistidos desde o desamparo da segurança de suas vidas no campo, como a segurança alimentar nas cidades. Em 2021, o jovem Isac Tembê foi assassinado, e segundo seus parentes indígenas, o crime partiu de policiais militares que faziam segurança privada para o dono da fazenda, onde o crime ocorreu (G1, 2021). A morte da liderança jovem indígena ocorrida em Capitão Poço, nordeste do Estado do Pará, não é um ponto fora da curva, e sim faz parte de uma longa trajetória do plano de genocídio da população indígena, do apagamento de suas histórias e destruição de suas terras.

Segundo Almeida e Almeida (2021), a fome na Amazônia é uma realidade perturbadora e triste, visto tamanha riqueza frente a cenários contrastados com tanta pobreza. Um forte indicador apontado pelos autores é a pobreza extrema que se instala na região, sendo os dados apresentados, a pobreza extrema na Amazônia atinge 17% de sua população, e no estado do Maranhão chega a 25%, e nos estados do Pará e Acre atinge 18%, quando a taxa nacional é de 11% (ALMEIDA E ALMEIDA, 2021). O que desencadeia quadros de violência social, atrelados aos aumentos dos preços dos alimentos, que no espaço urbano, os jovens em situação de vulnerabilidade, são afetados diretamente.

De acordo com o Brota na Notícia, do Observatório das Favelas (2023), o quadro de violência com juventudes da Amazônia paraense está afetando as juventudes e conclamando-as para a luta constante no ativismo ambiental. Nela, o jovem Matheus Oliveira expressa que as mudanças climáticas reduzem sua expectativa de vida, sentida diretamente em casa, ao ser dono do seu próprio lar, junto com outros jovens. E isso o faz estar diretamente ligado na mudança do agora, na mobilização de outros jovens em movimentos sociais ambientais para assegurar a sua própria existência nessa realidade.

Toda essa realidade expressada neste tópico, expõe o quanto que a ausência de políticas públicas desenvolvidas para as juventudes, atreladas às mudanças climáticas, são urgentes. E convoca juventudes que perdem suas vivências para a luta da sobrevivência frente a um cenário de guerra constante, que coloca suas vidas em risco. Também demonstra como o sistema econômico, que se modifica e tem impactos direto nas mudanças climáticas e sua percepção por parte das juventudes, intercala-se com a insegurança alimentar dessa população na Amazônia.



4- FRENTE À AUSÊNCIA DE POLÍTICAS, COMO SE CONSTRÓI O SER JOVEM NA AMAZÔNIA?

Entendemos nossas dores e como elas nos posicionam no território. Faz-se necessário perceber como nossos corpos são atravessados pelos marcadores da idade, isto é, de quais jovens nós estamos tratando nesta pesquisa? A naturalização de nossas vivências sempre em estado de atenção pela sobrevivência, é violenta, e isso precisa ser escancarado. Não somente pela concepção científica, mas pelas marcas sociais apresentadas nas falas e vivências das juventudes, nas quais a maré chegou e transbordou.

Na América Latina, a Assembleia Geral das Nações Unidas define jovens como o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos (UNESCO, 2004). No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ) considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), criados em 2005, divide essa delimitação nos subgrupos abaixo:

- 15 a 17 anos - jovem-adolescente;
- 18 a 24 anos - jovem-jovem;
- 24 a 29 anos - jovem adulto.

Não existe uma concepção social única que caracterize e delimite o grupo geracional no qual os jovens estão inseridos, visto que se trata de uma categoria em permanente construção social e histórica. Assim, cabe falar em diferentes juventudes, que possuem a construção da identidade como questão central, mas que se destacam no imaginário social a partir de múltiplas referências da sociedade (SOUZA; PAIVA, 2012). Aqui, o que se reivindica é justamente a consideração de que corpos jovens não estão enrijecidos às amarras de definições institucionais, mas sim expostas na realidade de uma vivência atravessada pelo amadurecimento precoce, nos tornando adultos, antes de nos tornar jovens. E quando nos entendemos jovens, quando nos entendemos, já se faz em um cenário hostil, não preparado para nós.

Em um período em que as desigualdades econômicas e sociais estão cada vez mais acirradas, a sociedade está vivenciando um processo de individualização que se intensifica à medida que o capitalismo impõe a cultura da "liberdade individual" e da meritocracia. Nesse sentido, observa-se, mais intensamente a partir do século XXI, que a velocidade da modernização econômica e a ênfase no imediatismo têm gerado um novo conteúdo para a representação social da experiência de "ser jovem" (SOUZA; PAIVA, 2012).

Logo, nessa realidade, observamos que o sistema econômico faz com que jovens homens se tornem os pais de família, e como mulheres jovens automaticamente são vistas como chefes de família, ao serem pressionadas ao trabalho, ao salário, ao instinto de serem protagonistas do capital, e não serem jovens apagados por ele. No decorrer desse contexto, perdem suas vivências e sonhos jovens.

A abstração da categoria juventude dá margem à manipulação da experiência subjetiva desse jovem, dificultando o seu processo identitário e contribuindo para uma crise, uma vez que, ao mesmo tempo em que ele faz parte de uma concepção voltada para os ideais de autonomia, liberdade e vigor, trata-se de um sujeito muitas vezes ameaçado e limitado, exposto a realidades claramente afastadas das suas condições particulares (SOUZA; PAIVA, 2012). Perde-se assim a essência da luta, da revolução, da experimentação, do sentir. É o tempo que se encurta, é a ansiedade que ganha forma com a depressão que se instala. Os traumas que se empedram e só são vistos e sentidos tempos depois.

Para a pesquisa **Fala, Juventudes do Pará** o conceito de juventude está relacionado não apenas ao conceito de período delimitado por idades. O ser jovem alcança outras fundamentações e raízes, tais como as questões biológicas, psicológicas, sociais e culturais, não deixando de considerar as classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, dentre outros determinantes que influem direta ou indiretamente entre si. Dessa forma, consideramos que pelas ações e ausências do Estado frente às políticas públicas para as juventudes, tornam as problemáticas dessa população ainda maior que os dados apresentam quantitativamente, como são expostas nos próximos tópicos.

Segundo Alves (2017), em algumas culturas ainda prevalece o entendimento de que não existe o conceito de jovem como categoria geracional, isto é, criança ou adulto do ponto de vista de direitos e deveres de cada povo. Entretanto, compreendendo os estudos do autor, observando a movimentação de juventudes amazônidas pelo direito de existência em suas terras, faz-se necessária uma abordagem dessa juventude, como as juventudes amazônidas que não são crianças e também não são adultos. Todavia, estão no ínterim entre os dois saltos geracionais, promovendo dinamicidade com seus corpos dentro dos seus limites e das suas abrangências políticas e sociais. Para Alves (2017):

É importante conhecer as variedades comportamentais e realidades dos povos indígenas, assim como reconhecer a dificuldade de conceituar um único perfil de jovem dentro desses povos. Além do mais, são culturas com transformações constantes, marcadas ainda pela velocidade social das mudanças culturais e históricas. (ALVEZ, 2017, p. 142)

As juventudes precisam ser entendidas como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. Ela constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma (BORGES; VAZ, 2013). A própria juventude atuante em intervenções políticas do estado do Pará elabora acerca do que seria plenamente ter juventude e infância:

Tanto para a juventude, quanto para a infância quase não existem (políticas públicas), e é importante que tenhamos políticas públicas e algo devidamente aplicado. (Laboratório da Cidade, 2022)

Esta concepção da ausência das especificidades da juventude em sua própria vivência aponta o direcionamento do direito à juventude ser garantido por via de políticas públicas institucionalizadas, com ações direcionadas à garantia de acesso dos direitos direcionadas à população jovem. Os impactos dessas ausências de políticas públicas para com as juventudes amazônidas implicam em uma maior longevidade do período de juventude devido às vulnerabilidades econômicas, raciais, de gênero, ambientais, de questões atreladas às identidades LGBTQIAP+, as quais refletem na ausência de oportunidades empregatícias, abandono escolar para ajudar a família a conseguir se sustentar e outras nuances que culminam na dificuldade de viver o seu período de juventude.

Logo, considerando os cenários apresentados, são urgentes para demarcar as vivências do ser jovem na Amazônia para além das delimitações internacionais e nacionais que não abrangem a conjuntura sociopolítica, ambiental e econômica do ser amazônida e, por isso, faz-se necessário demarcar a juventude nas Amazônias até 35 anos.





“É inexplicável o descontentamento com a identificação das perdas das nossas vivências por questões estritamente políticas e sociais, além do sentimento de revolta petrificada no nosso existir. O que nos move até aqui é a construção da identidade amazônica que nos uniu pelo anseio de justiça e pela alegria de nos reconhecermos e percebermos que não estamos sós. É assim que nos fortalecemos, quando sentimos que pertencemos a Amazônia”

5- IDENTIDADE E TERRITÓRIO: AFINAL, O QUE É SER AMAZÔNIDA?

Ao imergir com as juventudes da Amazônia paraense, destacamos o quanto os jovens em seus territórios no Pará, não se identificavam ou não sabiam ao certo como se identificar enquanto amazônidas. E isso é posto não somente no processo da pesquisa, como em imersões com jovens em escolas, espaços de diálogo, entre outros momentos, nos quais as juventudes que são amazônidas, não se percebem amazônidas. Muito pelo apagamento da nossa história, outros pela concepção errônea que atrela Amazônia apenas à natureza, outro por de fato isso não parecer importante.

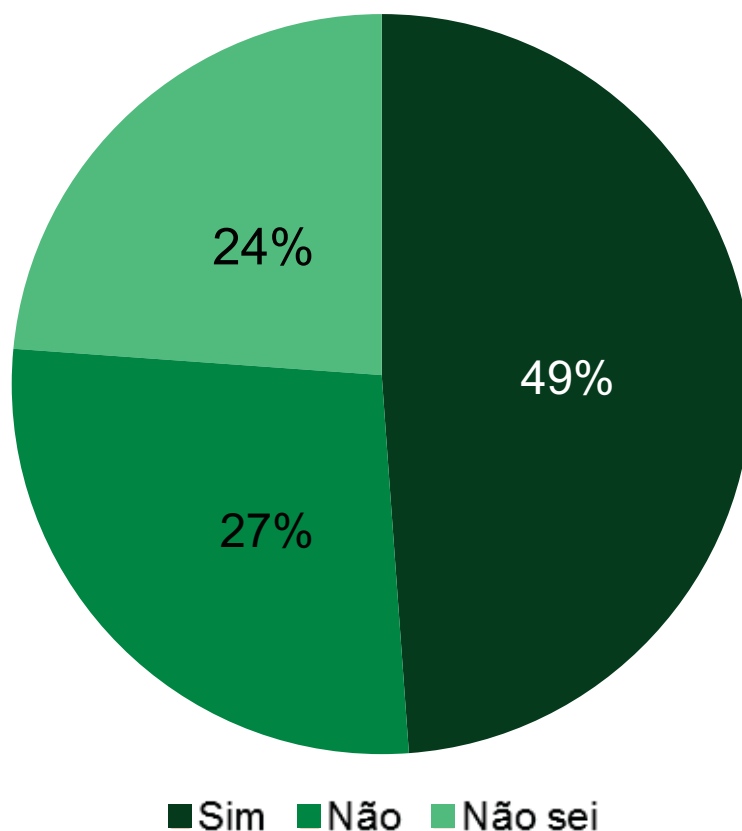
Isto é, em relação à pesquisa elaborada, é importante reconhecer as dinâmicas, diversidades e diferenças das juventudes amazônidas, que abarcam povos indígenas, negros, quilombolas, ribeirinhos e urbanos. Nesse sentido, pensar o imaginário amazônico é discorrer sobre as diversas narrativas entronizadas acerca do que é esta região. De acordo com a obra de Porto-Gonçalves, essas narrativas vão desde o vazio demográfico até a zona de fornecimento de matéria-prima, isto é, floresta e produtos naturais. Mas a Amazônia é isso, e além disso, muito além disso.

Essa composição de imaginários ideológicos, serviram para que esse território se tornasse alvo do grande consumo, e vendesse uma imagem de vazio demográfico, um espaço somente para retirada, e não para envolvimento. Isto é, um imaginário constituído por gerações e em grande maioria, de maneira colonizadora do ser, retirando do próprio amazônida, o direito e a afirmação de ser amazônida, visto não poder construir uma identidade onde não há cultivo de práticas e o significado da existência de uma sociedade.

Apontado por Alves (2017), reconhecer esses processos de violação de identidade, só se faz possível dentro do processo histórico que vem marcando a relação entre as identidades originárias e a sociedade envolvente. Implicando assim em diversas respostas e lacunas deixadas pelos participantes da pesquisa, ao perpetuar contradições ao viverem na Amazônia e serem atravessados por ela, ao mesmo passo que são constantemente desafiados por essa regionalização.

Das 388 respostas obtidas, 190 participantes responderam que sim, conseguem se autoafirmar amazônidas, em detrimento de 198 participantes que responderam que não se consideram ou não sabem se já passaram por esse processo. Isto é, 51% dos e das participantes não conseguiram compreender ainda a relação da sua localização com as suas práticas, como expõe a Figura 7, mesmo que estas sejam inerentes aos seus processos de envolvimento social, ainda que urbanos ou rurais.

Figura 7 - Porcentagem acerca da identificação quanto à pessoa amazônida.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Em acordo a composição das respostas há uma elaboração da existência da dificuldade de se afirmar enquanto amazônida, tendo como ponto de partida os estereótipos nacionais atribuídos a esta região e suas populações:

Sim, temos algumas populações que não assumem a sua origem, principalmente as tradicionais e juventudes, mas eles entendem o que é a luta. As pessoas carregam que a percepção de ser amazônida é ser sujo, ser marginal, à margem da lei e dos acessos, então as pessoas precisam se autoafirmar de outra forma. Porém, em alguns lugares (essas pessoas) afirmam bastante, justamente por precisarem de seus direitos para esses espaços. (Movimento Atitude Afro Pará, 2022)

Normalmente, ao tratarmos sobre esse quesito de reconhecimento de juventudes amazônidas, essa questão não chega aos interiores, como é aqui em Bujaru. Dificilmente você consegue ver juventudes que consigam se reconhecer como tais e consigam ter isso como uma pauta a ser discutida, infelizmente essa precarização de conhecimentos e informações, nos atinge de formas muito grandes. (Conselho Municipal de Juventude, 2022)

A visão negativa do ser amazônida instalada no imaginário social da região e da visão nacional está carregado de um processo histórico onde supõe-se que o ser amazônida encontra-se em isolamento de espaço e tempo, uma imagem estática de uma natureza intocada e homogênea. O processo de construção histórica também é fundamentalmente marcado pelo local da exploração, servidão e colonização.

(...) desde pequeno a gente tem essa dificuldade, tanto na questão política porque a política aborda questão de pertencimento, e se o jovem brasileiro já não tem tantos espaços, imagina o jovem nortista, amazônida. Já vi questões na minha própria família desde pequeno. Faço parte de uma família que vem de origens europeias e assumem essa identidade sem assumir o pertencimento do local que está. (Coletivo Jovem Pará, 2022)

(...) observo que parte da juventude vive com um receio muito grande porque querendo ou não, a população amazônida como um todo sofre um preconceito muito grande, então às vezes algumas juventudes sentem vergonha e medo de se identificar como tais. Ainda vivemos em um país muito preconceituoso e que mata muitos ativistas, principalmente ativistas amazônidas. (FETAGRI, 2022)

O pertencimento ao território e identidade passa por um processo de construção em sua afirmação positiva, em contraponto a isto a identidade amazônida está em um local de disputa com identidades que por séculos foram introduzidas pela colonialidade ao espaço. Formas de vivências, culturas e construções familiares advindas dos colonizadores foram impostas enquanto corretas. Portanto, ainda hoje são exaltadas, estigmatizando aquilo que de fato é do território, sua cosmovisão em contraponto à uma racionalidade distinta.

Acredito que seja mais uma construção social, onde nem somos ensinados a nos conectar e entender nossa origem amazônida. Conheci uma menina de em média 12 anos e que não sabia que morava na Amazônia até falar pra ela, e ela nem acreditou de primeira. (Jovens pelo futuro Xingu, 2022)

(...) A Juventude não se identifica porque não é ensinada. (Engajamundo / ASHOKA, 2022)

Nesta lógica de “desenvolvimento” ou não envolvimento, destinado a um não lugar de existência plena, encontra-se uma lacuna de ação poderosa em favor da construção de uma afirmação amazônida, onde a formação política e políticas públicas possam estimular processos de autoafirmação e produção de conhecimento da juventude das Amazônias.

O não ensinamento do que seja a origem amazônica é pano de fundo das reais vivências das juventudes que transitam em seus territórios, produzem e tem os efeitos da exploração escancarados no seu cotidiano. O relato do não acreditar que seja pertencente à própria região é demonstração da ausência da promoção de emancipação, são disputas de narrativas homogêneas que são carregadas de estereótipos em que as próprias populações não se reconhecem e negam.

(...) tem uma grande dificuldade de reconhecimento, não só do jovem, mas de quem vive na Amazônia como um todo. E eu acredito muito nesse distanciamento com as influências da urbanidade, e esse efeito é muito mais forte quando falamos de cidades de grande/médio porte sem contato com o que é a Amazônia, florestas e etc. faz com que role essa desconexão. Outra questão é a migração desse sentimento, cidades que cresceram muito terão gerações de contato muito mais curtos com as tradições e modo de viver, o que causa esse distanciamento (Laboratório da cidade, 2022)

(...) a gente nasce sendo amazônidas, vivendo em um recorte de muito preconceito, vinculado até a dificuldade de acesso ao conhecimento. Por isso, é tão importante levar esse conhecimento pra juventude. Acaba que a realidade de pessoas periféricas é diferente, ainda mais falando sobre a participação feminina, foi inclusive por isso que surgiu a rede Jandyras, mulheres da região amazônica que tem diversas profissões e vivências e precisam estar inseridas nesses espaços de tomada de decisão, esse inclusive é o objetivo da rede. (...) (Rede Jandyras, 2022)

Anulando as formas de existência, abre-se o processo de desumanização e despertencimento, assim provoca-se a falta de atenção às problemáticas que atravessam a Amazônia pela negação de direitos humanos dos amazônidas, sejam estes referentes à precária saúde, ausência de saneamento básico e acesso à educação e informação.

Em contexto urbano, essa identificação gera um local de distanciamento dos saberes tradicionais e sua cultura, mesmo que seus conhecimentos acerca de ervas, manipulação de plantas, colheita de frutos, produção familiar, entre outros, estejam atrelados a transmissão de saberes entre gerações, os mesmos não cruzam esta vivência ao pertencimento amazônida e à transmissão de saberes ancestrais, pois o território construído no imaginário social não se enquadra neste contexto.

Tal cenário de distanciamento do ser amazônida em meio às urbanidades também deriva do modo de construção das cidades amazônicas, as quais insistem em importar modelos de desenvolvimento europeus e não olham para seu bioma como algo único e, por tanto, precedente de um modelo de “envolvimento” que seja baseado em suas características climáticas, suas dinâmicas econômicas e sociais.

Como as ruas que são tecidas por rios que, ao invés de serem incorporados às dinâmicas da cidade, são canalizados, como as árvores que, apesar de serem um importante agente regulador de micro e macro climas, sucumbem para dar lugar ao concreto que ferve a cidade sob as altas temperaturas do bioma.

Tal situação aprofunda o cenário de vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais de cidades amazônicas, as quais deveriam possuir um potencial de resiliência climática que poderia ser exemplo para o mundo. Entretanto, encontram-se em um cenário com indicadores que refletem a desarmonização das necessidades de uma cidade situada na Amazônia, as quais ao invés de usarem soluções baseadas na natureza para enfrentarem os desafios climáticos insistem na reprodução de um modelo que, mundialmente, é entendido como fracassado.

Os movimentos em atuação no Pará, apontam um direcionamento dos desdobramentos acerca da heterogeneidade presente na discussão acerca do pertencimento, destacam problemáticas socioambientais e, conforme o entrevistado do movimento Atitude Afro Pará e o Líder Jovem Bepdjyre Txucarramãe- Kayapó, estes seriam um dos principais norteadores do debate:

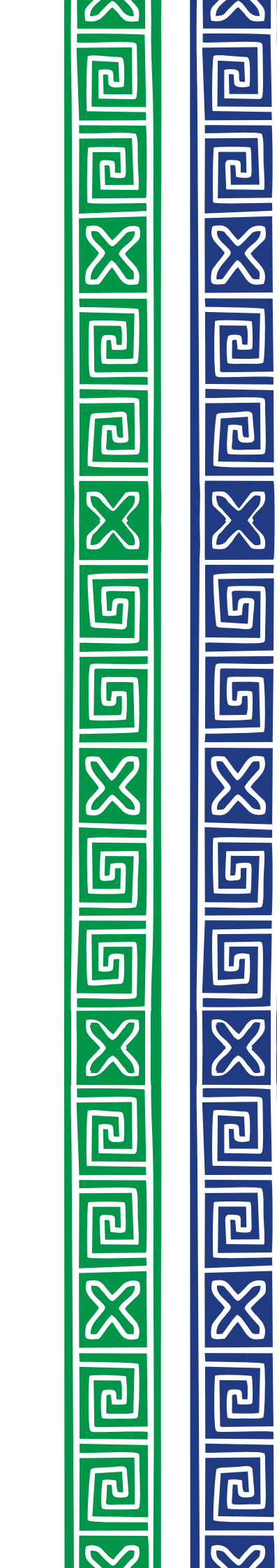
Para falar de pertencimento na região amazônica, onde eu tenho vários cenários (urbano, ribeirinho, quilombola, indígena...), é necessário pensar em instrumentos que possam empoderar. O debate da Amazônia não é só de ecossistema, é emprego e renda, sustentabilidade, fortalecimento intelectual. E a juventude precisa entender isso, falar de pertencimento é sobre criar um mecanismo bem direto que saiba que "eu pertenço a Amazônia, eu estou aqui", depois fazer o jovem identificar em que recorte ele está e como ele se entende. Não é só a falta de conhecimento, é fazer essa galera se identificar e entender a forma que ela ocupa. (Atitude Afro Pará, 2022)

Por trabalhar com juventudes indígenas e por ser uma e estar inserido nesse meio, o que a gente mais vê são pessoas que não se consideram amazônicas, não por quererem, mas às vezes por medo e receio do preconceito que podem sofrer. Ainda mais quando a questão é sobre juventudes indígenas. Esse medo vem mais à tona, por mais que tenhamos crescido nesse meio. (Bepdjyre Txucarramãe - Kayapó, 2022)

Não se entender enquanto amazônida, como expõe Gonçalves (2001), é ratificar uma ordem sistêmica da desumanização da região amazônica, para o processo de envolvimento da sociedade, que visualiza a região como um vazio demográfico, pronta para suprir os objetivos do capital. Dessa maneira, muitas ideologias são constituídas, e a principal delas é o genocídio epistemológico acarretado pelo genocídio de povos e culturas originárias que promovem o mantimento do que é ser amazônida, em suas práticas com a terra, com o seu lugar e com seus territórios.

Em contrapartida, cerca de 44% dos participantes concordam plenamente com as afirmativas "Sinto que pertenço ao território amazônico" e "Conheço e sinto orgulho das tradições e da cultura dos territórios amazônicos". Expondo que as práticas amazônidas são inerentes às juventudes, mas há a dificuldade de perceber isso em suas identidades, nas autoafirmações.



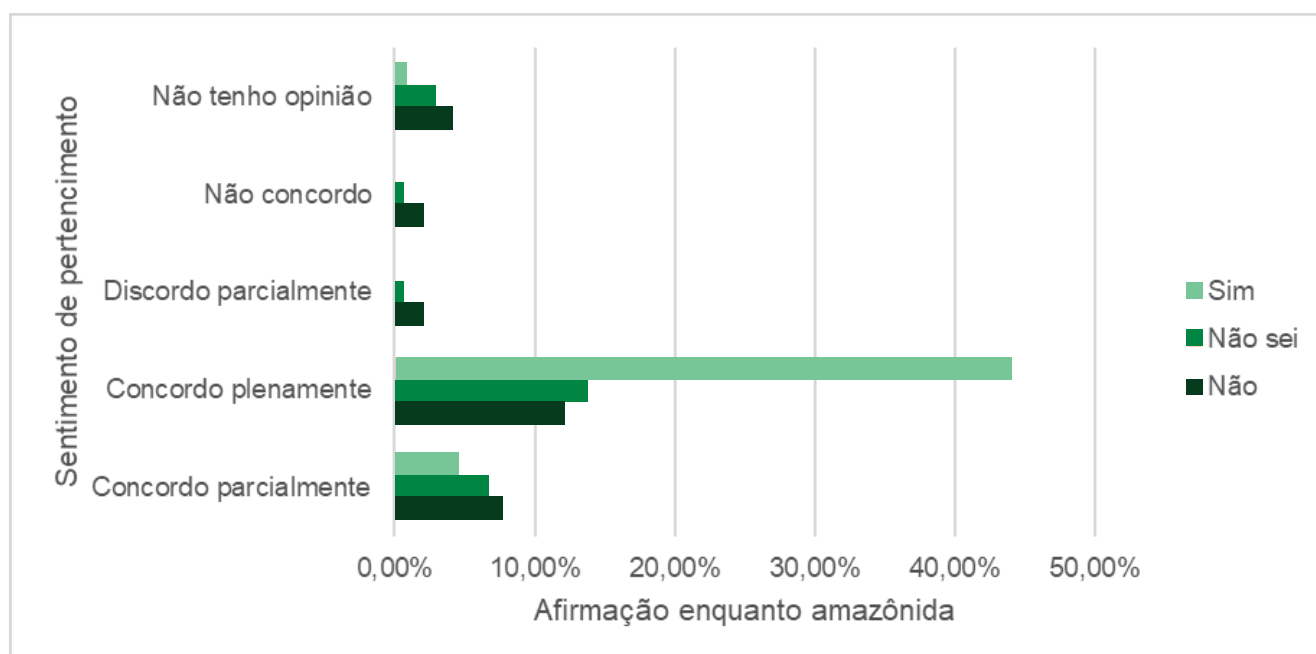


O imaginário de uma Amazônia floresta, vendido por narrativas predominantemente do centro-sul do Brasil e de territórios internacionais que desconhecem as realidades dos territórios amazônicos, entendendo-os como um vazio demográfico, apenas com árvores e animais, distancia a identidade de quem mora, por exemplo, em uma Amazônia urbana, isto é, em cidades, longe por vezes desse imaginário moldado, o que pode ter, por consequência, a falta da autoidentificação enquanto amazônida.

Também, tal ausência de pertencimento pode estar atrelada à ausência de uma educação emancipatória. O Ensino Superior e o Ensino Médio pouco alcançam o interior da Amazônia, povos indígenas não têm acesso à formação superior, e apenas 51% da população de 0 a 5 anos está matriculada na Educação Infantil, abaixo da média brasileira de 66,4%, segundo o Instituto Arapyaú. Na educação profissional, apenas 2,4% da população amazônica está matriculada, frente a 4,7% no Brasil. Em relação a crianças em creches, a diferença é significativa: 25,6% na Amazônia Legal e 44,8% nos demais Estados – sendo que a maior razão apontada é a falta de oferta, conforme aponta o relatório Educação na Amazônia Legal - Diagnósticos e Pontos Críticos.

O sentimento de pertencimento materializado nos dados da Figura 8, confirma as práticas desses jovens dentro dos seus territórios amazônidas. Sobretudo por participarem de movimentos em prol da Amazônia de alguma forma. Como exposto anteriormente, 44,59% dessas juventudes estão ou já concluíram o ensino médio, logo encontram-se no intermédio de uma formação escolar para uma formação profissional, ou de nível superior de ensino. Esse dado expõe que esses jovens ainda estão em processo de aprendizado e constituindo suas identidades, mesmo que envolvidos de algum modo com as dinâmicas amazônicas, seja por vivências, seja por terem decidido responder um questionário com esse teor.

Figura 8 - Afirmação enquanto pessoa amazônida pelos participantes da pesquisa e sentimento de pertencimento ao território amazônico.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

De acordo com De Lima Araújo e Da Conceição Alves (2018), as diferentes juventudes sofrem diferentemente os impactos da sociabilidade do capital, em particular os jovens de origem trabalhadora. Nos dados de grau de escolaridade, se aponta mais de 60% dessa juventude em situação Escolar e 20% já no trabalho informal (quadro 3), o restante sendo distribuídos em trabalhos autônomos, de casa ou pontuais.

E essa diferenciação de segurança financeira também implica nas formulações de identidade das juventudes. A insegurança, o medo e o sentimento de impotência refletem-se em estatísticas de desemprego, violência rural e urbana, fome, e jovens em situação de rua. Se faz pertinente questionamentos acerca de onde e como estão essa população de juventudes.

● **Atravessamentos de cor e raça**

Se faz necessário a construção de um debate acerca da autoidentificação da cor da pele, com a constituição de uma identidade que implica na forma de ver e moldar o espaço. É importante ressaltar que para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há classificação de pardos e pardas, negros e negras, e que no processo de identitarismo e concepções de atravessamentos, as classificações podem ser resumidas em pessoas negras, sobretudo no Pará. Como bem aponta Conrado, Campelo e Ribeiro (2015):

Ser negro(a) no Pará, e por que não dizer na Amazônia, não é o mesmo que nas outras partes do país. Pelo processo histórico, a presença da população negra na região foi mitigada e relegada a segundo plano. A região tem a marca das hipérboles e dos mitos, e essa marca condicionou a forma como a população negra foi tratada nas análises acadêmicas e como teve a sua identidade “sufocada” na metáfora do ser moreno/morena até os dias atuais, embora o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponte que o Estado tem 73% de sua população constituída de pretos e pardos, portanto, negros. (CONRADO, CAMPELO E RIBEIRO. 2015. p. 214)

Destaca-se, segundo a discussão, como no Pará essa dinâmica se interpela com a mitigação indígena, tornando a “morenidade” uma identificação, e apagamento das verdadeiras concepções de identidades (CONRADO, CAMPELO E RIBEIRO, 2015). Incide diretamente na metrópole por ser o espaço de maior relação e difusão dessas interpelações pessoais de cultura, cor, política e trocas.

Os estudos dos autores apontam que a presença do negro na Amazônia foi apagada por múltiplas questões racistas. Essas sobreposições e a ideia da “morenidade” como constituição de uma raça, fomentou para apagar e desviar a autodeclaração enquanto pessoa negra, o que vai refletir diretamente na formação de jovens na Amazônia.

Para a pesquisa **Fala, Juventudes do Pará** pôde-se ter um quantitativo de 56,96% de participantes que se autodeclararam pardos ou pardas. Em detrimento de 18,04% pretos ou pretas e 19,59% brancos ou brancas.

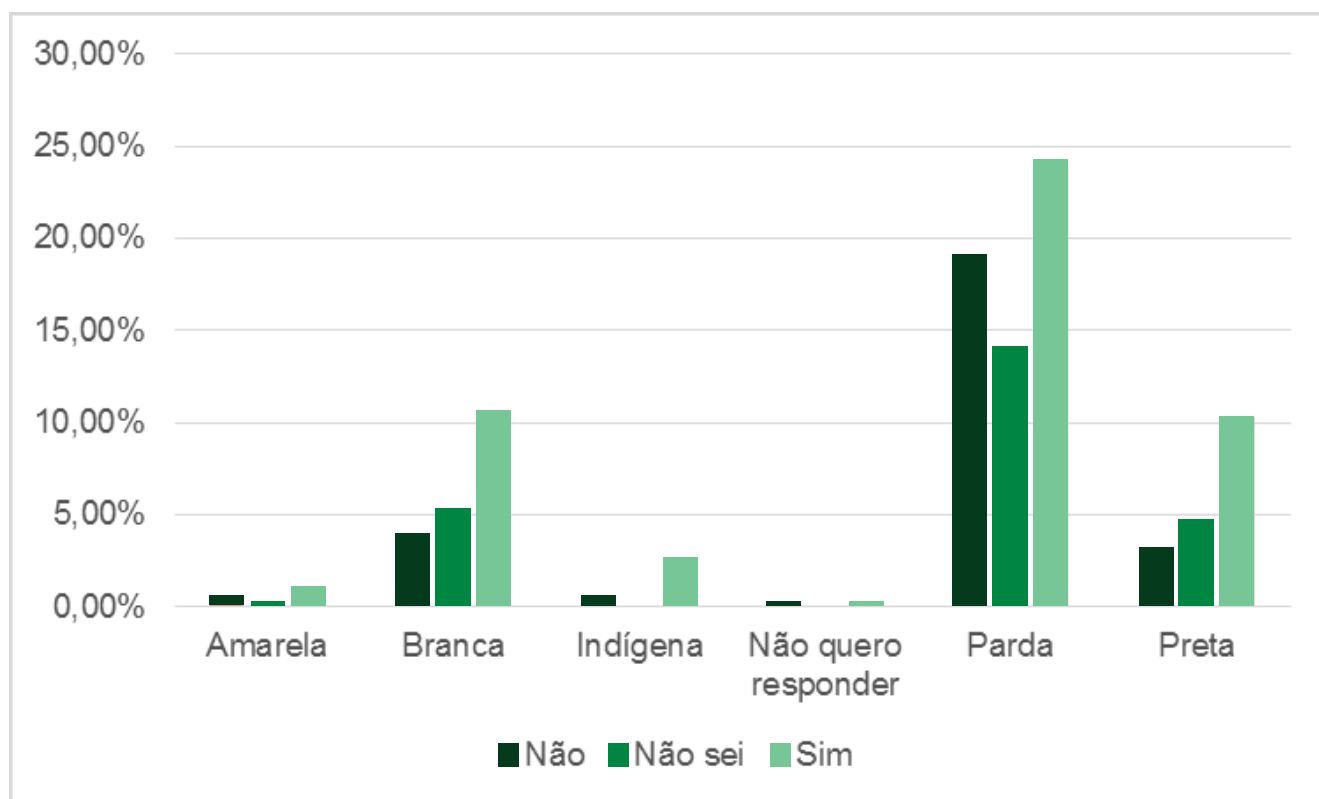
Conrado, Campelo e Ribeiro (2015), essa discussão perpassa pela delimitação evidenciada e materializada pela chegada de maranhenses e baianos na região paraense, que fizeram de sua cor uma identidade, reivindicando e pontuando pelo Estado a existência da racialidade ora apagada/silenciada.

Entretanto, como apontam os autores, essa reprodução de identidade negra, embora necessária, expôs ainda mais a mazela deixada pela “morenidade”, colocando em questão então um “não pertencimento” ou “não lugar” na população que não se identificava negra, e também não se identificava branca (CONRADO, CAMPELO E RIBEIRO, 2015. p. 216).

Fica evidenciado que a marca da “morenidade” se entrelaçou nos jovens que participaram da pesquisa, colocando aqui, por exemplo, um quantitativo pertinente de juventudes pardas que não sabem ou não se afirmam amazônidas. São lacunas provenientes de processos culturais, simbólicos, geográficos, que pontuam a falta de discussões e reeducação social acerca de suas identidades, de onde vieram, como são moldadas as suas trajetórias com a identificação de seus ancestrais.

Portanto, a dedicação dessa pesquisa está em conciliar o debate de raça e de pertencimento, visto que políticas públicas e ações afirmativas são pensadas para populações negras, indígenas, quilombolas, sem, por vezes, salientar um grupo de jovens que podem estar inseridos sem perceberem no complexo de “morenidade”, ao não se identificarem com a cor da pele que os acumulam tantos processos de racismos velados e não velados, tornando seus corpos em ambientação de não pertencentes à região que os pariu: A Região Amazônica.

Figura 9 - Afirmação enquanto pessoa amazônida pelos participantes da pesquisa por raça/etnia.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

A pesquisa então questiona quais são os negros, indígenas e quilombolas que estão no Pará? Uma discussão encabeçada pela miscigenação, por exemplo, de indígenas e brancos, originando o que comumente se chama de “cabloco”. Essa expressão, não muito saudável, atravessa as juventudes também que não se veem indígenas, nem brancas, nem negras.

A escolha pela "identidade" torna o caminho mais fácil, mesmo que com menos referências. A questão dessa implicação é justamente nos espaços de decisão, isto é, quais espaços são referidos a “identidade parda”? Não se pode discutir ou decidir por uma comunidade não pertencente, que não perpassa pela construção de história através dos seus grupos sociais de acordo com a sua cor identitária.

Ao destrinchar para as outras identificações de raça/etnia e o sentimento de pertencimento à Amazônia, podemos constatar que a raça/etnia parda se coloca com o quantitativo expressivo em detrimento de todas as outras.

Essa discussão já iniciada, corrobora com os estudos de Conrado, Campelo e Ribeiro (2015, p. 20), ao pontuarem que uma sociedade que nega a serem de outras etnias ou raças, é uma marca do processo histórico e cultural, ressaltando um alto grau de baixa estima, buscando uma identidade alternativa, “abriu-se como uma possibilidade quase que naturalizada”.

- **Identidade e pertencimento das Juventudes Amazônicas**

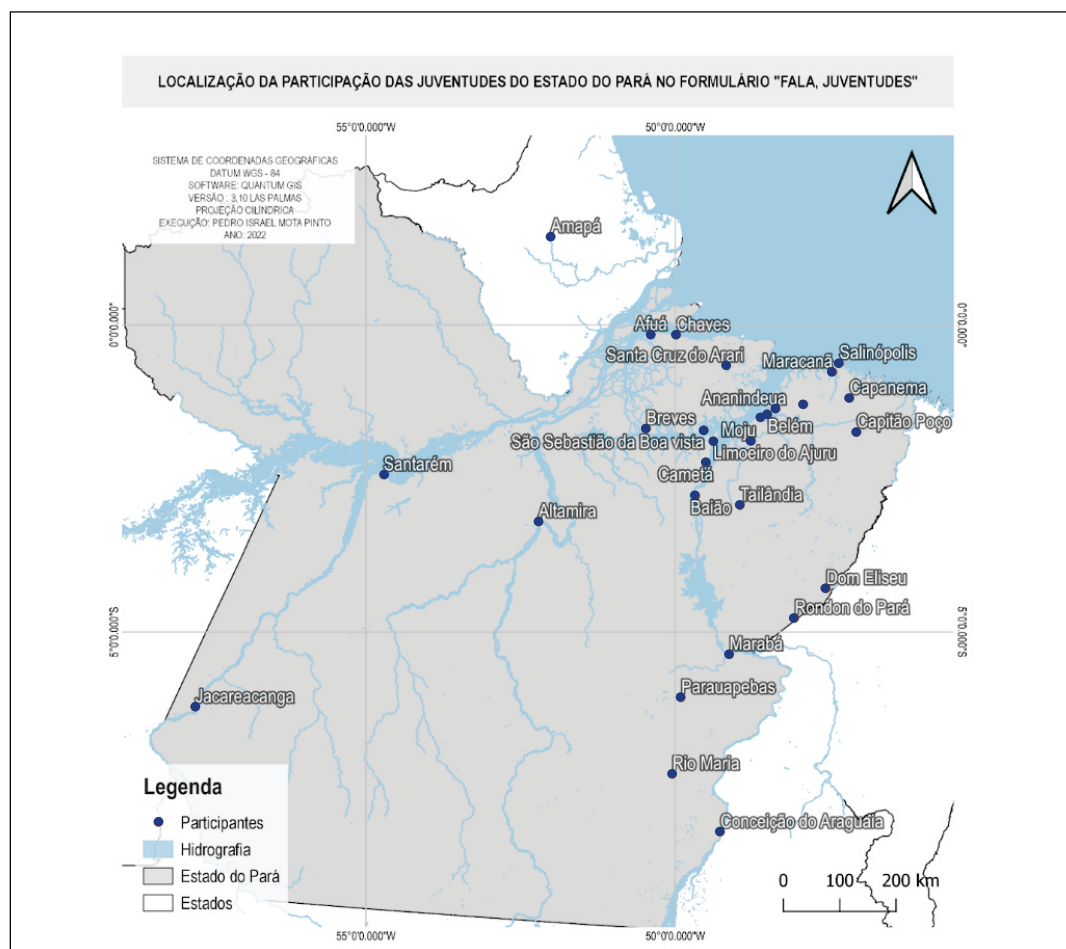
Segundo o Atlas das Juventudes (2020), a concentração de jovens no Brasil perpassa pela macrorregião norte, com 28%, localizados majoritariamente em zonas urbanas. Esse contraste justamente interfere na autodeclaração enquanto amazônica, pois a paisagem em que se inserem, difere da Amazônia vendida nas grandes mídias e nos mecanismos hegemônicos de educação. A juventude urbana, ainda que vivencie a realidade das ferramentas urbanas e suas tecnologias, não estão afastados das práticas, rituais, cultura e formas de vivenciar o espaço amazônico.

A pesquisa, que foi inserida no Estado do Pará, abarcou 29 municípios, especializados em 48,5% em áreas urbanas centrais, o que identifica a atividade de jovens em redes urbanas inseridos nesse processo ser mais intenso, em detrimento de 8,8% em área rural. Em consonância com Dayrell (1999), o período da juventude é ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Isto é, suas espacialidades representam onde estão, e porque são. Por isso, suas respostas estão ligadas ao processo de formação identitária de acordo com as realidades desenvolvidas pelas dinâmicas espaciais do urbano ou do rural.

Ainda segundo o autor, jovens são sujeitos sociais que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem. Dessa maneira, nos questionar onde estão distribuídas as juventudes referentes aos participantes da pesquisa, é também compreender suas respostas, suas facilidades de acesso ao dinamismo da virtualidade, sendo um questionamento disponibilizado via internet, de acordo com a matéria que tem por título “*Webdocumentário discute sobre exclusão digital e emergência climática na Amazônia a partir da visão de jovens lideranças*” (NIC.BR, 2021), a qual trata do processo de exclusão digital aos quais estão inseridas as juventudes em seus contextos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e urbanos presentes no Webdocumentário “**A Maré tá pras Juventudes?**” produzido pela COJOVEM.

O Estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro em área com 1247,6 mil km² de extensão territorial, sendo o mais populoso da região norte com 8.602.865 habitantes e 144 municípios. A pesquisa **Fala, Juventudes do Pará** abrangeu 28 desses municípios, conforme Figura 9, sendo 19% dos participantes moradores da cidade de Belém, seguido de Castanhal com 18% e a cidade de Ananindeua com

Figura 9 - Distribuição dos participantes que responderam por município de residência no Estado do Pará.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

A exclusão digital nas Amazônias se faz desde as peculiaridades geográficas que dificultam a abrangência das tecnologias digitais pelo território, até os preconceitos ignorantes acerca da utilização de tecnologias digitais por povos originários, isto é “indígena pode usar celular?”. Segundo Karla Braga, coordenadora de Sustentabilidade e Gestão de Projetos da Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM) e diretora e roteirista do webdocumentário, uma das entrevistadas da matéria:

“A gente não pode mais ignorar a problemática da exclusão digital, porque quanto mais amazônidas estão excluídas digitalmente, isso significa que, conseqüentemente, nós temos mais amazônidas a margem do debate climático, sendo que nós somos uma das populações mais vulneráveis no que tange isso, ou seja, é uma questão de justiça climática inserir os amazônidas no contexto digital para que cada vez mais a gente possa ter acesso a informação de qualidade. Então, a partir do investimento em inclusão digital nós podemos traçar diversos impactos positivos que vão desde o fortalecimento econômico, social ao ambiental do território amazônico”. (NIC. BR. 2021)

Isto também deve ser levado em consideração devido a seu impacto nas limitações de acesso a informações seguras e aos debates que limitam a juventude do Pará em suas articulações, movimentos e atuações políticas.

Sim, aqui no meu bairro mesmo, por ser um bairro periférico, essa democratização de acesso à informação acaba não chegando de forma muito precisa, e quando chega, infelizmente os jovens acabam não tendo muito tempo para olhar. Ou seja, muito ligado à falta de informação, já tive conhecimento e contato com pessoas que nem sabiam direito o que eram pessoas amazônidas, quem dirá se reconhecer como tais. (Tapajós de Fato, 2022)

Esse debate configura o índice de participantes concentrados em regiões urbanas e consideradas metrópoles ou cidades médias pelo Estado do Pará, sendo que em outros municípios, pelo menos um participante pôde responder, mesmo que a pesquisa tenha sido expandida para vários pontos do Estado e em nichos diversos e diferentes de juventudes.

Os territórios amazônicos são de grande multiplicidade em composição social, cultural e de acesso aos direitos. As entrevistas realizadas captam relatos de real complexidade em territórios quilombolas, sendo hoje o Pará o Estado com maior titulação de territórios quilombolas, segundo a Coordenação nacional de articulação das comunidades negras rurais quilombolas. Mesmo com este avanço legal os desafios das comunidades quilombolas se estendem pelo reconhecimento da identidade e direito à apropriação do próprio modo de viver.

(...) Jovens que não conseguem se identificar e se perceber como jovens amazônidas, que é um projeto político para o jovem não se reconhecer e identificar e não defender seus direitos e tudo isso perpassa pela educação colonialista e as escolas que nos ensinam a sair das comunidades ribeirinhas para "ser alguém". Em algumas reuniões da faculdade que precisa se apresentar, alguns jovens se acanham e não querem falar que são ribeirinhos/amazônidas pelo medo da chacota, já que a sociedade trouxe isso como forma de inferioridade, porém seguiremos resistindo. (Conselho Nacional das Populações Extrativistas, 2022)

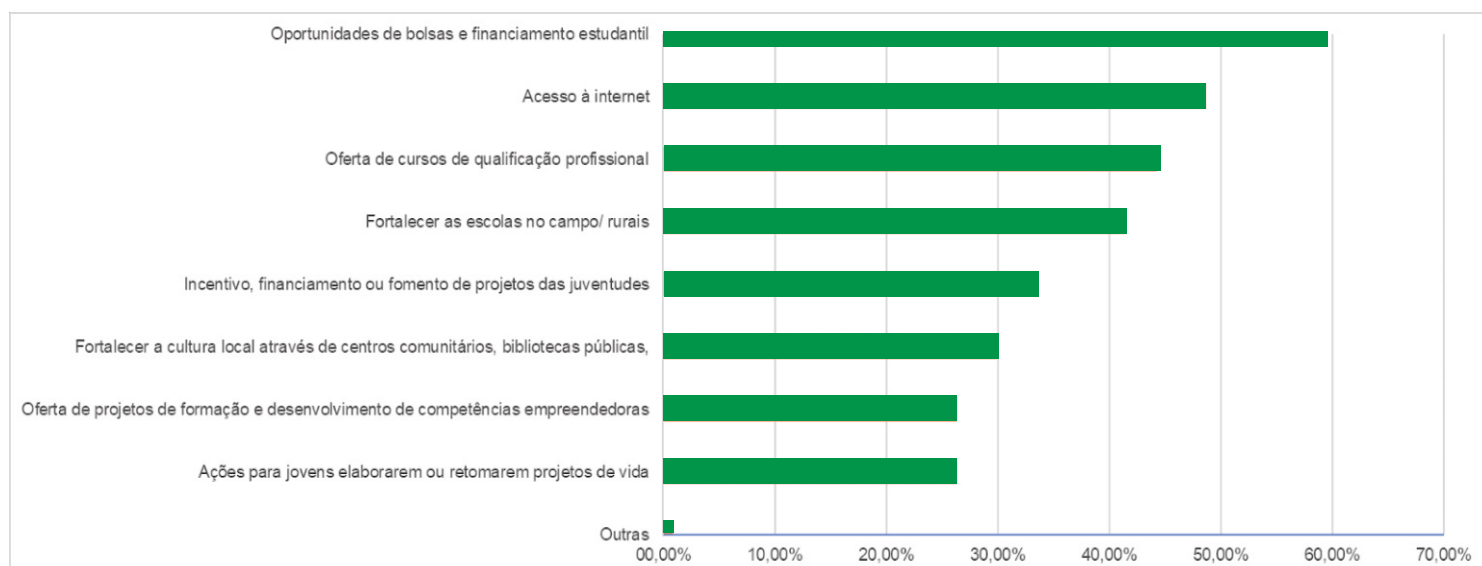
Aqui, observamos também que, ao tratar de Educação, as juventudes tornam visíveis as necessidades das oportunidades de bolsas para o financiamento estudantil, direcionado então para uma formação mais completa e voltada para a educação de jovens e adolescentes. Destaca-se também a urgência do acesso à internet, visto que em muitas zonas da Amazônia ainda se vive a escassez desse acesso.

Assim, ao serem questionadas sobre as três ações prioritárias para lidar com as juventudes na pós-pandemia, os respondentes do nosso questionário perpassam pela urgência de se pautar a manutenção e sustentabilidade de jovens na Amazônia a partir do financiamento e bolsas estudantis. Isto é, colocar como prioridade o incentivo a educação qualificada, não somente para o mercado de trabalho, mas para a somatória de jovens em espaços de crescimento acadêmico. Promover viagens formativas, projetos abrangentes e que pautem os seus territórios, é uma construção urgente a ser priorizada por instituições públicas e privadas pelo Estado do Pará.

O acesso à internet, como já exposto, é também uma prioridade elencada pelas juventudes, no que tange ao processo de desenvolvimento de seus territórios, pensando sobretudo na conectividade e integralidade dessa população nas oportunidades educacionais que são manifestadas e comunicadas via internet, como o acesso à editais, financiamentos, espaços formativos, possibilidade de empregabilidade, dentre outros mecanismos de mantimento e sustentabilidade que é possibilitado pelo advento da internet.

Além disso, se observa que a prioridade das juventudes perpassa pela oferta de qualificação profissional, sabendo elas que quanto mais qualificadas forem, mais serão candidatas/as expressivos em seleções de empregabilidade e de espaços decisórios. Jovens amazônidas entendem que somente suas formações não as deixam seguras em ambientes seletivos. Faz-se necessário estar sempre à frente, e isso se dá com apoio também de iniciativas públicas e privadas de investimento em juventudes através da EDUCAÇÃO.

Figura 10 - Pensando no futuro das juventudes, quais são as três ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia considerando questões relativas à EDUCAÇÃO das juventudes?



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Dentro do cenário da Educação, a migração compulsória do próprio território está presente nos processos de acesso a empregos, saúde e educação negados a comunidades ribeirinhas e quilombolas. Este processo de migração para áreas urbanas atinge a identificação desses atores que são introduzidos a novos modos de existir, que, estigmatizados em seus costumes e culturas, são empurrados a encaixar-se em novos padrões de vida.

O relato de jovens envergonhados em ambiente acadêmico revela uma exclusão social dentro de um espaço que colabora com políticas de inclusão, portanto, os desafios estão além de ser introduzido ao espaço, está em também permanecer com sua identidade e conhecimentos.

(...) nós, enquanto quilombolas, é um debate que tem se apresentado bastante e recente. As juventudes quilombolas nem se identificam as vezes como tal, acabam citando só “ah, eu sou de baião” para evitar dizer que é quilombola. Mas, nós vemos muito isso como questão política e histórica que vem desde a colonização e no contexto amazônica. Mas, estamos vendo bastante essa questão mudar. (Malungo - Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará, 2022)

A questão da identidade e territorialidade atravessam inúmeros debates, dentre estes a autenticidade do grupo identitário e suas formas em constante alteração de representação, Hall (2006) abarca uma concepção de identidade em movimento, onde o sujeito apresentado em novos modos de representação e sistemas de significado, tem sua cultura confrontada e abre-se inúmeras possibilidades de identidade, inclusive a de não lugar e pertencimento.

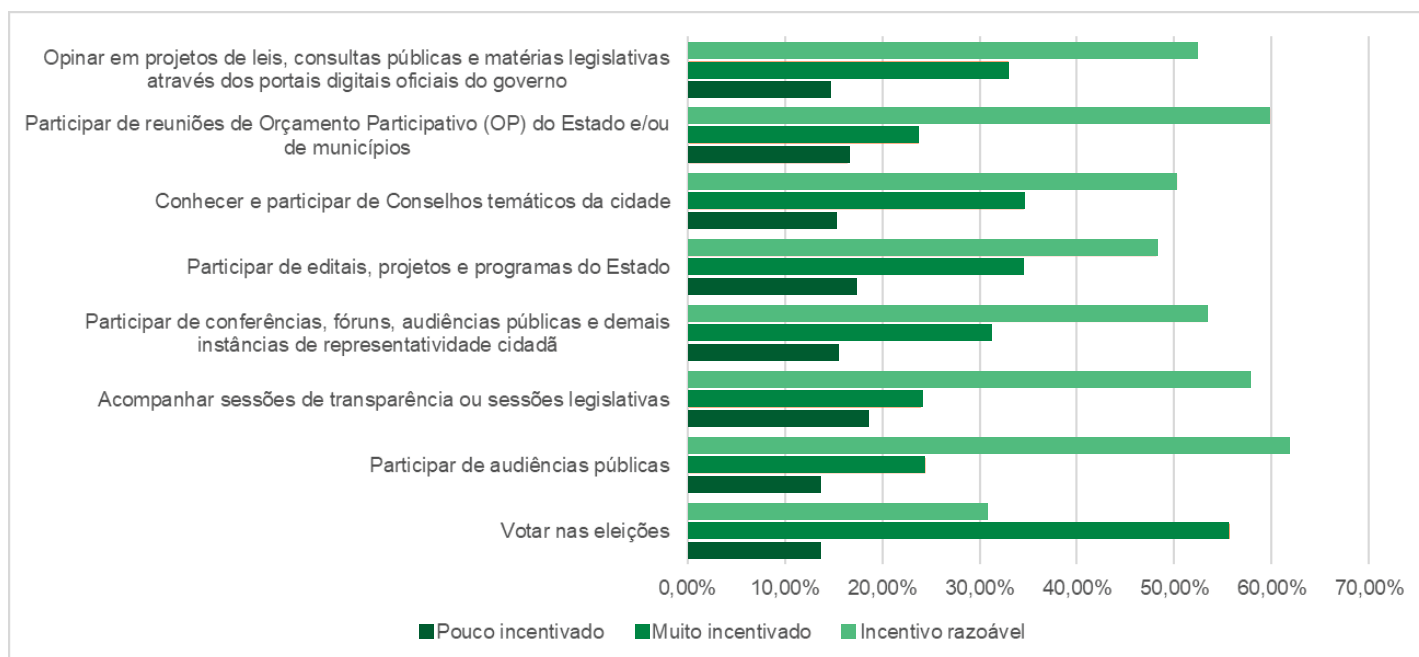
(...) muitas vezes que estamos debatendo na comunidade, não estamos tendo atenção suficiente. Existem quilombolas que nasceram no quilombo, mas não se reconhecem como tal. Nós estamos vivenciando um processo de reformular esse pertencimento que é historicamente negado, essa identidade amazônica que não é pautada. Em escolas e processos educativos isso é invisibilizado, é negado. (Projeto Perpetuar, 2022)

Como sujeitos sociais, as cidades, os campos, os quilombos e as terras indígenas se fortaleceram de acordo com a dinamicidade desses jovens em poderem expressar suas vozes e ações, serem vistos. Portanto, é imprescindível pontuar como esses municípios estão sendo geridos para seus jovens, de acordo com as demandas que surgem em suas configurações sociais e políticas.

6 - O CENÁRIO DADO: OS TIPOS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DAS JUVENTUDES, SUAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS.

Para compreender o processo de participação no qual as juventudes se enquadram atualmente, é necessário entender quais são as oportunidades e incentivos dados pela esfera pública para que a participação cidadã das juventudes possa acontecer.

Figura 11 – O Incentivo de Jovens na Participação Política.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Conforme apontado na figura 11, o maior incentivo para jovens no que tange a participação política é a votação nas eleições, sendo os MENOS incentivados a participação das juventudes em audiências públicas, seguido da participação de reuniões de orçamento participativo do Estado e/ou de municípios. Todavia, são nas audiências públicas, um instrumento de participação popular, onde se expõe e se debate temas que podem gerar impactos diretos na sociedade. É o momento em que as pessoas, diretamente afetadas, são convocadas e priorizadas para se manifestar, e é das audiências públicas que surgem propostas que vão subsidiar instrumentos normativos.

Falando sobre a participação pouco incentivada das juventudes no orçamento participativo, um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos garantir influência ou decisão sobre orçamentos públicos, ou seja, um instrumento essencial para a efetivação das políticas públicas, já que sem orçamento tende ao fracasso. Frente a esses contextos, nos perguntamos: Por que votar parece ser mais importante do que construir mecanismos de efetivação democráticas das políticas a serem implantadas?

Freire (2009) salienta que é a partir de 1990 que o Brasil formula Políticas Públicas de Juventude (PPJ), em detrimento de países da América Latina, na década de 1980, sob influência da (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) CEPAL e de Organismos Internacionais mobilizados pela Convocatória do Ano Internacional da Juventude em 1985, já tinham essa proposta. Ademais, Freire (2009) destaca que a juventude era vista como um problema a ser sanado, na economia e no combate às desigualdades sociais. Visto que, em 1990, o mundo vivenciava o movimento da globalização, o jovem foi colocado na cena a partir da necessidade do mercado de trabalho que surge nesse processo.

Acerca dos espaços ditos mais propícios para a participação de jovens, a Universidade e Escolas aparecem com 82,7% de zonas que propiciam esse protagonismo, em detrimento de 14,4% dessa abertura em Órgãos Municipais, como audiências públicas, programas da prefeitura... Isto é, os espaços produzidos e reproduzidos por jovens só pode ser possibilitado através da sua participação nesses pontos de localização, que são chaves para o desenvolvimento deles, expondo a baixa participação da Juventude em espaços de decisão, de execução de políticas públicas, refletindo na falta de voz, inviabilizando uma nova discussão e novas propostas referente às necessidades reais dessa comunidade.

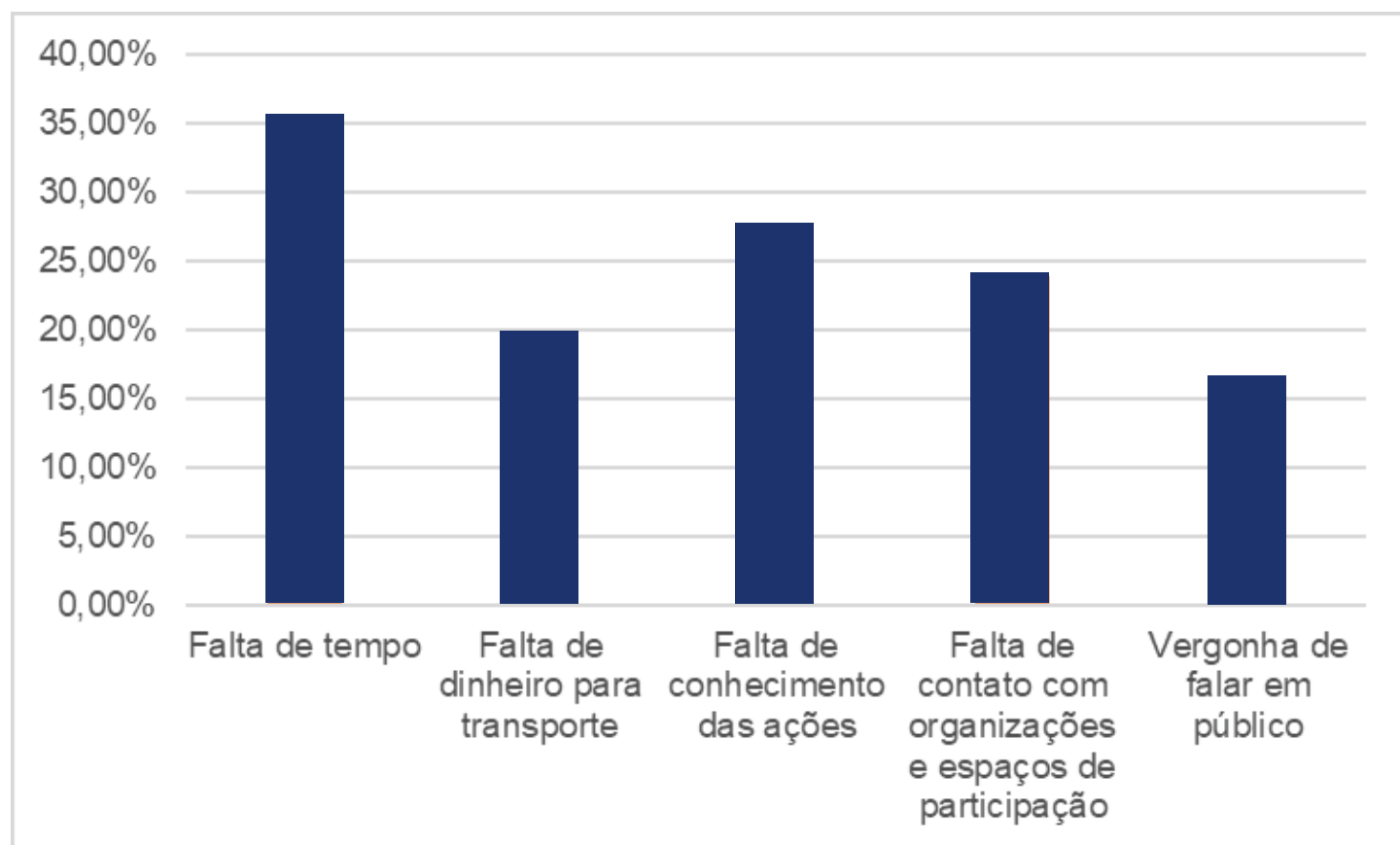
● **A vontade de participar das juventudes e seus desafios**

Adolescentes e jovens têm altas expectativas para si mesmos(as) e para suas sociedades, e estão imaginando como o mundo pode ser um lugar melhor. Ligados entre si como nunca, por novos meios de comunicação e devido à globalização, estão impulsionando o progresso social e influenciando diretamente a sustentabilidade e a resiliência de suas comunidades e nações (UNFPA, s.d.).

A participação política e cidadã dos jovens está, historicamente, associada à militância nos partidos políticos ou nos movimentos estudantis e, nos últimos anos, os jovens têm sido catalisadores para a solução de problemas públicos, como é o caso das problemáticas que derivam da situação da tripla crise planetária, a qual o mundo está vivenciando: a poluição, a crise climática e a perda da biodiversidade, onde nota-se que jovens ativistas são essenciais no papel de pressionar tomadores de decisão para endereçarem mudanças.

No entanto, a juventude traz consigo ações e inovações em formas de participação social, que muitas vezes não são percebidas ou são descredibilizadas pelo caráter disperso. Cerca de 69% das juventudes respondentes da pesquisa **FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!** declararam que já sentiram vontade de atuar em ações de participação cidadã, mas não conseguiram, citando como justificativas os desafios presentes na Figura 12. Especificamente sobre a participação política, 39,4% considera que participa das ações.

Figura 12 – Desafios destacados da participação cidadã pelos participantes que responderam à pesquisa.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Como principal destaque, 46,8% dos respondentes apontaram que o maior desafio enfrentado para acessar a participação cidadã é a Falta de Tempo. A participação, enquanto direito, permanece sendo privilégio de poucos. Fatores como a carga horária demandada para estudo, que representa 63,7% dos jovens da pesquisa, e de trabalho, seja com carteira assinada (17,5%), informal (20,4%) ou mesmo trabalhos domésticos (16,2%), como cuidar da casa e de filhos, este sendo 63% apontado por mulheres, também impedem a juventude de se fazer presente minimamente nos espaços decisórios e de participação cidadã.

Há, ainda, fatores como a distância entre os centros de decisão e outras zonas de moradia, bem como zonas periféricas nos centros urbanos, que representam 45,47% da juventude, o que também inviabiliza essa participação. Sobre esse desafio, 25,8% dos jovens apontaram a não participação de ações por falta de dinheiro para transporte.

Compreendendo esse contexto não só da ótica de quem analisa os dados, mas também de quem vivencia essa realidade, é que se escancara a realidade nua e crua das juventudes paraenses: a ausência de políticas públicas e a efetividade daquelas que existem, não estão levando em consideração mecanismos de participação das crianças, adolescentes e juventudes na construção de seus próprios territórios. Do contrário, seria óbvio que para mitigar a questão da falta de tempo e falta de dinheiro para transporte se faz necessário a implementação de políticas que possam prever bolsas para estudantes.

Para a falta de conhecimento das ações, é necessário quebrar as barreiras impostas entre as estruturas governamentais e a sociedade civil, pensando uma comunicação que possa chegar às juventudes e que, de fato, queira chegar nesse público. Não apenas para levar as juventudes às urnas, como massa de manobra, mas que enxergue as juventudes como um elo essencial na construção de políticas para os territórios amazônicos, já que são nesses territórios que, até 2025, ainda teremos bônus demográfico na Amazônia Legal (ATLAS DA JUVENTUDE, 2022).

Falando sobre a falta de contato com organizações e espaços de participação através da nossa ótica, jovens pesquisadores que falam do lugar de uma organização de juventudes, é que é preciso demarcar o pouco ou nenhum incentivo do Estado para com a realização de projetos e programas liderados por jovens, mesmo quando os projetos e programas tem como público-alvo as juventudes. E essa lógica é um tanto simples: políticas, projetos e programas pensados para mulheres, devem ter mulheres como integrantes do processo de formulação. O mesmo deve ser considerado para pessoas pretas, LGBTQIAP+, indígenas, quilombolas... E por que com crianças, adolescentes e juventudes seria diferente?

Os desafios enfrentados para a participação política abrangem questões quanto à estrutura financeira e de qualidade de vida. Os movimentos já em articulação e atuação no estado apontam que a participação política das juventudes em determinados espaços é “razoável ou quase nada”, indicam também barreiras limitantes como o racismo religioso e não ter suas vozes levadas em consideração:

Quando questionados acerca da temática, os participantes respondem:

Razoável ou quase nada, os espaços que eu estou inserido segue uma linha hierárquica e muitas vezes a juventude de terreiro não tem espaço de fala, temos que parar de estar polindo as pessoas, muitas juventudes pararam de ocupar espaços por não serem ouvidas. Temos que dar oportunidade para todos, pegar essas pessoas pelo imediatismo, conhecer as políticas. Falta mais poder e provocação. (Atitude Afro Pará, 2022)

O maior desafio é as juventudes serem ouvidas e postas como prioridade nos planos de governo. (Conselho Municipal de Juventude, 2022)

Acho que o governo anda bem distante da juventude, então sem saber da realidade delas fica bem difícil de conseguir promover coisas que tenham a participação delas. Além do mais, as oportunidades que chegam nunca são estaduais, normalmente só de fora. (Tapajós de Fato, 2022)

Um dos desafios mais apontados é a ausência de oportunidades para atuação, de espaços pensados pela e para a juventude,

Acho que faltam iniciativas que engajem as juventudes, atualmente a juventude tá muito submissa e desligada do que está rolando e falta um incentivo para esse despertar político. Uma forma de não somente formar os jovens, mas dar oportunidade de eles desenvolverem seus próprios projetos, identificando as pautas da sua localidade. (Jovens pelo futuro Xingu, 2022)

que se desdobram em ausência de investimentos, apontados pelos participantes das entrevistas:

Acredito que a falta de recursos seja financeira, pois é um suporte para as juventudes. (BAYOMI - Quilombola, 2022)

Orçamento. Não tem como garantir a efetivação se não tem orçamento para isso, inclusive recurso para os jovens estarem se fazendo presente. (Projeto Perpetuar, 2022)

O investimento e suporte financeiro são desafios a serem destacados, diante das juventudes com falta de tempo, com ocupação exacerbada, a atuação política não depende somente da vontade de mudanças sociais, de consciência política, mas de projetos direcionados a construir cenários de possibilidades e oportunidades para atuação política plena, prevendo mecanismos de crédito e acesso ao capital para as mesmas, materializam as mudanças que gostariam de ver em seus territórios. Uma juventude precarizada, em situação de vulnerabilidade, desvincula-se dos caminhos de intervenção da realidade:

Não sinto que a juventude faz parte desses processos de decisão, mas imagino que seja uma das coisas mais importantes porque grande parte da população é constituída por juventudes. Sendo assim, é importante que as juventudes sejam ouvidas. Afinal, pra quem será as políticas? (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA/ANDES) / Coletivo Cobra Venenosa / Fórum Intermunicipal de Carimbó, 2022)

Acredito que a juventude, principalmente a LGBTQIAP+ é altamente desassistida, como mencionado, as juventudes não estão sendo vistas como cidadãos de direito, não existem oportunidades para que elas falem e estejam em lugares de tomada de decisão, e acredito que esse cenário só vai melhorar quando passarem a ver a juventude como uma pauta prioritária também. (ONG Olívia, 2022)

A situação de deslegitimidade enfrentada pelas juventudes em espaços de decisão acabam por afastar suas manifestações. Os processos de decisão pouco têm a real decisão da juventude, geralmente o papel ocupado está no campo da agitação e mobilização de pautas, ficando ausente a atuação em espaços de elaboração e decisão:

Não vejo nada e o que tenho visto não inclui a juventude quilombola. Tem uma diretoria de juventude, mas nunca vi ninguém da comunidade quilombola participando de nada. Acaba que o que fazemos é apenas enquanto comunidade. (Malungo - Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará, 2022)

Os desafios para atuação política da ampla diversidade de territórios e modos de vida presentes nas juventudes Amazônicas, engajam pela necessidade de representantes diversos, com ações direcionadas em equidade de acesso aos espaços e oportunidades de atuação. Considerar as especificidades de cada juventude rompe com limitantes de exclusão das pautas:

Reitero a questão da centralização de oportunidades, é muito comum que nós estejamos vendo oportunidades direcionadas ao centro-sul e sudeste, e como eu mencionei, até as oportunidades e editais que chegam para a gente, normalmente são de fora, nunca do poder público. Tanto que os jovens amazônicos estão mudando de território para conseguir seguir esse ramo de ativista. Todas essas oportunidades que aparecem não abrangem a nossa comunidade, e muitos coletivos se desfazem por isso. É um processo que nunca é feito para a nossa realidade. (Rede Jandyras, 2022)

Com esses pontos, é importante citar que o desenvolvimento local deve, portanto, estar centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido como aumento do escopo das escolhas, da capacidade e, sobretudo, da liberdade de escolher (PCS, 2016). As desigualdades históricas no Brasil se tornam mais evidentes ao longo dos anos e afetam a participação cidadã na resolução dessas problemáticas, tornando espaços que deveriam ser democráticos e acessíveis, de direito, como local de privilégios.

Outro fator apontado como desafio por 36,3% da juventude participante da pesquisa, foi a Falta de Conhecimento das Ações de participação cidadã, que pode se relacionar diretamente com a exclusão digital da região. No contexto atual, o uso da Internet é a principal ferramenta para promover ou viabilizar a participação cidadã, além de disponibilizar informações relevantes para a construção da cidadania, conforme aponta Amaral (2010).

A internet é um instrumento muito útil para ampliar a transparência, o acesso e a produção de informações pelos cidadãos, bem como os espaços de debate público e as oportunidades de organização social (PCS, 2016):

No entanto, a internet apresenta limitações materiais (por exemplo, nem todos têm acesso a ela), educacionais e culturais (quem não tem uma boa formação estará em desvantagem na obtenção, interpretação e produção de informações e argumentos). Assim, também pode ser um instrumento de manutenção ou ampliação da desigualdade e da exclusão dos mais pobres do processo político (GAROT, 2008, p. 96-104).

Por fim, o quinto desafio pontuado por 21,7% da juventude respondente da pesquisa foi a Vergonha de Falar em Público. Esse comportamento pode estar associado à timidez, sendo uma questão de insegurança, retraimento, desconforto e desejo de não se expor, evitando as situações sociais, dentre elas a de falar em público, de transtorno de ansiedade social, conforme aponta Marinho (2018), ou de, simplesmente, sentimento de não reconhecimento do lugar de fala.

Ou seja, por conta de todos os obstáculos estruturais, entre outros, o destinatário das políticas (sobretudo as sociais) raramente acaba sendo aquele que participa efetivamente do processo consultivo ou deliberativo, sendo muitas vezes representado por indivíduos de outros recortes socioeconômicos, que não necessariamente refletem os anseios e as vivências do público-alvo da política (PCS, 2016).

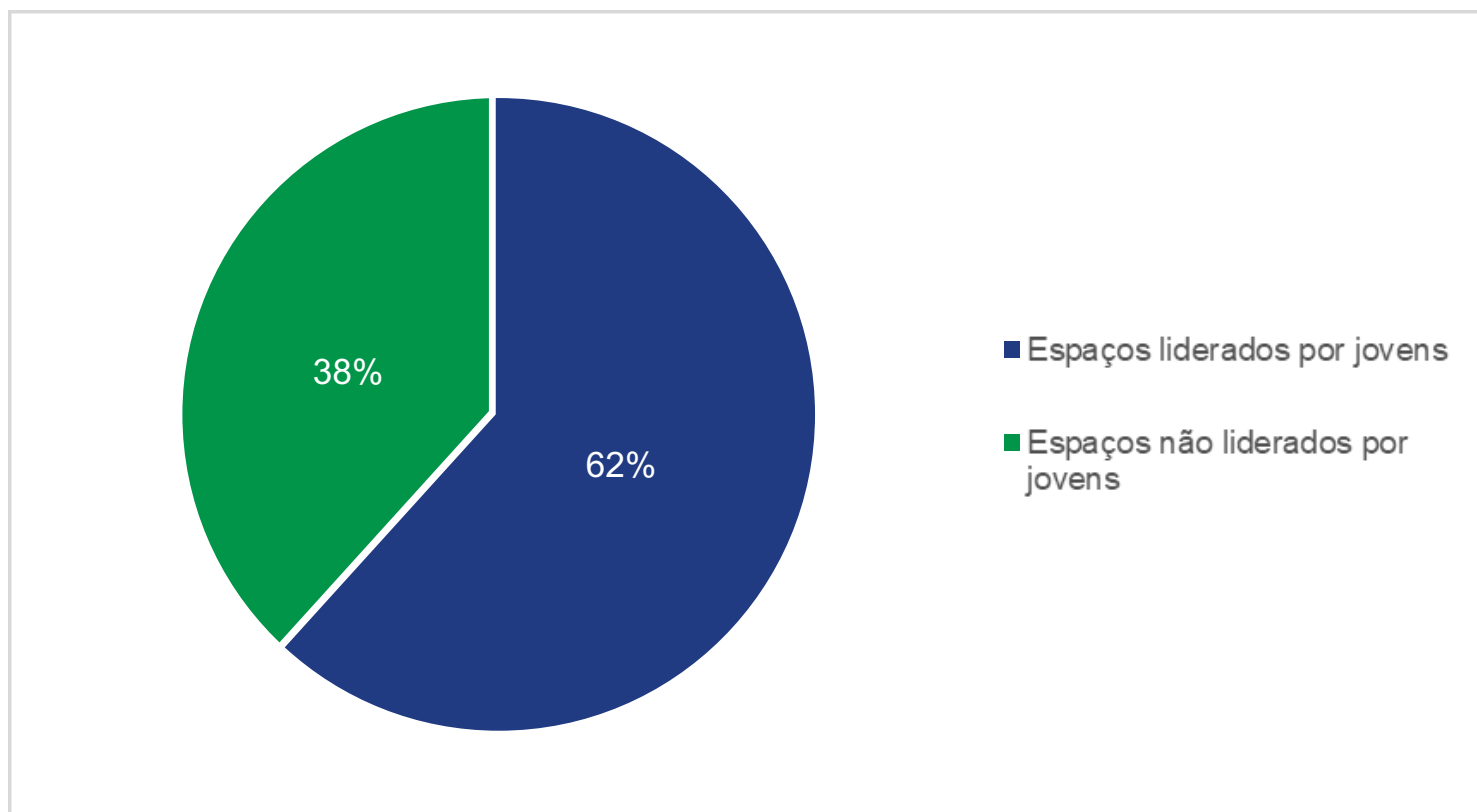
Para além desses desafios, foram apontados pelos respondentes também a falta de apoio familiar, medo ou receio de violências políticas e sociais, sensação de não fazer a diferença ou descrença com o futuro, preocupação com assédio e racismo, burocracias, dentre outros motivos que interferem na participação cidadã dessa juventude. Ao pressupor a criação de espaços para argumentação e aprendizagem, institui processos capazes de mudar a percepção e o entendimento da realidade das partes envolvidas, sejam tomadores de decisão hegemônicos, vozes dissonantes ou mesmo cidadãos comuns – aqueles que não participam de grupos políticos, sociais ou econômicos específicos (PCS, 2016).

É importante ressaltar o local de perigo e violência o qual se encontram os amazônidas que decidem defender o meio ambiente e seus territórios. Por vezes, defendê-los pode significar sua morte, já que o Brasil é o país mais perigoso para ativistas ambientais nos últimos 10 anos, sendo as principais causas de mortes e conflitos a mineração e extração mineral, hidrelétricas, agronegócio, madeireiras ilegais, estrada e infraestrutura, segundo a ONG Global Witness (2022).

Daqueles que desejam participar, destacaram-se as juventudes com ensino médio incompleto e graduação incompleta, com 18,8% cada. Além disso, a maior incidência é dos mais jovens, entre 15 e 18 anos, mulheres e homens cis de raça/etnia autodeclarada parda. As novas formas e temas através das quais os jovens vêm se colocando na cena pública podem ser indicadores de um quadro de crise das formas tradicionais de participação, o que aponta para processos de mutação no campo da política, no qual a ação coletiva dos jovens, bem como os movimentos sociais, podem estar ocorrendo de formas múltiplas, variáveis e com níveis diversos de intervenção no social (UNFPA, s.d).

Reforçando a necessidade de espaços menos tradicionais de participação das juventudes, notamos que os espaços mais convidativos são aqueles liderados por jovens e, portanto, mais passíveis de acolhimento no que tange às formas e possibilidades de atuação.

Figura 13 – Participação dos participantes em espaços liderados por jovens x não liderados por jovens.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Quadro 8 - Classificação dos espaços liderados por jovens e espaços não liderados por jovens dentro da Pesquisa.

| Espaços liderados por jovens (aspectos de atuação menos tradicionais) | Espaços NÃO liderados por jovens (aspectos de atuação mais tradicionais) |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Assinar campanhas online ● Organizar campanhas online ● Manifestações de rua ● Votar nas eleições escolares ● Articular redes de mobilização local ● Participar de coletivos, movimentos, diretórios ou centros acadêmicos, grêmios estudantis ou outra organização social | <ul style="list-style-type: none"> ● Eleições municipais, estaduais e federais ● Audiências públicas ● Acompanhar portais de transparências ou sessões legislativas ● Participar de conferências, fóruns e demais instâncias de representatividade cidadã |

Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Nesse aspecto, é importante que as políticas formuladas para a juventude levem em conta o contexto em que os jovens estão inseridos e não só, as políticas públicas para as juventudes precisam ser pensadas com as juventudes, a fim de superar a tradicionalidade das formas de atuação e promover espaços mais convidativos, acolhedores, que promovam a escuta e possibilidade efetiva de participação cidadã, para que, ao tirarem essas políticas do papel, possam cumprir na prática o que se propôs na teoria. O levantamento dos problemas que afetam os jovens, seus meios de enfrentamento, bem como o conhecimento da realidade em que vivem, podem e devem constituir instrumentos eficazes na elaboração e execução das ações políticas, como veremos no Capítulo 7, no tópico “A Importância do Conhecimento Local para Adaptação Climática e seus desafios.”.

Para construir mudanças que incluem as juventudes como agentes, é preciso haver um movimento coletivo e multissetorial acerca da dimensão da relação opressor/oprimido, explorador/explorado onde aqueles que dominam e constroem são enxergados como sujeitos, enquanto os dominados são enxergados como objetos. O problema nessa correlação, onde as juventudes não são reconhecidas como atores essenciais para esse processo, apaga o direito do “objeto” em pensar e formular sua própria realidade, estabelecer sua identidade, erguer sua voz e conseqüentemente, dá margem para que essa realidade, identidade, essas vozes sejam reflexo de um imaginário construído por outros que, aos olhos da sociedade, são reconhecidos como sujeitos.

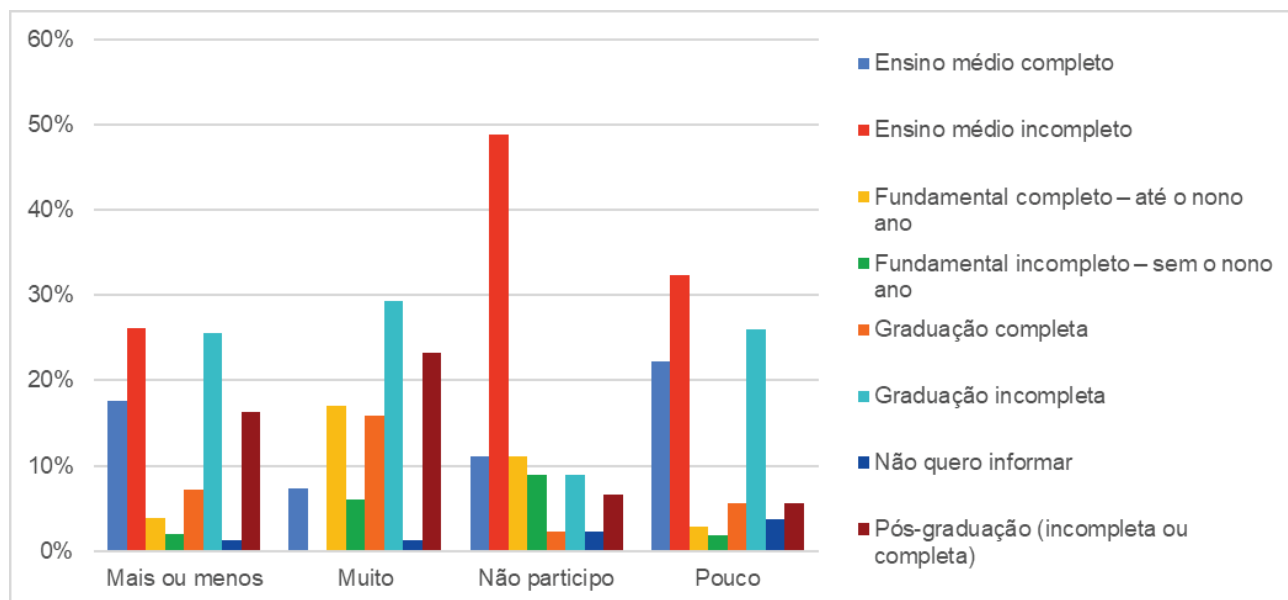
Ainda, o lugar das juventudes como objetos, apenas público-alvo dentro de uma política pública, dá margem para que políticas reproduzam cenários descontextualizados e, também, circunscreve sobre os corpos dos oprimidos sentimentos que os afastam da construção política de uma Amazônia que em seus indicadores é plural, é indígena, preta, periférica, jovem, mulher, mas em suas políticas é branca, engravata e nada jovem. Sendo assim, nasce o questionamento: quais são os impactos dessa exclusão nas juventudes? Como tal cenário tem construído populações apáticas e distantes da real participação política? O calar das juventudes custa um preço que é pago com suor e sangue dos corpos marginalizados que persistem em ser reconhecidos como objetos.

- **O FAZER ACONTECER: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ERGUER A VOZ E POSICIONAR OS CORPOS**

A ampliação da presença do jovem na esfera pública encontra desafios nas duas pontas do processo. Se por um lado é necessário modificar as estruturas das instituições para que elas se tornem mais abertas para ouvir as demandas dos jovens, por outro é igualmente fundamental fazer a juventude se interessar por política e criar uma cultura de participação (BAHIA, 2015). Inicialmente, depara-se com a grande influência do sistema educativo na participação cidadã da juventude. Os investimentos e as oportunidades necessárias para acessarem suas potencialidades e se capacitarem são essenciais na construção de oportunidades e participações efetivas.

Para os participantes da pesquisa **FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!** Em relação à participação política, jovens que estão na graduação incompleta se destacam em 29%, declarando que participam muito de ações relacionadas à política, em contrapartida 49% dos participantes do ensino médio incompleto responderam **NÃO** possuir participação. Os outros cenários de grau de escolaridade podem ser observados na Figura 14.

Figura 14 – Participação cidadã dos participantes que responderam à pesquisa por grau de escolaridade.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Existem diversas justificativas para esse cenário, todavia, conforme as entrevistas realizadas com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Circuito de Cultura e Arte da UNE do Pará, a pandemia foi um fator decisivo para a desmobilização dos movimentos estudantis tanto na esfera secundarista, quanto nas universidades. Todavia, uma das possíveis justificativas para que a participação cidadã seja mais intensa entre jovens com graduação incompleta, pode pautar-se na questão do exercício do voto e no incentivo à participação desse público devido a necessidade dos políticos em se elegerem.

Ainda sobre o enfraquecimento do movimento secundarista foi apontado que a infraestrutura das escolas do ensino médio é um fator decisivo para a mobilização desses estudantes:

Há um sucateamento das escolas com relação às infraestruturas no Pará, não fornecendo estruturas mínimas e adequadas de aula, de lanche, e tudo isso gera um cenário pouco propício para que aquele adolescente não se engaje nas lutas estudantis pois muitos desses jovens vão pra escola apenas para comer e depois seguem suas rotinas para irem trabalhar e ajudar suas famílias, principalmente nas periferias. Outro ponto é que dentro das escolas não é ensinado a lutar por seus direitos, a pensar de forma crítica e política

e isso gera uma dificuldade gigantesca em formar grêmios estudantis dentro das escolas, fazendo com que muitos desses jovens sejam oprimidos, excluídos daquele contexto social, e acabam rejeitados pelas escolas pois suas lutas ameaçam não só as estruturas de direção escolar já consolidadas e que não atendem aos interesses dos estudantes mas também ameaçam as estruturas do Estado já consolidadas que preferem ver os jovens quietos do que lutando por seus direitos e tendo acesso aos seus direitos. (UNE e CUCA da UNE, 2022)

A participação cidadã, por excelência, pressupõe uma resignificação dos padrões de interação entre a sociedade civil e o Estado, saindo de um paradigma de lutas individuais para uma forma de articulação intersetorial, coletiva e mais estruturada (PCS, 2016). Entretanto, com a crescente necessidade das juventudes, principalmente periféricas, em estudar e trabalhar, acaba faltando tempo para participarem de forma ativa na construção política e democrática do Estado.

Os jovens, pelas suas características, estão exigindo muito mais participação e a democracia representativa como acontece no Brasil já não satisfaz seus anseios. Isto se dá pelas características de relacionamento quase totalmente virtual e a internet passa a funcionar como ferramenta de mobilização e engajamento político sobrepondo-se aos partidos e aos sindicatos:

Atualmente, com o advento da tecnologia e das redes de comunicação, os jovens se conectam, expõem suas opiniões e pontos de vista e se organizam coletivamente sem nenhum intermediário. Já é possível sentir a força dessa rede nas manifestações e mobilizações contra ou em favor do preconceito, nos encontros de líderes - Fórum Mundial Social, por exemplo, nas marchas contra este ou aquele governante, nas manifestações anti (globalização, neoliberalismo) e outras mais (BORGE; VAZ, 2013).

A participação cidadã é um processo que demanda entendimento mútuo entre diferentes setores sociais, muitas vezes com ideias e interesses conflitantes. Assim, essa tarefa é comumente articulada entre diferentes organizações civis, com destaque para as popularmente chamadas entidades ou organizações não-governamentais (ONGs), além de grupos religiosos, associações locais de moradores e movimentos sociais, pontua o Programa Cidades Sustentáveis (2016).

Os respondentes da pesquisa **FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!** mencionaram participação em programas do Estado, como a Lei Aldir Blanc - também chamada Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural ou Lei Aldir Blanc de apoio à cultura, em editais de instituições privadas - como Itaú, projetos de organizações da sociedade civil como Fundo Elas +, Embaixadorxs Todxs 2021 & 2022, Maré das Juventudes (COJOVEM), voluntários em ONGs, participação em fóruns de debates, oficinas, atividades oferecidas por projetos nas instituições de ensino, dentre outros.

Ainda segundo o Programa Cidades Sustentáveis (2016), o resultado dessas associações é a mobilização de atores sociais e o engajamento de cidadãos para com políticas públicas. Essas movimentações se apresentam como possibilidade de comunicação entre as comunidades locais e os representantes inseridos nas instituições participativas, aproximando as lideranças civis e suas bases:

Com efeito, o processo de integração desses diversos e independentes coletivos é conhecido como “formação de redes”, sendo que buscam não somente o compartilhamento de ideias, mas efetivamente de dados, estatísticas, diagnósticos e planejamentos entre todas as suas componentes. Isso promove o aprofundamento e a qualificação do debate em busca de melhorias que não se limitem apenas à fiscalização da execução de uma política, mas repensem todo o planejamento governamental e procurem superar debilidades estruturais, por meio do acúmulo de experiências (PCS, 2016).

Além disso, podem auxiliar no diagnóstico e planejamento locais, e são importantes aliadas dos usuários quando se trata da busca por melhorias estruturais para aquela determinada política, uma vez que conhecem de perto a realidade da demanda e da oferta dos serviços, podendo contribuir significativamente para o aprimoramento do planejamento na área (PCS, 2016).

Quanto às suas próprias perspectivas, as juventudes em atuação têm elaboração das possibilidades para qualificar seu protagonismo político e estar em participação ativa, demonstra uma grande vontade de participação:

A juventude precisa de participação no momento de construção, para que sejam integrados e tenham a participação desde o começo. (Coletivo Jovem Pará, 2022)

Mas, acredito que ainda falta muito e acredito que melhora quando o governo nos ver como protagonistas das nossas próprias histórias e não como se fizessem favores a gente. Nós jovens também temos que procurar ser protagonistas e isso só irá acontecer quando os próprios jovens começarem a crer em si mesmos, e enquanto nós não nos organizarmos, ficará difícil ocupar esses espaços. (FETAGRI, 2022)

Estar no centro das elaborações é uma reivindicação para que suas demandas sejam pensadas a partir da sua realidade, vivências e articulações ligadas aos seus territórios contendo suas especificidades:

Acredito que se ouvissem mais e dessem mais visibilidade para essas populações, esse cenário poderia ser diferente. O Estado nos ouvir, e olhar para as nossas demandas. (Engajamundo / ASHOKA, 2022)

Uma vez que só a juventude entende qual a sua própria necessidade, somente a juventude que mora dentro da Amazônia se torna muito importante, são contextos muito diferentes e não dá pra construir algo que não vá pra realidade do local. Quem mora em Santarém não tem a mesma coisa de quem mora dentro da aldeia. A gente precisa conversar com todas elas. (Coletivo Jovem Tapajônico, 2022)

De acordo com o Estatuto da Juventude, Art. 4º, o jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. Portanto, as reivindicações levantadas são direitos já elaborados, porém, ausentes no cotidiano da juventude, sem políticas efetivas baseadas em evidências, que garantam sua aplicação. Isto é, as perspectivas da juventude são alicerçadas na luta pelo direito ao futuro em seu território, com garantia de direitos, atuação protagonista da política, e direciona modos organizacionais para que democraticamente seja feita sua participação ativa.

Eu acho que nesse ponto o movimento negro e quilombola estão ocupando espaços de referência em articulação. O CEDENPA, as secretarias de igualdade racial nos municípios, uma luta inclusive para retomada porque tem municípios que têm secretarias, mas estão se desfazendo ou com apenas uma frente de atuação. A SEJUDH, a gerência de quilombolas e as nossas associações. (Projeto Perpetuar, 2022)

O movimento negro, composto por diversas organizações e modos de atuação, tem destaque municipal no que se refere a fazer política e institucionalizá-las em articulação com secretarias. Movimentos históricos como o CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, direcionam caminhos para percorrer e modos de diálogos entre movimentos sociais e política institucional.

As associações e secretarias especializadas são formas de integrar parte de uma população ativa politicamente e dar suporte para que suas ações tenham maior efetividade. Quando levantada a questão de possíveis formas de melhorar a participação cidadã, o espaço institucional é citado como um caminho possível, mas que ainda hoje é excludente.

Acredito que talvez por meio de fundações e secretarias, como eu disse, mas pra te ser sincero nunca vi editais que favorecem o nosso povo originário, normalmente os editais são bem excludentes. (Líder Jovem Kayapó, 2022)

- **Primeiro a gente sente, depois a gente age: a relação das juventudes com as políticas no Pará.**

Erguer a voz, segundo bell hooks (2019), é articular o corpo, através da voz, a prática com a coragem e a ética, pelo compromisso com a sociedade. Entretanto, quando limitam nosso direito de voz, quando limitam nossas práticas ou quando nos sentimos negligenciados na política em meio a tantas corrupções, as juventudes são diretamente silenciadas, logo, não cultivam bons sentimentos dentro desse cenário.

Observamos que os sentimentos negativos (Figura 15) aparecem com mais frequência do que os sentimentos bons. Precarização, tristeza e decepção são os sentimentos mais expressivos, expõem, em certa medida, que os jovens participantes da pesquisa estão desapontados e sem perspectivas acerca da política atuante, ou não, em seus municípios.

Figura 15 - Nuvens de palavras de sentimentos ruins em relação às políticas dos municípios.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Quando se fala de políticas públicas pouco se fala sobre os impactos das mesmas nos sentimentos daqueles que compõem a sociedade e que, por tanto, são alvo dessas políticas públicas. Qual é esse lugar onde a raiva, a tristeza, o roubo, a precariedade, a decepção, o abandono, o descaso, a vergonha, o medo, a desinformação, a indignação, o pessimismo se encontram?

Nesta pesquisa tratamos a esperança como verbo e o ato de esperar nada mais é do que cultivar a esperança no agir.

Para nós, esses adjetivos são um retrato fiel do desamparo que nos leva a pensar: E nós não somos cidadãos? Os sentimentos das pessoas também são frutos daquilo que aconteceu em seus passados e também são motores de ação ou estagnação. Mais do que apenas políticas públicas sensíveis às juventudes, entendemos que as políticas que entendem jovens como cidadãos são políticas de esperar, capazes de gerar mudanças significativas na participação cidadã desse público.

Ainda, um dado interessante, trata-se da porcentagem de jovens que possuem sentimentos ruins sobre as políticas públicas de seus territórios. Dentre o universo amostral das respostas, 76,88% dos jovens apresentam sentimentos ruins sobre as políticas de seus territórios, seguido de 13,33% que possuem sentimentos bons e 9,77% que possuem sentimentos neutros.

Para que esses sentimentos nasçam, como apontado anteriormente, há um processo de construção que os antecede e que são, principalmente, fundamentados na ausência, na perda de vida desses jovens, na perda do território, de oportunidades e perspectivas e, conseqüentemente, perda do otimismo sobre a construção de futuros que tragam esperança.

Dentro desse cenário, analisamos também outros sentimentos que surgiram de acordo com as entrevistas da pesquisa. Há também muita indiferença, sentimentos de não comprometimento entre jovens e a política, como expresso na Figura 16. Um dado preocupante quando compreendemos, de acordo com Arendt (2002), que a política deve ser pensada para os diferentes, isto é, para uma sociedade diversa. Nos questionamos acerca de para quem está sendo pensada as políticas públicas que não abrangem ou que não levam em consideração a diversidade de municípios do Estado do Pará.

Figura 16 - Nuvens de palavras de sentimentos neutros em relação à política dos municípios.



Mecanismos de tração nos orientam no espaço. Para as juventudes, a busca por um emprego, a entrada na universidade, relações sociais... são aspectos das relações com um espaço que nos motiva ou não a estar em espaços dados. Ao interpretar os 9,77% de jovens que se expressam enquanto distantes da política de seu Estado, observa-se aquilo que Ahmed (2006) pontua como o que orienta geograficamente corpos no espaço. Se não há tração de motivação, há o distanciamento desses corpos jovens, o que no cenário político se reflete na inclusão precária de juventudes naquilo que poderia potencializar suas vidas em sociedade: a construção política do seu Estado.

Há também um quantitativo expressivo acerca de sentimentos bons (Figura 17), não tanto quanto os ruins, mas se colocam, em certa medida, como contrapontos de como a política tem sido exercida nas diversas diferenciações territoriais dos municípios do Pará, e que ainda existem juventudes que esperançam futuros possíveis. Ainda, percebemos que os sentimentos bons são atrelados às juventudes mais atuantes dentro das construções políticas de seus territórios.

Figura 17 - Nuvens de palavras de sentimentos bons em relação à política do município.

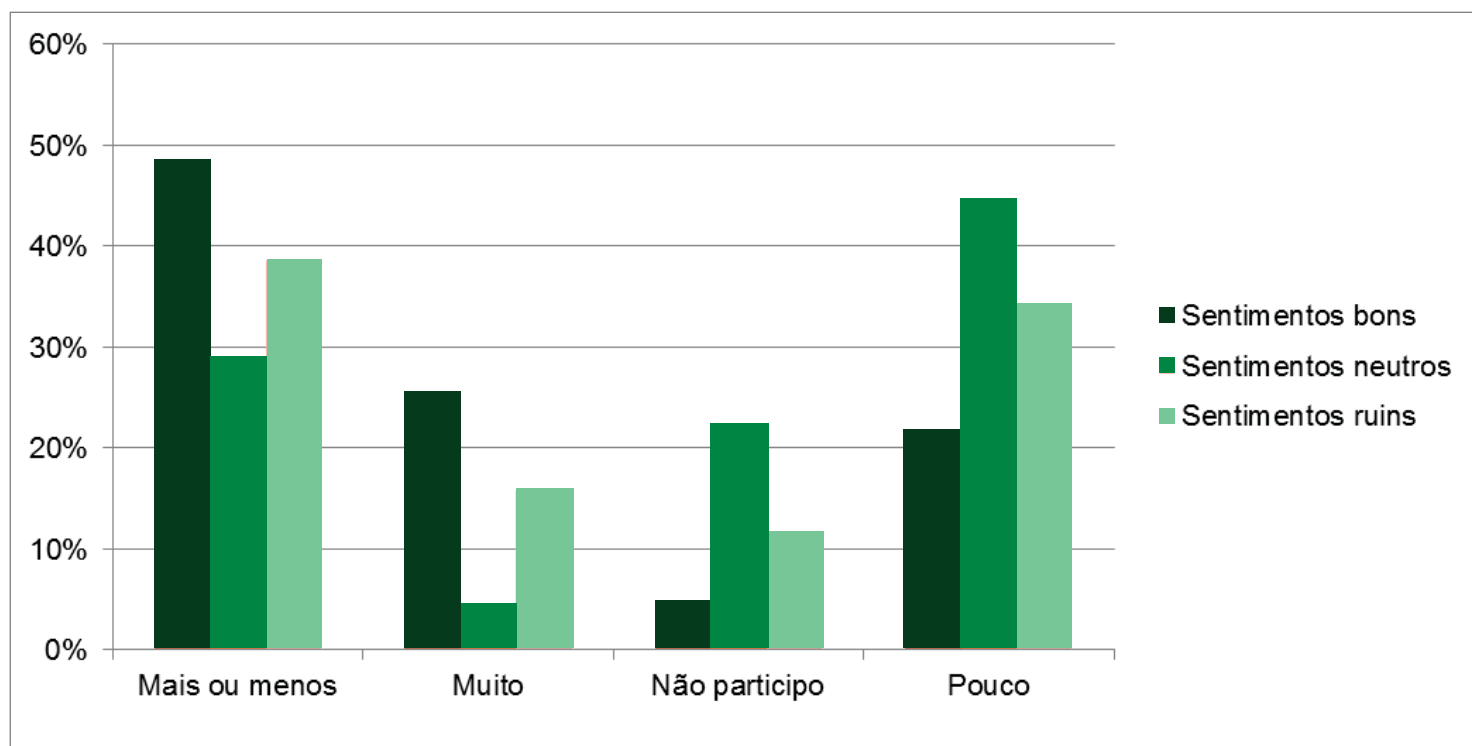


Fonte: Pesquisa FALA JUVENTUDES DO PARÁ. 2022.

Relacionando o sentimento das juventudes que responderam à pesquisa, observou-se que 48% das menções de Sentimentos Bons foram realizadas por juventudes que participam Mais ou Menos e apenas 5% dos sentimentos bons relacionou-se com juventudes que responderam “Não Participo”.

Sobre os sentimentos neutros, 29% das citações das palavras foram por pessoas que também participam Mais ou Menos, e 4% por juventudes que Não Participam das construções políticas em seus territórios. Por fim, acerca dos sentimentos ruins, 39% se relacionam com juventudes que participam Mais ou Menos, sendo 11% citados por pessoas que Não Participam.

Figura 18 - Sentimentos em relação à política dos municípios x participação da juventude.



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

A Figura 18 chama atenção pela expressiva quantidade daqueles que participam “mais ou menos” e participam “pouco”. Através dele estampamos em dados que participar “Muito” da política no Estado do Pará, para as juventudes entre 15 e 35 anos que responderam a pesquisa, é um processo difícil, assim como para os entrevistados. E há um paralelo importante na construção do processo de esperança sobre futuros possíveis por parte daqueles que participam “Muito” e, conseqüentemente, veem seus imaginários como uma possibilidade a ser seguida que os leva a sentir bons sentimentos com relação às políticas dos territórios.

Ainda, é necessário entender que o maior percentual de pessoas que possuem sentimentos neutros, de apatia, não participam ou participam pouco desses espaços e, conseqüentemente, não constroem seus futuros rumo ao bem-viver para os seus. Pode ser interpretado não só como espaços que não garantem aos jovens seus meios de participação, através de incentivos monetários e não monetários, mas também como um reflexo da construção da hostilidade que permeia esses espaços e que gera medo e timidez sobre a participação.

hooks (2019), aponta a relação entre medo e timidez como expressões que facilmente se confundem. Compreendemos aqui acerca do distanciamento político que não pode ser confundido com a falta de interesse, ou uma escolha, mas sim da internalização de espaços não construídos para ouvir a voz de comunidades negligenciadas, sendo uma expressão de restrições socialmente construídas, profundamente enraizadas contra a fala numa cultura de dominação.

- **Como agir frente a esse contexto?**

Frente a realidade de se perceber participantes de um projeto político de silenciamento de nossos corpos, ao tratar-se de construir a política que precisa de nós quando necessitam de votos, a pesquisa se propôs a compreender o que pensam as juventudes sobre o agir político, de acordo com as suas necessidades levantadas. A Figura 16 expressa o futuro para as juventudes, o que elas expressam ser prioritárias para as instituições públicas e privadas na contribuição de um futuro mais sustentável para juventudes do Pará, pós pandemia, considerando assim a participação cidadã dessas juventudes nas deliberações políticas do Estado em participação civil.

Nos faz refletir sobre a política estatal diante das juventudes do Pará, quando não se percebe essas ações como prioritárias de fato na construção de uma sociedade para infâncias, adolescências e jovens. Observa-se que bolsas de permanência e incentivo estudantil é uma das maiores prioridades para as juventudes, visto que em sua grande realidade os jovens têm como maior desafio a Falta de Tempo, levando-os a empenhar energia em meios de prover sustento e auxílio por vezes não remunerado para suas famílias. Como se mantêm as juventudes que retiram o tempo do estudo para a busca da sobrevivência financeira familiar? Os privilégios do “somente estudar” não se fazem reais em muitas realidades amazônidas.

O descontentamento político das juventudes perpassa pelas ausências de se ver nos espaços políticos de atuação, e não somente como deliberantes das políticas públicas, mas também como o cuidado em atentar-se acerca da manutenção desses jovens em seus territórios já que muitos migram não necessariamente porque querem, mas sim pela necessidade de buscar horizontes mais favoráveis nas capitais. É intrigante pensar que muitos desses jovens não têm escolhas em suas fases: ou trabalha para manter a família, ou não há futuro para as suas famílias. Essa realidade, expressa em tantas etapas dessa pesquisa, afetam a participação política de juventudes, logo, materializa o descontentamento com essa realidade que os é imposta.

Não estamos, enquanto juventudes, satisfeitos com o projeto político social implementado e executado para nós. É indiscutível que as necessidades do Estado, não são as mesmas sentidas e vivenciadas por essa população nos diversos territórios da Amazônia paraense.

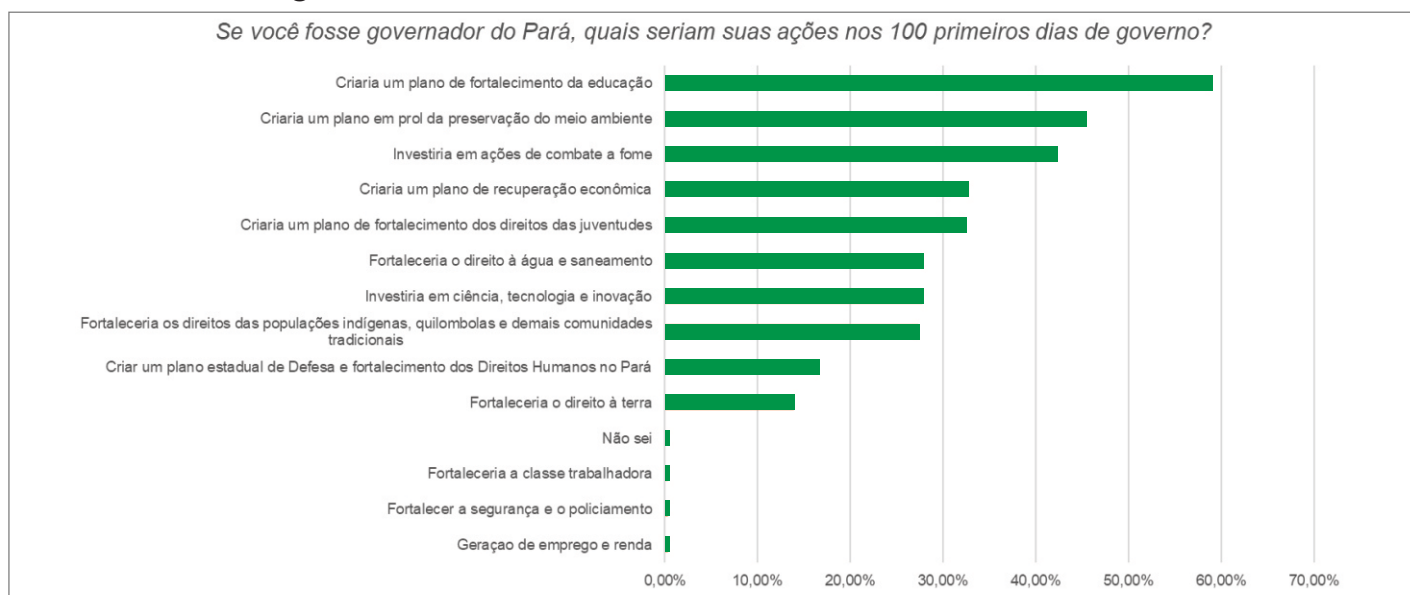
O que queremos para nós, o que a pesquisa nos comprova, com toda sua imersão, é a necessidade de uma sociedade que nos possibilite uma existência com qualidade de vida, sendo jovens, adolescentes e crianças como somos, respeitando nossos momentos e contribuindo para a nossa vivência, e não apenas sobrevivência.

Tendo isso posto, coloca-se em evidência o que juventudes, se tivessem o poder de governar o Estado do Pará, em 100 primeiros dias de trabalho, dedicariam seu início de governo criando um Plano de fortalecimento da educação, seguido do Plano de preservação do meio ambiente, e, formando a tríade de principais preocupações gerais das juventudes do Estado do Pará, o Combate à fome se coloca também como importante trabalho a ser desenvolvido pelo Estado a pedido das juventudes.

Essas prioridades elencadas pelas juventudes, se faz em entender que seus anseios perpassam pelo asseguramento da educação, do meio ambiente e também na segurança alimentar. Priorizam as juventudes Planos e financiamentos, visto que pouco se investe em juventudes no que tange as verbas orçamentárias para secretaria de juventudes e outros mecanismos que poderiam ser utilizados para fomentar intervenções de jovens na educação, meio ambiente e seguridade alimentar.

Observamos que se imaginar Governante do Pará coloca em pauta para as juventudes as suas reais preocupações, aquelas que são expressas com as vivências de jovens, que são atravessados pela falta de incentivo à educação, com a degradação de seus territórios e que também sentem a fome de forma mais intensa e violenta. E se jovens não tem um ensino de qualidade, um meio ambiente saudável e não comem, o que a sociedade tem como resultado? Os números de jovens sempre escancaram dados de violência urbana, violência de gênero e de sexualidade, de evasão escolar e de ocupações informais, e essa deve ser uma realidade a ser transformada. Sem o devido dinheiro distribuído também para o futuro das juventudes, qual futuro queremos?

Figura 19 – Se você fosse governador do Pará, quais seriam suas ações nos 100 primeiros dias de governo?



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

7 - ENTRE AS FRONTEIRAS DO CALOR E DO MEDO: CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDES PARAENSES E A URGÊNCIA DE PROPOSTAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA.

O conceito de adaptação climática diz respeito aos sistemas socioambientais de terem a capacidade de recuperação frente o cenário de desastres, permitindo a esses sistemas a absorção de impactos para encarregar-se dos eventos antes e depois da realidade ambiental hostil que se estabelece, isto é, tornar sociedades vulneráveis resilientes antes que mudem as suas características essenciais para a vida (OBERMAIER e ROSA, 2013).

Segundo Giulio et al., (2016), no contexto das mudanças climáticas, o conceito de adaptação precisa ser urgentemente reivindicado nos contextos de políticas, publicidade e também na ciência. Os autores defendem que a adaptação pode ser entendida como atividades consecutivas que se ajustam para prevenir-se ou remediar ações do efeito da crise climática. Ressaltam, por meio de uma revisão de literatura, que a pobreza e a vulnerabilidade social, intensificam a dificuldade em promover a adaptação às ações climáticas.

Dentro dos públicos mais afetados pelas mudanças climáticas, sabe-se que crianças e adolescentes já estão sendo impactados de forma desproporcional por mudanças nos ambientes em que vivem, frente à singularidade de seu metabolismo, a sua fisiologia e as suas necessidades de desenvolvimento.

As consequências mais graves de mudanças na temperatura, na qualidade do ar e da água, e nos meios disponíveis para a nutrição afetam mais diretamente o desenvolvimento, o bem-estar e a saúde de crianças e adolescentes. Crianças no começo da vida, cuja fisiologia e cujos sistemas imunológicos ainda são pouco desenvolvidos, sofrem mais intensamente os efeitos do estresse relacionado às mudanças climáticas (UNICEF, 2021c).

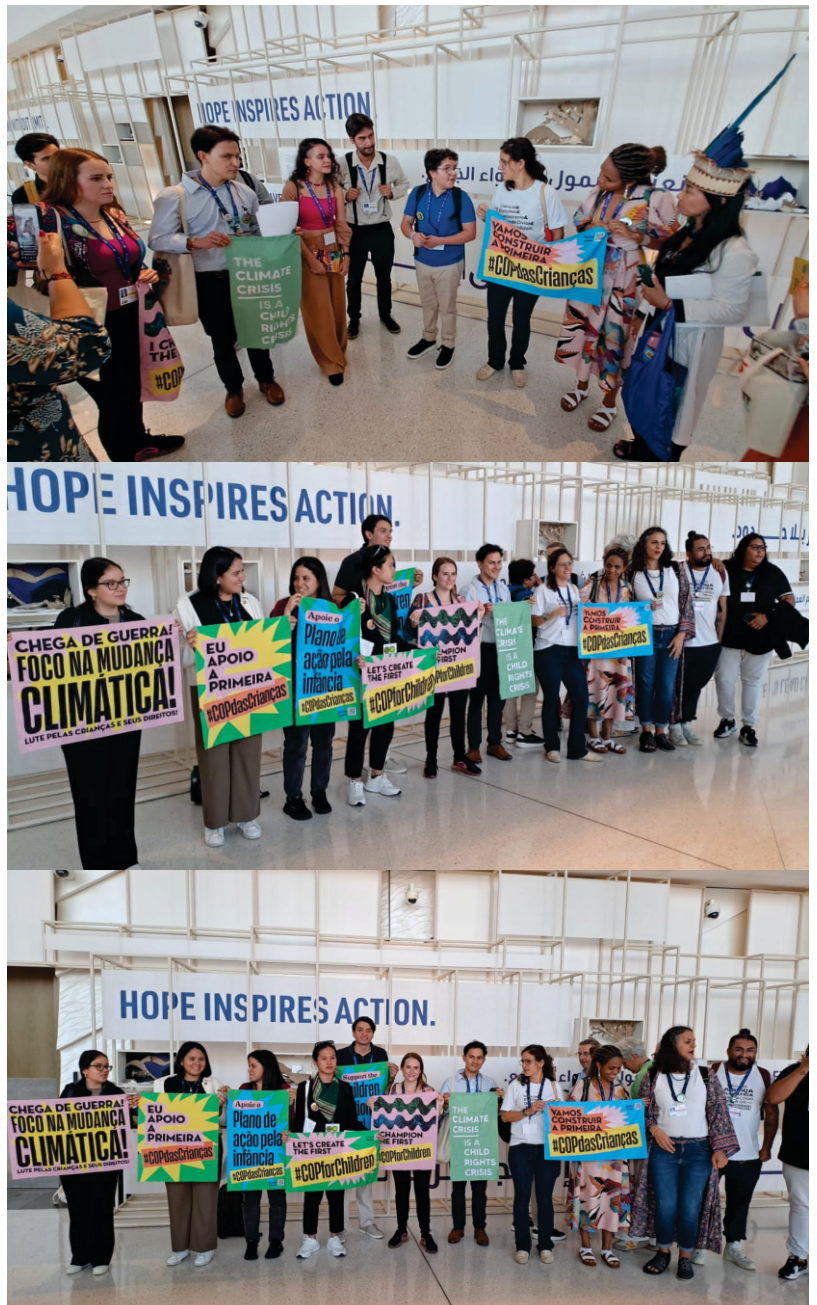




Um ponto que intensifica a vulnerabilidade de crianças e adolescentes trata-se do fato de que os efeitos das mudanças climáticas são sentidos mais intensamente pelos mais pobres e, conseqüentemente, os menos protegidos pelas políticas públicas. Como já apresentado no Capítulo 3 “EXISTIR SEM SER PERCEBIDO: ONDE ESTÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES DO ESTADO DO PARÁ?”, o cenário de políticas públicas no Estado do Pará não se apresenta favorável para lidar com a vulnerabilidade de crianças, adolescentes e juventudes frente aos desafios climáticos atuais.

No Brasil, crianças e adolescentes são, proporcionalmente, os mais afetados pela miséria: em 2019, em comparação com a população de adultos, era quase o dobro a probabilidade de uma criança viver com renda abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019). E, atualmente, segundo Dados de Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) (G1,2022), revelam que 18% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estão endividados.

A exemplo, mais de 8,6 milhões de meninas e meninos brasileiros estão expostos aos riscos de falta de água. Mais de 7,3 milhões de crianças e juventudes com menos de 18 anos de idade são expostos a riscos de enchentes fluviais (UNICEF, 2021). Tal cenário caracteriza o Brasil como um país de alto risco, na América Latina e Caribe, quando se pensa na exposição de crianças e adolescentes a choques climáticos e ambientais.



Quadro 9 - Crianças e Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil

| INDICADOR | Nº DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM MILHÕES |
|---|---|
| Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de falta de água | 8,6 |
| Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de enchentes fluviais | 7,3 |
| Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de enchentes costeiras | 1,8C |
| Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade expostos ao risco de ondas de calor | 13,6 |
| Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade ao risco de poluição do ar ambiente (PM _{2,5} $\geq 10 \mu\text{g}/\text{m}^3$) | 24,8 |
| Crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade vivendo em áreas com alto risco de exposição à poluição por pesticida | 27,8 |

Fonte: The climate crisis is a child rights crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index. Elaborado por: Relatório da UNICEF (2022).

Destacamos aqui o debate da RENDA para as juventudes. No mundo capitalista, a urgência por estabilidade financeira entre as juventudes se faz necessária para o mantimento de suas realidades. De acordo com as perspectivas de futuro no que tange a Trabalho e Renda, juventudes se preocupam com as famílias em vulnerabilidade, que muito sofrem com a desigualdade social, sobretudo dentro do cenário de mudanças climáticas, cujo o Racismo Ambiental se faz mais incisivo em famílias de baixa renda localizadas em zonas periféricas da Amazônia.

Pontua-se também a Ampliação de empregos formais, o que provoca em muitos jovens o desespero pela falta desse acesso, tendo eles que se submeterem às incertezas e inseguranças do emprego informal. Além dos mecanismos de crédito que facilite juventudes a emancipar suas vidas utilizando sua vitalidade no mercado para a qualidade de suas existências.

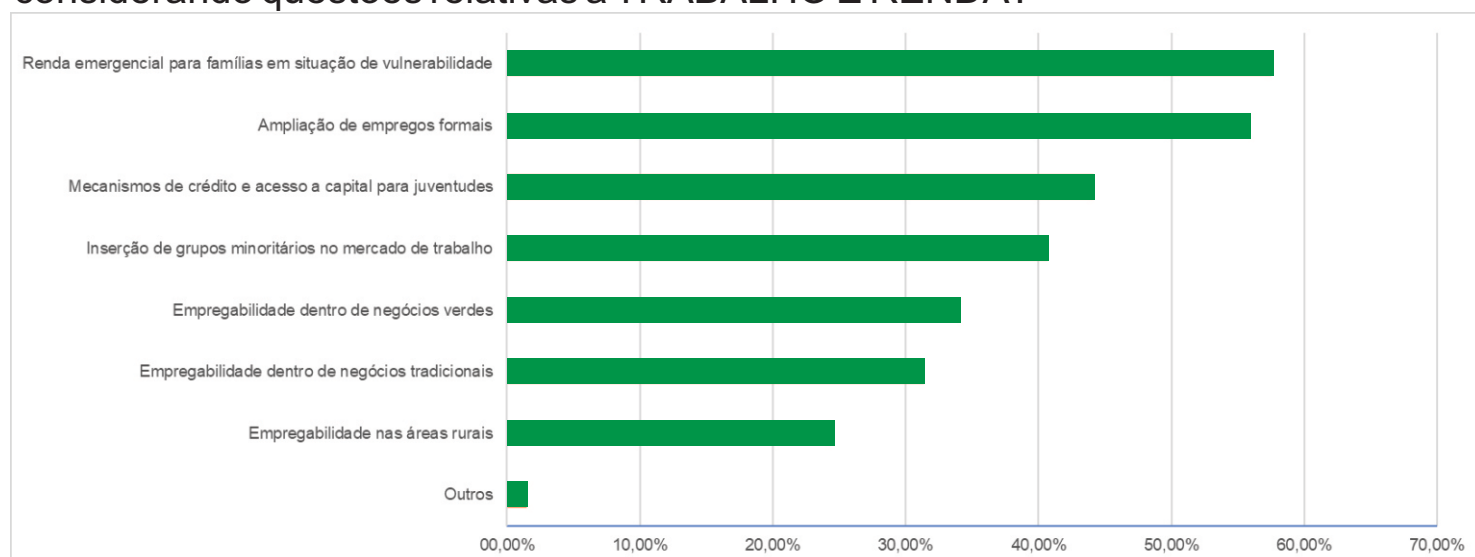
É pertinente ressaltar que jovens estão constantemente promovendo mecanismos de sobrevivência pautadas na possibilidade de ter uma renda para as suas sobrevivências. Direito a Renda é assegurado pelo Estatuto da Juventude, documento já explanado nesta pesquisa, e isso deveria promover uma prioridade de instituições. Entretanto, na prática, não é o que vivenciamos.

De acordo com os respondentes da pesquisa, ao se tratar de trabalho e renda, pensando no futuro das juventudes, as três prioridades elencadas são a renda emergencial para famílias em vulnerabilidade, visto que muitos jovens precisam deixar ou se dedicar menos aos estudos para trabalhar e contribuir com a renda de suas casas.

Seguindo isso, a Ampliação de empregos formais também se faz uma prioridade a ser tida pelas instituições privadas e públicas, tendo como público-alvo jovens. Trabalho com asseguramento e estabilidade de tempo e salários justos, promovendo a emancipação de juventudes no que tange a renda, e assim, mantendo o fluxo monetário de seus territórios. Surge, assim, a terceira prioridade, que se faz justamente na confiança desses jovens, assegurados pelo trabalho priorizado por elas, a terem acesso a Mecanismos de crédito e capital para a sustentabilidade e manutenção de seus empreendimentos e criações a serem subsidiadas por incentivos expressos por instituições públicas e privadas.

É importante salientar que nossas juventudes respondentes são atravessadas pelo trabalho seguindo a realidade de apenas 16,2% que trabalham em casa, seguidos de 17,5% que trabalham de carteira assinada, e por 20,4% que trabalham informalmente. Além disso, abaixo de 6% se encontram em trabalhos autônomos, que não trabalham e não estudam, trabalham de forma voluntária, ou que trabalham pontualmente.

Figura 20 - Pensando no futuro das juventudes, quais são as três ações prioritárias para instituições públicas e privadas ajudarem jovens a lidar com efeitos da pandemia considerando questões relativas a TRABALHO E RENDA?



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Ainda, dentro das vulnerabilidades de crianças, adolescentes e juventudes no Brasil, percebe-se que essa vulnerabilidade é mais acentuada na região Norte do país do que em qualquer macrorregião, ultrapassando até mesmo a média brasileira no que tange o grupo etário mais vulnerável, com destaque para crianças menores de 5 anos, como apresenta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 21 de setembro de 2016, o Brasil ratificou o Acordo de Paris, que foi publicado no país como Decreto em 5 de junho de 2017. O Acordo é o documento mais recente que consolida o status quo das negociações internacionais sobre mudanças climáticas, e tem como objetivo “Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais” (Decreto 9.073/2017).

Foi então que em 2016, o Governo Federal deu o primeiro passo rumo a adaptação climática com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), que está ligado à construção de estratégias de soluções das problemáticas ambientais no país a médio e longo prazo. No Estado do Pará, segundo a Agência Pará (2023), as políticas públicas voltadas para a Adaptação Climática são intensas desde 2019, com a promoção do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC), o Comitê Gestor do Sistema Estadual Sobre Mudanças Climáticas (Coges-Clima), o Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas (já foi realizada a quarta edição em 2022), o Plano Estadual de Bioeconomia, e a participação e atual liderança no Consórcio Amazônia Legal (AGÊNCIA PARÁ, 2023), são algumas políticas mais expressivas apresentadas pelo Estado para a sociedade paraense.

É fato que no PNA há a inclusão de gestantes e crianças menores de cinco anos como grupos prioritários, mas a correlação desses públicos, no que tange o encaminhamento de medidas factíveis dentro das abordagens como eficiência energética, controle do desmatamento, descarbonização da matriz energética nacional, e semelhantes não trazem esse recorte sensível às dinâmicas sociais que estão intrinsecamente conectadas.

Para as crianças, adolescentes e os jovens, a transição para uma economia verde abre uma série de oportunidades nessa economia de carbono planejadas para as próximas décadas, quando tiverem sido implementados os compromissos assumidos pelos países no Acordo de Paris. A transição energética para tecnologias de baixa emissão de carbono pode beneficiar o Brasil, com a mobilização de recursos para o investimento em áreas estratégicas, aproveitando seu capital natural para desenvolver uma proposta macroeconômica de longo prazo, associada a uma transição para uma economia sustentável e mais resiliente. Um exemplo desses mecanismos é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), dentro da Política de REDD+ incorporada no Estado do Pará, dentro do projeto “Preparando um Território de Carbono Neutro no Pará”.

Por exemplo, a destinação de, ao menos, 40% do PSA para as juventudes poderia incentivar a criação de empregos verdes, o engajamento de jovens em mercados como a sociobioeconomia e outras alternativas que são apontadas como uma perspectiva, no sentido de trabalho e renda pelas juventudes do Pará, na Figura 16, dentro do capítulo 6 “O CENÁRIO DADO: OS TIPOS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DAS JUVENTUDES SUAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS”, no tópico “Como agir frente a esse contexto?”.

Esses investimentos podem impulsionar modificações em currículos e programas de treinamento para construir capacidades que deverão conduzir a transição verde que precisamos (Generation Unlimited, 2021). Para o Brasil, a economia verde tem potencial de gerar mais de dois milhões de novos empregos, e contribuir com um PIB adicional de 2,8 trilhões de reais até 2030 (WRI, 2020).

E quando se fala em formas de garantir a resiliência dessas populações frente aos desafios climáticos é necessário falar em meios de financiamento para garantir a efetividade dessas ações e, tratando-se do Estado do Pará, o recurso anual alocado para a Gerência de Promoção dos Direitos às Juventudes dentro da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJUDH) para 2023 é de R\$ 25.000,00, segundo a Gerência de Promoção dos direitos às Juventudes (2023). A reflexão que deixamos é: Será que os R\$173,61 anuais para os 144 municípios do Estado do Pará seriam o suficiente para lidar com as vulnerabilidades das juventudes frente aos desafios climáticos do território?

Um elemento central das negociações climáticas internacionais, em anos recentes, é o conceito de Perdas e Danos, entendido como referência “às consequências das mudanças climáticas que vão além daquilo a que as pessoas podem se adaptar”. Ou, quando existem opções, mas a comunidade em questão não conta com os recursos necessários para colocá-las em prática.” (WRI Brasil, 2022). Sendo assim, fica nítido que as crianças, adolescentes e juventudes do Estado do Pará encontram-se em uma situação de calamidade por estarem inclusas precariamente nas políticas e nos orçamentos, restando a nós um legado repleto de perdas e danos.

● Riscos e Desastres

Riscos, ameaças e desastres são conceitos fundamentais para a compreensão dos efeitos das mudanças climáticas sobre a população. Sinteticamente, risco é a probabilidade de um resultado ter um efeito negativo sobre pessoas, sistemas ou recursos (UNDRR, 2022). Ameaças são fatores ou eventos naturais ou antrópicos (provocados pelo homem) que podem causar morte, lesão, danos materiais, interrupção de atividades sociais ou econômicas, ou degradação ambiental.

Redução de Emissões por Desmatamento e Desflorestamento + Conservação de florestas, Gerenciamento sustentável de florestas e Aprimoramento do estoque de carbono.

Segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), entre as ameaças categorizadas como de ordem natural estão as de caráter geológico, hidrológico, meteorológico, climatológico e biológico. Em pesquisa realizada pelo IBGE (2018) entre os anos 2014 e 2017, 48,6% dos municípios brasileiros foram afetados por secas, 31% por alagamentos, 27% por enchentes ou enxurradas e 15% por deslizamentos.

Nota-se, apesar da desatualização dos dados, que crianças menores de 5 anos são as mais vulneráveis e mais expostas às áreas de riscos, junto às suas famílias caracterizadas, em sua maioria, como monoparentais, chefiadas por mulheres negras, de acordo com o IBGE (2018), a região norte surge com 13,06%, em detrimento das outras regiões que variam entre 9,77% e 8,74%

Fazendo o paralelo entre o Brasil e a Região Norte no que tange populações expostas em áreas de riscos sem abastecimento de água por rede geral, destaca-se que dentre as regiões do Brasil, a Região Norte apresentou a maior concentração (26,35%). Nos Estados do Pará, 40,4% da população exposta residia em domicílios sem abastecimento de água por rede geral (IBGE, 2010).

Ainda, quando se fala em estruturas necessárias para enfrentar as vulnerabilidades climáticas e como medidas essenciais para o contexto de adaptação, o saneamento se mostra como um elemento essencial para evitar a exacerbação das vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais das populações já vulneráveis e, nesse sentido, novamente a região Norte é a que possui dados mais preocupantes. Dos 10 piores municípios no Ranking do Saneamento, segundo o Instituto Trata Brasil 2023, 4 localizam-se no Estado do Pará.

Comparando com os dados do IBGE, percebe-se que, apesar de desatualizados, os dados ainda conversam com a realidade atual do Estado pois a Região Norte apresentava um elevado percentual de inadequação das condições de esgotamento sanitário, uma vez que 70,75% dos moradores em áreas de risco estavam nesta situação.

Analisando o efeito das mudanças climáticas no ciclo da gestão de riscos de desastres, entende-se que desastres são graves interrupções do funcionamento de uma comunidade ou sociedade em qualquer escala devido à interação de eventos perigosos com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a um ou mais dos seguintes: perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais (UNDRR, 2022), os quais, segundo os dados apresentados apontam que as populações, em especial crianças da região Norte, são os mais vulneráveis a esse contexto.

A equação abaixo esclarece que o risco é um conceito-chave no ciclo de prevenção de desastres, sintetizado pela relação entre a ameaça de um fenômeno ocorrer multiplicado pela vulnerabilidade que caracteriza a pessoa, o grupo ou o local que deverá enfrentá-lo. Evidencia a importância das condições objetivas de resposta do território, especialmente daquilo que governos locais dispõem e oferecem para sua população. Essa noção expõe que a resiliência perpassa todas as fases do ciclo de Gestão do Risco e do Desastre (GRD): prevenção e mitigação, preparação, resposta e reconstrução. Do ponto de vista social, as intervenções protetivas terão melhores resultados se forem focadas na diminuição do risco – ou seja, em investimentos ancorados nas ações de prevenção, adaptação e mitigação.

EQUAÇÃO DO CICLO DE DESASTRES.

Probabilidade de ocorrência futura de determinado processo do meio físico que representa ameaça

Consequências danosas às pessoas e/ou aos bens em função da vulnerabilidade do meio exposto à ameaça

$$R = \frac{P(fA) * C(fV)}{g}$$

Ameaça

Vulnerabilidade

g

Riscos(de desastres)

Capacidade de gerenciamento do problema ou de resiliência diante de ameaça, seja do governo local, seja dos indivíduos, seja da comunidade exposta

Fonte: GIRD+10.2021:11.

Entre os anos 2010 e 2019, os desastres oriundos de fenômenos climáticos mataram 1.734 pessoas no Brasil, afetaram 211 milhões de pessoas, e custaram prejuízos de mais de R\$300 bilhões (INMET, 2021). Outro estudo, do CEPED/UFSC (2016), estima que inundações, secas, vendavais e outros desastres entre 1995 e 2014, tenham custado cerca de R\$800 milhões mensais. Um terceiro estudo, este da Confederação Nacional de Municípios (CNM), estima que desastres naturais tenham causado prejuízo de R\$341,3 bilhões de reais ao país entre janeiro de 2013 e abril de 2022 (CNM, 2022).

Como já mencionado, para que os prejuízos sejam minimizados no Estado do Pará, é necessário incluir propostas de adaptação sensíveis às infâncias e juventudes nas políticas públicas e orçamentos, os quais devem estar previstos nos Planos Diretores dos municípios. Essa ação é fundamental não só para evitar perdas monetárias, mas, também, para evitar a perda de vidas das populações mais vulneráveis que, como os dados explicitam, tratam-se de crianças, principalmente, nortistas, com ênfase para aquelas que residem no Estado do Pará, frente ao cenário infraestrutural de resiliência climática enfraquecido.

• Gestão de Riscos e Desastres

Em suas diretrizes e seus objetivos, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) a Lei 12.608 (PNPDEC, 2012), menciona a necessidade de integração com as políticas de “ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia” (art. 3º, Parágrafo único). Na prática, porém, essa integração existe apenas em intenções. As políticas de defesa civil pouco ou nada têm a dizer sobre as projeções dos modelos climáticos, ou oportunidades de adaptação, ou mitigação no setor. Embora sejam conhecidas, as necessidades de mudanças nos cálculos de risco em função das mudanças climáticas (IPCC, 2022), não estão refletidas nas políticas e na legislação no país ou no Estado do Pará.

Entre 2013 e abril de 2022, quase 54 mil decretos municipais de reconhecimento de desastres foram publicados por 93% das cidades brasileiras. Mesmo descontados os decretos de emergência, ou calamidade relacionados à pandemia de Covid-19, houve mais de 22 mil decretos no período em função de eventos de seca ou estiagem; mais de 10 mil em função de chuvas, enxurradas, inundações e mais de 2 mil em decorrência de incêndios florestais (CNM, 2022).

Criado em 2012, o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres foi uma resposta do governo brasileiro ao desastre de enormes proporções que atingiu a região serrana do estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011. A proposta, elaborada em Grupo de Trabalho Interministerial, com participação do UNICEF (2011-2012), traz diretrizes para a proteção integral de crianças e adolescentes em todas as fases do ciclo de desastres. Os objetivos do Protocolo são: “Assegurar a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de riscos e desastres, com vistas a reduzir a vulnerabilidade a que estão expostos; orientar os agentes públicos, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional que atuam em situação de riscos e desastres no desenvolvimento das ações de preparação, prevenção, resposta e recuperação, nos três níveis da Federação.” (BRASIL, 2012)

Sabe-se que a relação entre vulnerabilidade e os impactos da crise climática nas pessoas se acentuam quanto menor for a idade de crianças, tendo em vista o fato de que crianças respiram mais ar e consomem mais água e comida de forma proporcional ao seu peso do que adultos (PRB, 2002), assim como existem significativas diferenças no senso de percepção de risco, na capacidade motora, na utilização da visão periférica, entre outras. Tal prioridade se justifica não somente pelas consequências imediatas

(desnutrição, surtos de doenças infecciosas, interrupção das atividades escolares, perda da moradia e do contato com a família, riscos de abuso e exploração sexual e outras formas de violência), mas também as de longo prazo, com respeito ao seu bem-estar e seu desenvolvimento futuro (comprometimento da saúde e nutrição, atraso educacional e traumas psicológicos permanentes). (UNICEF et al., 2014, p.13).

Então, quando ocorre um desastre quem responde por ele sem ajuda financeira? O acesso aos recursos junto ao Governo Federal se dá por meio de um longo processo burocrático, através de uma declaração de emergência ou calamidade em resposta aos desastres. Todavia, é fato que a Defesa Civil não possui orçamento para lidar de forma eficaz com os desastres (BRASIL, 2021).

Para jovens até 18 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) orienta os Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente, e respectivos conselhos de direitos a fixar critérios prioritários para a disposição de dotações para esses grupos de população, conforme disposto no § 2º do Artigo 260 do ECA. Todavia, para jovens até 35 anos, idade colocada em evidência pela pesquisa **FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!** não existe qualquer mecanismo de proteção e acesso facilitado de dotação para esse grupo.

Nota-se, portanto, a necessidade não só de ampliar os mecanismos e estratégias para englobar as juventudes tardias, em especial, da Amazônia Legal, mas também de entender como podemos construir infraestruturas que desde sua concepção entendam crianças, adolescentes e juventudes até 35 anos como públicos de alta vulnerabilidade à riscos e desastres.

- **A Importância do Conhecimento Local para Adaptação Climática e seus desafios**

Ao longo das últimas décadas, rapidamente tem se crescido o entendimento da importância do conhecimento local para o segmento de adaptação climática, sendo aplicado no entendimento dos impactos da crise climática nos grupos mais vulneráveis; Na construção de planos de adaptação nacionais e regionais junto a Governos e ONGs; No caminho de garantir os direitos de populações tradicionais, entre outros, nesta seção traremos alguns estudos de caso para subsidiar a importância da integração do conhecimento local aos planos de adaptação climática e demais estratégias políticas.

Pensando a adaptação como um ajuste na perspectiva ecológica, social ou econômica de sistemas em resposta a estímulos climáticos que já estão acontecendo ou que estão por acontecer, entende-se que é essencial envolver processos que levem à redução da vulnerabilidade em função da exposição e sensibilidade à mudança e capacidade adaptativa. Já a capacidade adaptativa é determinada por uma série de fatores como o acesso ao capital, tecnologia, acesso a instituições e meios, resposta e capacidade política, influência e redes de parentescos (SMIT e WANDEL, 2006).

O conhecimento local pode ser definido por um saber único que se desenvolve em um longo período de tempo e que é mantido por uma determinada sociedade em um local específico (WARREN et al., 1995). Sendo assim, os conhecimentos locais, os quais também podem ser lidos como conhecimentos tradicionais, estão intimamente ligados aos territórios em uma perspectiva de gestão, instituições e visões de mundo que são moldados em contextos locais.

A partir dessa conceituação, entende-se que o conhecimento local está, por natureza, preocupado em lidar e adaptar-se em ambientes mutáveis e em mudanças, sejam eles climáticos ou outros. Assim, é fácil de compreender que há uma série de associações entre o termo adaptação e conhecimento local. Assim também como é fácil entender que, apesar de saberem há anos como se adaptar a diferentes contextos, as comunidades não devem estar sozinhas no processo de construção de adaptação climática, já que o cenário não foi construído por essas comunidades, em sua maioria, mas sim por um conjunto de ações externas aos países em desenvolvimento. Entretanto, são as pessoas nos territórios que mais sofrem as consequências da construção do cenário de vulnerabilidade climática.

Após extensa pesquisa, segue abaixo alguns exemplos que correlacionam como o conhecimento local pode apoiar processos de adaptação ao longo do mundo:

Quadro 10 - Conhecimento local e Adaptação ao longo do mundo

| Componente de Adaptação | Exemplos |
|------------------------------|--|
| Exposição social e Biofísica | <ul style="list-style-type: none"> ● Integração do conhecimento científico e tradicional sobre mudanças climáticas. (Gearheard et al., 2010) (Kihupi et al., 2003) ● Conhecimento tradicional indígena como forma de enfrentar as alterações de precipitação variável nos territórios (Orlove et al., 2002) (Orlove et al., 2020) (Ziervogel e Opere, 2000) ● Migração sazonal para enfrentar os efeitos das mudanças do clima. (Mertz et al., 2009) ● Proteção de nascentes e outros recursos hídricos por motivos religiosos e questões culturais; (Tengo et al., 2007) ● Redução da exposição a riscos ambientais. (Mercer et al., 2010) |

| | |
|---|---|
| <p>Sensibilidade a mudança e variabilidade</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Gestão de recursos comunitários e coletivos. (Trosper e Northwest, 2002) (Berkes, 1989) ● Combinação de culturas e saberes que geram rendimento nos recursos comunitários. (Richards, 1985) ● Sistemas tradicionais de gerenciamento do solo e da água. (Souchie et al., 2011) (Sato et al., 2020) (Cunha et al., 2007) (Osbar e Allan, 2003) (Reji et al., 1996) (Vasconcelos et al., 2016) ● Enfrentamento de riscos através do fomento de redes de amparo para compartilhar recursos. (Naess, 2008) (Maddox et al., 1961) ● Instituições locais para cogerir fluxos repentinos de migrantes. (Patt et al., 2008) |
| <p>Capacidade Adaptativa e Processos de Adaptação</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Usando observações indígenas no processo de tomada de decisão. (Gearheard, 2010) ● Insights sobre a mudança de atitudes em relação ao papel das pessoas na gestão de recursos classificando-as como “protetores de recursos” ou “destruidores de recursos”. (SOMOS GUARDIÕES, 2023) ● Insights sobre a diferenciação social de vulnerabilidade e adaptação, incluindo respostas socialmente condicionadas a estressores externos. ● Insights sobre necessidades de comunicação contextualizada sobre cenário local, desastres... (Mello et al., 2012) (Da Silva Pereira, 2010) (Patt, 2002) (Roncoli et al., 2001) ● A necessidade de mudança de modelos importados para a construção de cidades, instituições e outros. (Revista Claire, 2022) |

Como apresentado, existem diversos estudos de caso ao longo da Amazônia e do mundo sobre como a junção dos saberes tradicionais e locais são importantes para construções políticas, sociais, tecnológicas, econômicas e adaptativas frente ao cenário climático. Claro, existem muitos desafios, principalmente na perspectiva da construção de sistemas de governança realmente eficazes e de metodologias de consulta às comunidades de uma forma que realmente seja não apenas capaz de comunicar, mas de gerar entendimento mútuo, construção de capacidades e inovações que agreguem na construção das ações necessárias para promover a Adaptação Climática.

Como sugestões para fortalecer o processo de adaptação e contribuições locais para a construção de políticas públicas realmente eficazes neste âmbito, propomos a escuta ativa e a realização de dinâmicas metodológicas para coleta de *insights* junto das populações mais afetadas para configurar a inserção dos impactos sentidos no agora por essas populações, junto de suas projeções futuras para a construção de planos diretores municipais, projetos, programas e políticas públicas que sejam contextualizados e eficazes para lidar com os impactos das intempéries climáticas, assim como a previsão de fundos financeiros emergenciais para os municípios que possam realmente lidar com as demandas de riscos e desastres, e o fortalecimento financeiro e de capacidades de instituições de base que já estão lidando com temáticas como adaptação e que precisam de financiamento para executar suas inovações e soluções locais, sejam elas através da pesquisa, comunicação, tecnologia ou coconstrução de políticas.

- **Entre a fronteira do calor e do medo, juventudes amazônicas adaptam-se em seus territórios**

Ferrari (2014), aponta que refletir conceitualmente acerca das fronteiras, físicas ou metafóricas, requer compreender duas realidades opostas. Em Raffestin (1993), o Estado existe, e se faz pertinente à soberania de uma população que se instala no território. Em uma abordagem (i)material do território (SAQUET, 2020, p. 129), entende-se a relação matéria-ideia, dialeticamente observada na construção imaginária e física desse território, a partir dos processos político-econômicos e culturais ligados ao desenvolvimento territorial (SAQUET, 2020), e também da constituição violenta das relações do corpo (AHMED, 2006; SILVA, 2009) que, portanto, produziu uma sociedade violenta para os ditos transgressores da cidade e do campo, implicando diretamente na dinâmica de territorialidade dos agentes modeladores desse território e as práticas de “desenvolvimento territorial” (SILVA, 2009).

Tratar das sociedades presentes na Amazônia, para além das concepções errôneas de vazios demográficos e/ou somente uma extensão da florestal tropical (GONÇALVEZ, 2005), é indexar no debate as diferentes etnias dos grupos, das classes sociais e dos segmentos viventes nesse território, e levar então em consideração os coletivos da região como principais interlocutores dos debates sobre o futuro da Amazônia, e, conseqüentemente, do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2015). É inconcebível comprovar que na elaboração de planos anuais de sustento e mantimento de um Estado, não se tenha como prioridade o cenário e a atenção para as juventudes. Ora, o que é pensar no futuro que não seja garantir a vida com qualidade de crianças, jovens e adolescentes?

Na Imersão Rebujo, último ato de elaboração de dados da pesquisa “Fala, Juventudes do Pará”, interpreta-se as Adaptações Climáticas a partir de uma realidade amazônica, partindo das ativações elaboradas pelas juventudes para os seus próprios territórios que se encontram em hostilidade ambiental. O ambiente que se apresenta para essa população foi apresentado por eles a partir de cenários violentos em que se encontram. Mas quais cenários são esses no Pará?

Não há, por exemplo, equidade social para os impactos ambientais do país, isto é, sofrem mais com alagamentos regiões periféricas do que regiões ditas centrais. Em 2023, as chuvas causaram estragos em seis Estados da região Norte e Nordeste. Cidades do Acre, Tocantins e Pará foram afetadas, pessoas desalojadas e desabrigadas nessas regiões por conta das grandes chuvas (G1, 2023), ao mesmo tempo em que se aumentam os decretos emitidos pelos Estados da Amazônia sobre secas e enchentes.

Apresentaram também, acerca de comunidades tradicionais ou originárias, como as comunidades quilombolas do Pará precisam ter a titulação de seus territórios, a fim de assegurar direitos diante das questões ambientais. Em 2023, o atraso das titulações de quilombolas os deixa vulneráveis a ameaças, violências e também escassez de bens essenciais como o acesso à água potável (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Ademais, levantam a realidade das mulheres, visto que levar em conta o gênero dentro das mudanças climáticas, é entender que são as mulheres as mais afetadas. De acordo com a Organização das Nações Unidas, 80% das pessoas que foram forçadas a sair das suas casas por conta de mudanças no clima, são mulheres. Diante do relatório elaborado pela United Nations Climate Change (2023), mulheres são deixadas para trás quando ocorre a migração por conta das mudanças climáticas.

Para Ahmed (2006), os corpos se orientam geograficamente no território, a partir das tensões que são direcionadas a eles. Ambientes de medo, segurança, repressão, conforto, violência e amparo, geram movimentos que se adequam a respostas efetivas a cada uma dessas tensões. Ora geram a rendição a um corpo que aceita as limitações impostas, e se recorta para caber nessas realidades, ora submetem-se a um enquadro de resistência, ao promoverem uma adaptação incisiva e contra as investidas contrárias à liberdade de seus corpos.

Hooks (2019) nos expõe a potencialidade do medo em corpos dissidentes, fazendo-os diminuir e consistir em corpos obedientes, subservientes, amedrontados, estigmatizados e apagados das concepções históricas que os moldaram com tanta nocividade. Quando colocamos a preocupação das juventudes com as mulheres, os quilombolas, populações periféricas, pessoas negras e de sexualidades outras, estamos colocando a importância da interseccionalidade na compreensão de territórios moldados pelo medo materializados pelas mudanças climáticas, e não somente, mas ao se tratar da Amazônia, também são gerados pelos conflitos das limitações fronteiriças que se estabelecem na região.

Narcotráfico, desmatamento, garimpo, tráfico humano, ondas de calor, enchentes, desabrigados, entre outras problemáticas, necessitam de atenção e estratégias de resiliência refletidas pelas juventudes, que já promovem adaptações em seus territórios para o enfrentamento desses cenários.



Utilizando-se das perspectivas de Bulkeley (2010), a autora expressa um conceito de Empreendedores de Políticas Públicas (policy entrepreneurs). O que vamos chamar aqui de Embaixadores da Adaptação Climática, sendo estes os jovens amazônidas paraenses que se enquadram no que a autora, ao definir o conceito, diz serem sujeitos que buscam, por meio das suas próprias dinâmicas e sistemas, ou desenvolver as já existentes, que promovam atividades adaptativas por meio da experimentação “informalizada” (GIULIO et al., 2016). O que, na verdade, entendemos por não formalizadas e priorizadas pela estrutura de poder vigente.

Poder, para Foucault (2019), se exerce em detalhe, com técnicas, de forma concreta, específica e a partir de suas estratégias. Isto é, um dispositivo relacional. É pertinente, teoricamente, refletir sobre o que Raffestin (1993) elabora sobre poder, ao diferenciar entre as iniciais maiúsculas ou minúsculas. O (p)oder exercido, se reflete paralelo ao (P)oder, sendo este o exercício de instituições e de aparelhos do Estado, reguladores de práticas massivamente exercidas que codificam e solidificam normas, sendo muitas vezes nocivas aos corpos.

Frente às investidas do Estado e das relações de Poderes com medidas privadas nas ideologias de desenvolvimento, que muito mais dizem sociedades, apresentam-se as tomadas de poderes entre as populações diretamente atingidas pelos reflexos dos projetos que visam o lucro de instituições e pequenos grupos, no preço pago pelos corpos que se misturam entre o medo e a luta pelos seus direitos suprimidos entre contratos e acordos.



Inquietam-se as juventudes acerca das narrativas e atuações nos interiores do Estado, na preocupação com o clima e com a população jovem, frente às adaptações climáticas. Em certa medida, observa-se que a maior base construtiva desses Planos é a economia (GIULIO et al., 2016). E isso pode ser refletido no cenário de precarização dos territórios onde as juventudes, líderes de movimentos sociais, apresentam para a pesquisa, a precarização da educação, saneamento básico, sustentabilidade da terra de seus territórios, a saúde e a economia de sua própria família.

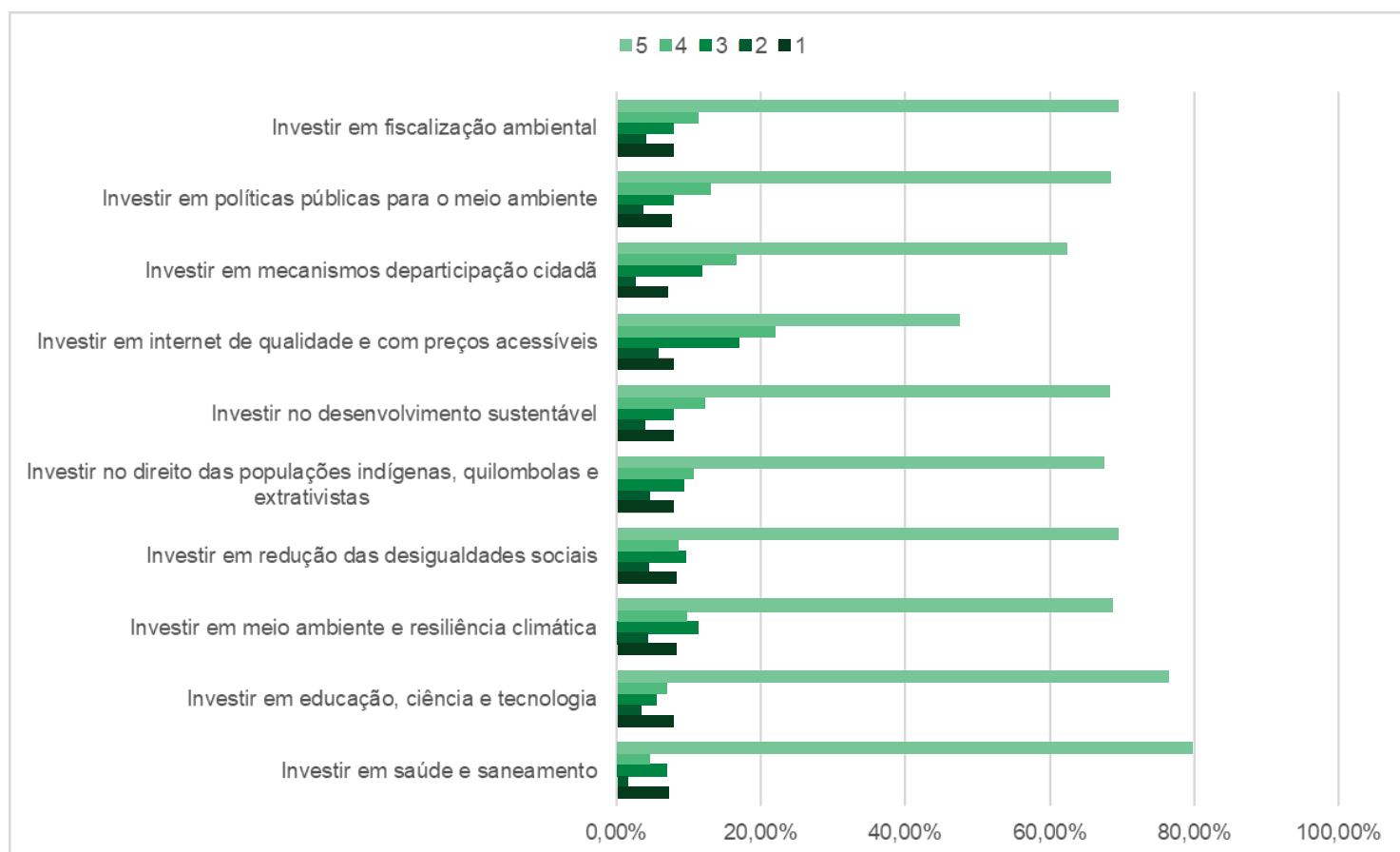
Muito se levanta acerca da política de REDD+, que visa, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), promover o “mecanismo que permite a remuneração daqueles que mantêm suas florestas em pé, sem desmatar, e com isso, evitam as emissões de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento e degradação florestal”. Entretanto, para as juventudes, esse mecanismo se mostra entre as fronteiras do conhecimento e informatização, visto a complexidade que se dá dentro das empresas e comunidades que estão estreitamente ligadas aos projetos de REDD+.



• A importância de uma agenda norteadora para as juventudes feita por juventudes

Pelas metodologias traçadas pela pesquisa FALA, **JUVENTUDES DO PARÁ 2022**, pode-se compreender como as juventudes estão sentindo e se preocupando com as políticas públicas desenvolvidas, ou não, no Estado do Pará, partindo do princípio do que entendem por necessidades sociais vivenciadas pela própria juventude nesses territórios abordados. De acordo com a Figura 21, “De 1 a 5, considerando 1 menos importante e 5 o mais importante, você considera que investir nas populações amazônicas é” constata-se a preocupação dos participantes da pesquisa quanto ao investimento das populações amazônicas, dentro das esferas do meio ambiente, das desigualdades sociais, da educação, saúde e saneamento básico, direitos das populações indígenas, quilombolas e extrativistas.

Figura 21– De 1 a 5, considerando 1 menos importante e 5 o mais importante, você considera que investir nas populações amazônidas é:



Fonte: Pesquisa Fala, Juventudes. 2022.

Pensar na preocupação das juventudes quanto aos investimentos necessários nas áreas elencadas, expõe, como mostra a Figura 19, a construção de uma agenda social equivalente às demandas reais expostas. Investimento em educação, ciência, tecnologia, saúde e saneamento são, para jovens, a construção base de um desenvolvimento mais sustentável e realista quanto a vivência espacial, social, política e cultural em seus respectivos territórios.

Em Freire (2009), a agenda norteadora do Estado para políticas públicas das juventudes, se pauta em uma tripla relação entre Estado e sociedade – funcional, material e de dominação (FREIRE, 2009). Ainda acerca dos estudos da autora, baseada em outros pensadores acerca da agenda política para juventudes, faz-se pertinente pontuar o motivo pelos quais “algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas”, elencando assim três respostas:

1) o reconhecimento e a definição do problema pautam a necessária intervenção para sua solução, o que impacta em seus resultados;

2) a consciência coletiva sobre o problema e a necessidade de seu enfrentamento e solução;

3) a (in)visibilidade dos participantes, sendo considerados visíveis os atores que definem a agenda, a exemplo de políticos, mídia etc. e invisíveis os que formulam alternativas aos problemas como os acadêmicos, por exemplo.

Por assim dizer, trazer à tona os sentimentos, vontades e interesses das juventudes para as juventudes, no contexto de agenda de políticas públicas, faz-se não somente necessário, mas sobretudo urgente no que tange ao processo de desenvolvimento de um grupo social que muito movimenta a população, não somente com sua força de trabalho, mas com sua energia de transformação social.

Não pensar em mudanças climáticas em uma agenda do governo do Pará é deixar de fora o Pará inteiro. Sabemos que esse comprometimento com crise climática não existe, o governo atual, principalmente o federal, não tem esse comprometimento com a gente, mas o governo do estado precisa sair um pouco dessa pauta federal e criar seus próprios programas e formas de trabalhar, porque quem está sofrendo as consequências imediatas somos nós. (FETAGRI, 2022)

Nesse sentido, como ainda coloca Freire (2009), é importante ressaltar as esferas de agendas a serem pensadas de acordo com as demandas problemáticas da população que surgem ao ouvi-las e vivenciá-las. Isto é, uma agenda social, agenda cultural, agenda econômica, agenda de saúde... São exemplos de áreas nas quais estão inseridas as várias necessidades das juventudes, que ao serem questionadas através das entrevistas e formulários aplicados, podemos traçar não somente as suas necessidades dentro das políticas públicas, mas também arquitetar estratégias ativas e eficazes de intervenção e melhoria de desenvolvimento desses jovens, com perspectivas e caminhos traçados por eles.

● **A agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

A Agenda 2030 é uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual propõe um pacto global em prol do desenvolvimento sustentável, garantindo a atenção às necessidades básicas dos cidadãos através de um processo econômico, político e social que respeite o ambiente e a sustentabilidade. Foi ratificada por 193 países, em 2015, e conta com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 23), os quais apresentam 169 metas que devem ser alcançadas até 2030.

Dialogam assim, com os pilares da sustentabilidade e, conseqüentemente, são interdependentes e transitam pela erradicação da pobreza e da fome, saúde e bem-estar, educação, igualdade de gênero, acesso à água potável e saneamento, energia limpa, trabalho decente, crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; sustentabilidade da vida; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade climática; redução das desigualdades; instituições eficazes; e paz social.

Figura 22 - Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Estratégia ODS.

Desde que foi lançada, os ODS têm sido continuamente incorporados a planos de governo, projetos, programas e pesquisas que visam fomentar lógicas sustentáveis e ambiciosas. Nessa perspectiva, a necessidade de incorporar tais elementos como proposta norteadora, em prol das metas em território nacional, tem se mostrado de suma importância para um desenvolvimento brasileiro que envolva os brasileiros na construção de seus próprios territórios de maneira resiliente e sustentável.

Dessa forma, a COJOVEM, juntamente com outras lideranças e coletivos de juventudes do Estado do Pará, lançam em março de 2023, a Agenda de Políticas Públicas, Projetos e Programas como um material que possui, como objetivo geral, fornecer evidências para a construção de ações sensíveis às juventudes e ao clima no Estado do Pará, principalmente na perspectiva de políticas públicas e estratégias socioambientais no âmbito da adaptação climática.



8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSTAS DAS JUVENTUDES PARA ADIAR O FIM DO MUNDO

Mediante os encontros de necessidades partidas desses jovens amazônidas, observou-se a urgência de traçar propostas de intervenção na formação do futuro das juventudes, apontando assim caminhos participativos e estratégicos, mediante e orientados pelo diálogo desde as entrevistas, a aplicabilidade dos formulários, a análise de políticas públicas e à vivência possibilitada pelo decorrer da aplicação desta pesquisa intitulada **FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!** Provocando assim um movimento que faça acender de maneira efervescente os grupos de jovens espalhados e por vezes apagados pelo emaranhado de conjunções prioritárias do Estado, submersos por questões ditas mais importantes.

- **Fortalecimento das redes de juventudes no Estado do Pará: inclusão nas políticas públicas e orçamentos do Estado**

Assim, faz-se necessário a urgência de gestores que pensem em amplos cenários que possam estar em convergência com os direitos dessa população na Amazônia paraense. Disseminando as particularidades e fundamentando a não generalização de questões, mas sim reivindicando o direito de existir com qualidade em todos os interiores e municípios do Estado do Pará. Ouvi-los em seus anseios, ausências e urgências. E, partindo disso, materializar as inquietações e projeções dessas juventudes em financiamentos, inclusão nos espaços de tomada de decisões, nos planos, projetos, programas, estratégias e políticas públicas do Estado.

Essa configuração de espaços coletivos de escuta e deliberação de ações participativas de juventudes, fomentado pelo Estado, faz com que a presença dos sujeitos interessados seja mais efetiva, configurando sua importância no que tange a discussões de políticas públicas voltadas para as suas existências na região amazônica. Dessa forma, como bem apontam os dados da pesquisa, desconstruir o padrão de não incentivo de participação de jovens em ambientes políticos, para além de votantes em períodos de eleição, fazendo evidenciar os questionamentos e apontamentos colocados pelos jovens e reivindicados pela pesquisa **FALA JUVENTUDES DO PARÁ!**

- **Programas, projetos, políticas, estratégias e editais desenvolvidos por juventudes para juventudes**

Outro caminho proposto, é a elaboração de programas, projetos e editais que tenham participação de jovens que coloquem em pauta as questões da juventude no Pará. Essa proposição visa a ampliação de debates sobre diversos temas, para assim, conciliar coletivos políticos e educacionais com fomento institucional estatal e privado que fomentem o incentivo e sustento desses movimentos de jovens em prol de agendas que pautem ser importante para o desenvolvimento de seus territórios.

Essa proposta tem por caminho dialogar diretamente com coletivos, seja através de fóruns, reuniões, encontros... A fim de conhecer suas principais demandas no que tange suas necessidades para formação de políticas, estratégias, planos, programas, projetos e editais realmente eficientes e eficazes frente ao contexto de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, que hoje dialogam muito com as ODS, como vistos em tópicos anteriores. A pesquisa **FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!** identifica a correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as demandas dissertadas pelos jovens, mediante o quanto de juventudes foram abraçadas e incentivadas por editais na Pandemia do COVID-19.

- **Ocupação dos espaços políticos, sociais e institucionais: Por uma secretaria de juventudes, já!**

A ocupação de espaços institucionais e políticos pelas juventudes são formas de afirmações democráticas destes espaços, no que diz respeito à realidade paraense, como já foi discutido amplamente neste relatório, há uma ausência de órgãos que possam contemplar suas demandas. Desta forma, redesenhar os locais existentes para que as juventudes possam estar integradas é urgente, e estes locais devem ser estabelecidos desde órgãos públicos oficiais e organizações não governamentais.

Ter como prioridade o conhecimento dos territórios e suas características é um ponto de partida para unificar a necessidade de juventudes diversas nos espaços e considerar suas especificidades. A discussão deve perpassar além do debate da ocupação representativa, mas ganhar forma a partir de dados científicos. Estar em contato com o sujeito do próprio território e a produção científica, alia o processo de ocupação com respaldo e engrandece a elaboração política.

Para ampliar a participação das juventudes, um dos caminhos defendidos está na criação do Estatuto das Juventudes Paraenses, que devem ter como norteador o protagonismo, fortalecimento e apoio para participação política, aliado a este Estatuto base a criação da Secretaria de Juventudes Paraenses é um ponto chave das elaborações de estratégias pertinentes a real intervenção e fortalecimento da política feita para e pelas juventudes. Esta secretaria subsidiará espaços comuns de elaboração, discussão e ações propostas através de programas, editais e projetos em todo o território estadual para, finalmente, incluir juventudes nos orçamentos, tomadas de decisão e construção de políticas públicas.

- **A elaboração de planos diretores municipais sensíveis às juventudes e ao clima**

Como apontado, as intempéries climáticas afetam de forma mais intensa crianças, adolescentes e juventudes, principalmente, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Para que essa realidade possa mudar frente a acentuação de riscos e desastres junto aos desafios climáticos na Amazônia, é necessário incluir a perspectiva de crianças, adolescentes e jovens em planos diretores que sejam sensíveis às suas realidades e, sobretudo, ao clima e suas necessidades de adaptação, rumo a redução de perdas e danos dessas populações.

A promoção de planos diretores municipais sensíveis ao clima garante a abrangência de tantas lacunas levantadas na pesquisa, diante das diferenciações das juventudes pela Estado do Pará, que perpassam pelas problemáticas ambientais de forma desigual e também que priorizam os apontamentos mais urgentes de cada município, que se estabelecem desde cidades atravessadas pelos conflitos no campo, e outras com as urgências urbanas.

- **A elaboração de planos para a educação, preservação do meio ambiente e combate a fome**

Como levantado pela pesquisa, juventudes se preocupam com a educação, meio ambiente e renda. Logo, para a construção de uma sociedade mais saudável e sustentável para crianças, adolescentes e jovens, se faz pertinente planejar mecanismos de incentivo a educação, como bolsas e financiamentos, que promovam o interesse e a permanência dessa população no ambiente educacional, a fim de reforçar o ensino no Estado, sobretudo em regiões mais afastadas dos centros urbanos.

Além disso, a preservação do meio ambiente surge com muita intensidade, visto que o reforço em preservar o meio não significa em planos de desenvolvimento que aniquile a vida na terra, mas que a preserve para futuras gerações. Dentro disso, observa-se que a empregabilidade de jovens pode ser utilizada também como mecanismos de preservação ambiental, tendo muita dessa população construindo seus legados através da preservação de seus territórios.

Ademais, o combate à fome, muito discutido no país, visto tantas regressões dentro desse cenário, quem a sente sabe como tantas outras relações sociais nocivas poderiam ser evitados com o prato de comida na mesa, que se torna tão difícil ao se tratar do sistema econômico que limita corpos que comem e corpos que não comem, mesmo sendo o alimento em riqueza no território brasileiro. Logo, se faz urgente um plano estratégico que pense a fome como um problema setorializado e regionalizado, frente às diferenças entre os municípios do Pará.

- **A NOSSA VOZ DIZ!**

A necessidade de uma agenda em prol da juventude não é apenas para garantir visibilidade e espaço para falas, é visando garantir que sejam criadas condições de participação desta sociedade, considerando a não homogeneidade das juventudes e as demandas apresentadas, bem como as soluções já em processos de desenvolvimento. Ser Jovem Amazônida implica em, para além de espacialidades e localização geográfica, resgatar o ser político e social para superar uma linha histórica repleta de inferiorização e desigualdades resultantes de projetos civilizatórios colonizadores e exploratórios.

Este documento foi elaborado pensando na missão coletiva de construção de ações e políticas públicas com foco nas Juventudes do Estado do Pará. Esse movimento, que deve ser protagonizado e liderado por jovens paraenses, também envolve, não apenas os níveis de poderes do governo, mas também as diversas lideranças sociais, movimentos, instituições etc. Colocando assim, que nossa participação política não deve ser somente para a captação de votos, mas também para a contribuição do planejamento dessa sociedade que nos engloba, nos atravessa e que promove a nossa vivência, ou a nossa morte.

Sendo assim, promover uma política participativa, não somente enquanto método de produção e desenvolvimento, mas também de envolvimento de nossos corpos atuantes nesse espaço amazônico, não só é necessário, como urgente. E garante a legislação promotora de uma nação democrática e participativa socialmente. A pesquisa **FALA, JUVENTUDES DO PARÁ!**, sobretudo, pauta uma juventude paraense que necessita de amparo em seus anseios profissionais, culturais, territoriais em seus espaços de origem, visando sua participação política no voto e também nas deliberações de ações que refletem diretamente suas vidas.

- EXPEDIENTE

Coordenação de pesquisa

Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga

Engenheira Sanitarista e Ambiental, Embaixadora da Juventude pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)/ ONU, atualmente é Coordenadora de Sustentabilidade e Projetos na Cooperação da Juventude Amazônica pelo Desenvolvimento Sustentável (COJOVEM); Assim como Coordenadora do núcleo de Pesquisa e pesquisadora da instituição. Tem acompanhado o segmento internacional de negociações climáticas na pasta de adaptação, perdas e danos e transição justa, contando com o acompanhamento de 8 conferências internacionais na área de meio ambiente até 2023. Está como facilitadora do Programa Youth Brasil, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) e representa o Norte do Brasil no Internet Governance Forum (IGF) em 2020, 2022 e 2023 e no Fórum da Internet no Brasil (FIB).

Pesquisa e Texto

Karla Giovanna Gonçalves de Souza Braga

Joyce Grasielle Chaves Fonseca

Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB) e Cientista Social formada pela Universidade Federal do Pará (FACS/UFGA). Realizou monitoria voluntária no Cursinho Pré-Vestibular da UFGA - Campus Ananindeua e no Cursinho Popular da UFGA - Campus Soure, na disciplina de Sociologia. Atuou como bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará (PIBIC/UFGA) pelo Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" sobre Mulher e Relações de Gêneros (GPEM/IFCH/UFGA) realizando pesquisa sobre a violência doméstica e institucional sob a análise da aplicação e efetivação da Lei Maria da Penha. Membro pesquisadora do Grupo de Pesquisa Etnografia, Poder e Socialidades (PUGNA/IFCH/UFGA) e Grupo de Pesquisa, Estudo e Comunicação - Natureza, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia (NADESA/ICSA/UFGA). Tem interesse em temas relacionados aos Marcadores Sociais da Diferença, Relações Raciais e Sociais, Identidade Étnicorracial e Educação.

Ligia da Paz de Souza

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal do Pará com Mobilidade acadêmica internacional na Faculdade de Engenharia do Porto da Universidade do Porto (Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente). Pós-graduanda em MBA em Gestão de Projetos pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Uso Sustentável de Recursos Naturais (PPgUSRN) pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Áreas de pesquisa: saneamento ambiental, saneamento básico, recursos hídricos, mudanças climáticas, mobilização social, gestão de projetos.

Pedro Israel Mota Pinto

Geógrafo pela Universidade Do Estado do Pará (UEPA). Mestrando em Geografia (UEPA). Pós-graduando em Especialização de Ensino de Geografia na Amazônia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). Pós-graduando em Especialização em Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Pará (UFGA). Membro do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GeoPUrb). Integrante no Projeto Territórios pela Paz: Diagnósticos socioeconômico, infraestrutura e indicadores de violência, inserido ao Laboratório de Geografia da Violência e do Crime (UEPA). Participante do Grupo de Pesquisa Geograficidades Amazônicas (IFPA). Pesquisador de Políticas Públicas para Juventudes da Amazônia na ONG COJOVEM. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Gêneros & Sexualidades, Geografia Ambiental e Ensino de Geografia. Membro da Confederação Nacional de Entidades de Estudantes de Geografia (CONEEG). Coordenador e Professor do Curso Popular TF Livre. Educador Popular. Educador Ambiental. Ativista Social. Produtor de Conteúdo Digital (Instagram: @boto-debelem).

Raquel de Jesus Freitas

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2022). Cursando especialização em promoção de políticas públicas em gênero e sexualidade na Amazônia - PPGDDA UFPA. Atualmente é produtora pedagógica - Bienal das Amazônias. Atuando principalmente nos seguintes temas: histórias de vida, fluxos migratórios, extermínio da juventude negra, telejornalismo policial e mídia.

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações

João Matheus Pinheiro Pereira (Designer Gráfico)

Atuante na Área a mais de 5 anos, conta com alguns projetos freelancer na dança, música e em projetos urbanos, possui formação técnica na área.

- REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **Queer phenomenology: orientations, objects, others.** Durham; Londres: Duke University Press, 2006.

ALMEIDA, M. T. B.; ALMEIDA, L. C. S. Fome e soberania alimentar na Amazônia: notas sobre um silêncio cada vez mais incômodo. **Revista Tempo Amazônico** - ISSN 2357-7274. V. 8, N. 2, p. 228-249, 2021.

ALVES, D. F. Povos indígenas, juventude e direitos violados na Amazônia brasileira. **Juventudes Indígenas**, v. 22640, p. 142, 2017.

AMARAL, A. C. **Amazônia durante o governo Bolsonaro: o retrocesso no cumprimento do acordo de Paris e os efeitos na política externa brasileira.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2021.

AMARAL, M. Internet e participação política: o uso da internet pelo cidadão. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista-BA n. 9 109-124, 2010.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Pará.** 2021. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-para.html>. Acesso: 01 out. 2022.

ARAPYÚ. Bases da transformação na Amazônia. Disponível em: <https://arapyau.org.br/bases-da-transformacao-na-amazonia/>. Acesso em: 10 out. de 2022.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Ed.: Ursula Ludz. 3ª ed. tradução de Reinaldo Guarany. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Quem são as juventudes do Brasil?** 2020. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/jovens-populacao-e-percepcoes/quem-sao-as-juventudes-do-brasil/>. Acesso: 10 out. 2022.

BAHIA, A. M. F. **Participação do jovem é desafio para aprofundar democracia.** Observatório da Sociedade Civil. 2015. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/participacao-do-jovem-e-desafio-para-aprofundar-democracia/>. Acesso em 03 out. de 2022.

Berkes F, Feeny D, McCay BJ, Acheson JM. The benefits of the commons. *Nature* 1989, 340:91–93.

BORGES, B. S.; VAZ, L. R. **JOVEM/JUVENTUDE NAS PESQUISAS: DESAFIOS**. Cadernos da FUCAMP, v.12, n.16, p.93-103, 2013.

BRASIL. ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas**. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. – Brasília: Unesco, 2006.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3. ed. rev. Brasília: FUNASA, 2006.

BRASIL. Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e Dispõe Sobre os Direitos dos Jovens, os Princípios e Diretrizes das Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional De Juventude - Sinajuve**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de agosto 2013.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Projeto Pedagógico integrado – Projovem Urbano**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, p.83, 2008.

Chuvas causam estragos em 6 estados do Norte e do Nordeste; AC tem mais de 32 mil atingidos e AM tem casas arrastadas pela água. **G1**, mar. 2023. Disponível em <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/03/25/chuvas-causam-estragos-em-ao-menos-5-estados-do-norte-acre-tem-mais-de-32-mil-atingidos-e-amazonas-tem-casas-arrastadas-pela-agua.ghtml>>

CLIMA INFO. **Estudo comprova relação entre desmatamento e pobreza na Amazônia. 2022**. Disponível em:<<https://climainfo.org.br/2022/02/23/estudo-comprova-relacao-entre-desmatamento-e-pobreza-na-amazonia/>>. Acesso: 10 out. 2022.

COLEMAN, Renita et al. Agenda setting. In: **The handbook of journalism studies**. Routledge, p. 167-180, 2009.

CONRADO, M; CAMPELO, M; RIBEIRO, A. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, n. 52, p. 213-246, 2015.

CRUZ, T. PORTELLA, J. A Educação na Amazônia Legal Diagnósticos e Pontos Críticos. **Centro de Empreendedorismo na Amazônia**. Dez, 2021. Disponível em:<<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/AMZ2030-A-Educacao-na-Amazonia-Legal.pdf>>. Acesso em: 17 de out de 2022.

CUNHA, Tony Jarbas Ferreira et al. Fracionamento químico da matéria orgânica e características de ácidos húmicos de solos com horizonte A antrópico da Amazônia (Terra Preta). **Acta Amazonica**, v. 37, p. 91-98, 2007.

DALFIOR, E.T; LIMA, R.C.D; ANDRADE, M.A.C. Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 283-297, 2015.

DAYRELL, J. **A juventude no Brasil**. SESI, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.

DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DE LIMA ARAUJO, R. M; DA CONCEIÇÃO ALVES, J. P. JUVENTUDE. TRABALHO E EDUCAÇÃO: QUESTÕES DE DIVERSIDADE E CLASSE DAS JUVENTUDES NA AMAZÔNIA. 2018.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: número de jovens inadimplentes no Brasil é preocupante. **G1**, Santarém-PA, 18 nov. 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/11/18/educacao-financeira-numero-de-jovens-inadimplentes-no-brasil-e-preocupante.ghtml>>

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica: relatório final. 2022**. Disponível em:<<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf>> Acesso: 10 out. 2022

FREIRE, J. C. da S. **JUVENTUDE CAMPONESA E POLÍTICAS PÚBLICAS: pertinência social do Programa Saberes da Terra na Amazônia paraense**. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. PDTU/NAEA. Universidade Federal do Pará, Belém, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

GAROT, M. J. De la Administración Electrónica a una Democracia Digital, **Revista Direito GV**, v. 2, n. 11, p. 89 - 110. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35216/34016>. Acesso em: 04 out. 2022.

Gatti, L.V., Basso, L.S., Miller, J.B. *et al.* Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature* 595, 388–393 (2021). Disponível em:<<https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>> Acesso em: 14 out. 2022.

Gearheard S, Pocernich M, Stewart R, Sanguya J, Huntington HP. Linking Inuit knowledge and meteorological station observations to understand changing wind patterns at Clyde River, Nunavut. *Clim Change* 2010, 100:267–294.

Gearheard S, Pocernich M, Stewart R, Sanguya J, Huntington HP. Linking Inuit knowledge and meteorological station observations to understand changing wind patterns at Clyde River, Nunavut. *Clim Change* 2010, 100:267–294

GIULIO, GABRIELA et al. Adaptação climática: Fronteiras do conhecimento para pensar o contexto brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 25-41, 2016.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. Editora Contexto, 2005.

HACON, S.S., GONÇALVES, K.S.; BARCELLOS, C.; OLIVEIRA-DA-COSTA, M. **Amazônia Brasileira: Potenciais Impactos das Queimadas sobre a Saúde Humana no Contexto da Expansão da COVID-19**. Fiocruz e WWF. Nota Técnica. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). Danos sociais e econômicos decorrentes de desastres naturais em consequência de 105 CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL, **fenômenos meteorológicos no Brasil: 2010 – 2019**. Brasília, agosto de 2021.

JESUS, V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saude soc.** v. 29, n.2, 11. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>> Acesso em: 14 out. 2022.

Kihupi N, Kingamkono R, Dihenga H, Kingamkono M. Integrating indigenous knowledge and climate forecasts in Tanzania. In: O'Brien K, Vogel C, eds. *Coping with Climate Variability: The Use of Seasonal Climate Forecasts in Southern Africa*. Hampshire: Ashgate Publishing. 2003.

LANDAU E. C., MOURA L, FERREIRA A. M. Doenças relacionadas ao saneamento inadequado no Brasil. In: Landau EC, Moura L, editoras. **Variação geográfica do saneamento básico no Brasil em 2010: domicílios urbanos e rurais**. Brasília, DF: Embrapa, p. 189-212, 2016.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958

LEROY, J.-P.; ACSELRAD, H. Por avaliações sócio-ambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações. (p. 201212) In: MAGALHÃES, Sônia; MORAL HERNÁNDEZ, Francisco. Relatório do Painel de Especialistas. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de setembro de 2009, p.230. Disponível em: http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Belo_Monte_pareceres_Painel.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2010.

Maddox GH. Leave Wagogo, you have no food: famine and survival in Ugogo, Tanzania. Ph.D. thesis, Evanston, IL: Northwestern University; 1988, 1916–1961.

MAES, Jéssica. De perdas econômicas a aumento na violência, mulheres são mais impactadas pelas mudanças no clima. **Folha de S. Paulo**, 08 mar. 2023. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/03/de-perdas-economicas-a-aumento-na-violencia-mulheres-sao-mais-impactadas-pelas-mudancas-no-clima.shtml>> Acesso em: 14 out. 2023.

- MARINHO, A. C. F. **Medo de falar em público e timidez em universitários**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Ciências Fonoaudiológicas). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. Belo Horizonte, 2018.
- MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.
- Mercer J, Kelman I, Taranis L, Suchet-Pearson S. Framework for integrating indigenous and scientific knowledge for disaster risk reduction. *Disasters* 2010, 34:214–239.
- Mertz O, Mbow C, Reenberg A, Diouf A. Farmers' perceptions of climate change and agricultural adaptation strategies in rural Sahel. *Environ Manage* 2009, 43:804–816.
- Naess LO. Local knowledge, institutions and climate adaptation in Tanzania. Ph.D. thesis, Norwich: School of Environmental Sciences, University of East Anglia; 2008.
- NASCIMENTO, N. S. F. **Riqueza e pobreza no estado do Pará**: produção e reprodução de expressões da "questão social" na região. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz, 2009.
- NIC.BR. **Webdocumentário discute sobre exclusão digital e emergência climática na Amazônia a partir da visão de jovens lideranças**. Isabella Botelho. 2021. Disponível em: <<https://www.nic.br/noticia/na-midia/webdocumentario-discute-sobre-exclusao-digital-e-emergencia-climatica-na-amazonia-a-partir-da-visao-de-jovens-liderancas/>> Acesso em: 14 out. 2022.
- OBERMAIER, Martin; ROSA, Luiz Pinguelli. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. **Estudos avançados**, v. 27, p. 155-176, 2013.
- Orlove BS, Chiang JCH, Cane MA. Ethnoclimatology in the Andes. *Am Sci* 2002, 90:428–435.
- Orlove BS, Chiang JCH, Cane MA. Forecasting Andean rainfall and crop yield from the influence of El Niño on Pleiades visibility. *Nature* 2000, 403:68–71.
- Osbahr H, Allan C. Indigenous knowledge of soil fertility management in southwest Niger. *Geoderma* 2003, 111:457–479
- PAINEL SANEAMENTO BRASIL. **Estado: PARÁ**. 2020. Disponível em: <<https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=15>> Acesso em 08 out. 2022.
- Patt A, Gwata C. Effective seasonal climate forecast applications: examining constraints for subsistence farmers in Zimbabwe. *Global Environ Change* 2002, 12:185–195.
- PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 63-90, 2015.
- PRB. Children's Environmental Health: Risks and Remedies. 29 jul. 2002 Disponível em <>
- PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia de Introdução à Participação Cidadã**. 2016. Disponível em:<https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/participacao-cidada/Guia-de-introducao-a-participacao-cidada_final.pdf>. Acesso em 10 out. de 2022.
- QUIROGA, A. M. Prefácio. In R. Alvim, T. Queiroz & E. F. Júnior. (Orgs.), **Jovens & juvenudes** (pp. 15-20). João Pessoa: Editora Universitária PPGS/UFPB, 2005
- Reij C, Scoones I, Toulmin C, eds. **Sustaining the Soil: Indigenous Soil and Water Conservation in Africa**. London: Earthscan; 1996.
- Richards P. **Indigenous Agricultural Revolution: Ecology and Food Production in West Africa**. Boulder, CO: Westview Press; 1985.
- ROLIM, D. C. **A POBREZA E A RIQUEZA NA REGIÃO AMAZÔNICA E A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: o Estado do Amazonas em foco. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, Maranhão, 2015.
- SÁ, E.B.; BENEVIDES, R. P. S. **CADERNO ODS: ODS 3 - Assegurar uma Vida Saudável e Promover o Bem-Estar para Todas e Todos, em Todas as Idades**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019. Disponível em:<> Acesso em 05 out. 2022.
- SATO, Michel Keisuke et al. Biochar as a sustainable alternative to açaí waste disposal in Amazon, Brazil. **Process Safety and Environmental Protection**, v. 139, p. 36-46, 2020.
- SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR PROFISSIONAL E TECNOLOGIA DO PARÁ. Notícias. **Ações governamentais fortalecem Ciência, Tecnologia e Inovação no Pará**. 2022. Disponível em: <<https://sectet.pa.gov.br/secti/node/2937>>. Acesso em 10 out. 2022.
- SILVA, E.R.A.C. **Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018.
- Smit B, Wandel J. **Adaptation, adaptive capacity and vulnerability**. *Glob Environ Change*, 2006, 16:282–292.
- Somos Guardiões, 2023 <<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-316796/>>
- SOUCHIE, Fabiane Furlaneto et al. Carvão pirogênico como condicionante para substrato de mudas de *Tachigali vulgaris* LG Silva & HC Lima. **Ciência Florestal**, v. 21, p. 811-821, 2011.
- SOUZA, C; PAIVA, L. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estud. psicol.** Natal, v. 17, ed. 3. Dez 2012.

Tengo M, Johansson K, Rakotondrasoa F, Lundberg J, Andriamaherilala J-A, Rakotoarisoa J-A, Elmqvist T. Taboos and forest governance: informal protection of hot spot dry forest in Southern Madagascar. *AMBIO* 2007, 36:683–691.

TERRA BRASILIS. **Taxas de desmatamento: Amazônia legal.** Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates>. Acesso em 10 out. 2022.

Trosper RL. Northwest coast indigenous institutions that supported resilience and sustainability. *Ecol Econ* 2002, 41:329–344

UNDRR. 2022(b). Terminology: Disaster. Disponível em:

<<https://www.undrr.org/terminology/disaster>>. Acesso em: julho de 2022

UNESCO (2004). Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO.

UNFCCC. Secretariat. **Dimensions and examples of the gender-differentiated impacts of climate change, the role of women as agents of change and opportunities for women. Synthesis report by the secretariat.** United Nations Climate Change, 2022. Seção: SBI 56. Disponível em <<https://unfccc.int/documents/494455>> Acesso em: 14 out. 2023.

UNFPA. **Juventude.** s.d. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/topics/juventude>>. Acesso em 10 out. 2022.

VASCONCELOS, Ana Íris Tomás et al. As dimensões da sustentabilidade dos Sistemas Agroflorestais–SAFs: um estudo no Projeto de Reflorestamento Consorciado e Adensado–RECA, Ponta do Abunã–RO. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, 2016.

Warren DM, Slikkerveer LJ, Brokensha D, eds. **The Cultural Dimension of Development: Indigenous Knowledge Systems.** Indigenous Knowledge and Development Series. London: Intermediate Technology; 1995.

WEDY, G. **O ODS 6 e uma análise do novo marco legal do saneamento básico no Brasil** (SDG 6 and Analysis of the New Legal Framework for Basic Sanitation in Brazil). 2021. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3898072>>. Acesso em 10 out. 2022.

WRI Brasil 08/2020 - Uma Nova Economia para uma Nova Era: **Elementos para a Construção de uma Economia Mais Eficiente e Resiliente para o Brasil.**

WRI Brasil. O que são as “perdas e danos” das mudanças climáticas? 13 de abril de 2022. Disponível em <<https://wribrasil.org.br/noticias/o-que-sao-perdas-e-danos-das-mudancas-climaticas>>. Acesso em: julho de 2022.

Ziervogel G, Opere A. Integrating meteorological and indigenous knowledge-based seasonal climate forecasts for the agricultural sector. *Climate Change Adaptation in Africa learning paper series.* Ottawa: International Development Research Centre. 2011.



DESTA PÁGINA
NESTE SENT

ISBN: 978-65-980941-1-9



CRL

9 786598 094119